

**INSTITUTO SUPERIOR DE  
CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA  
EMPRESA**



**ACADEMIA MILITAR**



**SANTA MARIA – O PAQUETE REBELDE**  
**(Operação Dulcineia – “O acontecimento que viveu para ser esquecido”)**

José António Dias Mota Belo

**Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de  
Mestre em História, Defesa e Relações Internacionais**

**Orientador:**

**Professor Doutor Luís Nuno Rodrigues**  
**Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa**

**Lisboa, Janeiro de 2009**

## **RESUMO**

O tema desenvolvido neste trabalho é o sequestro do navio de passageiros português *Santa Maria*, desencadeado em Janeiro de 1961 no mar das Caraíbas, acção a que foi dado o nome de “Operação Dulcineia”. Esta acção foi perpetrada por um grupo de revolucionários e activistas políticos portugueses e espanhóis, chefiados pelo ex-capitão do exército português Henrique Galvão, pelo espanhol de origem galega José Velo Mosquera, e pelo ex-comandante da marinha de guerra espanhola, também de origem galega, José Fernández Vázquez. Teve como principal objectivo desencadear uma acção armada de carácter revolucionário, para chamar a atenção da opinião pública internacional para os regimes ditatoriais vigentes nos países ibéricos, procurando criar uma corrente de convergência política capaz de influenciar ou mesmo provocar a queda dos regimes salazarista e franquista, bem como a libertação dos territórios coloniais portugueses e espanhóis, em África.

O desenvolvimento deste trabalho visa conseguir uma melhor compreensão das causas sociais e políticas que estiveram na génese do desencadear da acção, bem como procurar explicitar melhor a envolvimento dos “actores” nessa acção armada, acção que se constituiu como o primeiro acto de “pirataria” dos tempos modernos, perpetrado por razões exclusivamente de natureza política. Este facto foi inédito pelo modo como se desenrolou, bem como pela motivação que lhe esteve associada.

Os principais métodos utilizados na recolha da informação foram: a pesquisa bibliográfica e de outra documentação avulsa existente em Bibliotecas e Arquivos Históricos militares e civis, contactos com intervenientes na acção, consulta de literatura sobre o assunto.

Julga-se que, com este trabalho, fica uma ideia mais clara, concisa e precisa, das razões que motivaram o desencadear da “Operação Dulcineia”, um melhor conhecimento dos seus intervenientes, bem como do modo como se processou a acção revolucionária e as suas consequências.

*Palavras-chave: Salazar; Movimento revolucionário; Democracia; Descolonização.*

## **ABSTRACT**

This thesis theme is the assault and sequestration of the Portuguese liner *Santa Maria*, in January 1961 at the Caribbean Sea, which was named “Dulcinea Operation”. This action was taken by a group of Portuguese and Spanish revolutionary people, lead by Henrique Galvão, ex-captain of the Portuguese Army, the Spanish José Velo Mosquera and José Fernandez Vásquez, ex-commander of the Spanish Fleet. The main goal was to achieve a spectacular revolutionary armed action to bring the international media attention to the established dictatorships at the Iberian Peninsula, trying to create a political convergence in order to get the falling of the salazarist and franquist regimes, as well as to achieve the liberation of the Portuguese and Spanish colonies in Africa.

The objective of this work is to get a better understanding of the social and political causes and also know the importance of the participation of the “actors” in it. This was understood as the very first “piracy” act of the modern times, action developed only by political reasons.

To get all the information, I have developed a bibliographic research at the civilian and military libraries and archives; I have tried to get more information by contacting people that was interventive in the action, by studying literature about this theme as well.

I believe that with this work it remains clearer and precise all the reasons that explain why Henrique Galvão and the other revolutionaries went ahead with this kind of action, a better knowledge about the people who did it and the development of the action and further consequences.

*Keywords: Salazar; Revolutionary movement; Democracy, Decolonization.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, não poderia deixar de agradecer ao Professor Doutor Luís Nuno Rodrigues, meu digníssimo orientador de Tese, pelo incentivo pessoal e pelo apoio que me proporcionou no desenvolvimento do meu trabalho.

Depois, genericamente uma palavra de apreço para com todos os meus Professores, sem excepção, pela mestria e competência.

Uma palavra ainda para os meus colegas de Mestrado, pelo companheirismo e simpatia. Realço o espírito de fraterna amizade e camaradagem que se criou entre todos, cimentando laços que, estou certo, perdurarão pela vida fora.

Não poderia também deixar de prestar homenagem à minha esposa Berta, aos meus filhos Pedro Dinis e Catarina Filipa, por todo o apoio, incentivo e compreensão. Viram sonegadas ao convívio familiar muitas horas de estudo e de investigação, essenciais para atingir o objectivo a que me propus, sobretudo no desenvolvimento da minha Tese.

## **DEDICATÓRIA**

Este trabalho desejo dedicá-lo, por inteiro, e de forma muito especial, aos meus Pais.

Têm sido os meus esteios na caminhada da vida! Ao longo do meu percurso pessoal, de estudante e profissional, pude sempre contar com o seu apoio, aconselhamento e incentivo. Sei que posso sempre contar com eles, incondicionalmente. Naturalmente a correspondência é biunívoca, e...eles sabem-no!

De forma impressionante, realço o modo como me incentivaram para que concluísse o Mestrado quando, em circunstâncias particularmente difíceis por que passei/passámos, vacilei quanto à sua conclusão...

Por tudo o referido, aqui fica como meu preito de homenagem.

“A vida de um indivíduo prolonga-se no mundo que a envolve, na medida em que este for impregnado pelo poder de irradiação das suas potencialidades gregárias. O juízo que faça de si próprio perde-se na primazia do julgamento que outros lhe outorgarem.”

Francisco Ferrer Caeiro.

## INDÍCE

INDÍCE.....	vii
CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO .....	iv
1.1 TEMA E OBJECTIVO .....	iv
CAPÍTULO 2 – IDEIAS SOCIO-POLÍTICAS E FACTORES MOTIVADORES.....	1
2.1 A OPOSIÇÃO AO ESTADO NOVO .....	1
2.2 MUDANÇAS NOS SISTEMAS POLÍTICOS INTERNACIONAL E MUNDIAL...	12
2.3 A QUESTÃO COLONIAL .....	16
2.4 AMBIENTE SOCIO-ECONÓMICO EM PORTUGAL.....	21
CAPÍTULO 3 – FIGURA DO CAPITÃO HENRIQUE GALVÃO .....	25
3.1 BIOGRAFIA .....	25
3.2 ACTIVIDADE LITERÁRIA .....	28
3.3 ACTIVISMO POLÍTICO – OPOSIÇÃO A SALAZAR.....	30
3.4 ACTIVIDADE REVOLUCIONÁRIA E MOTIVAÇÃO PARA A ACÇÃO .....	40
CAPÍTULO 4. “OPERAÇÃO DULCINEIA” .....	50
4.1 PREPARAÇÃO.....	50
4.2 O DESENVOLVIMENTO DA ACÇÃO.....	55
4.3 “OPERAÇÃO GALVANEX” .....	68
CAPÍTULO 5 – REPERCUSSÕES POLÍTICAS E SOCIAIS.....	96
CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES .....	100
CAPÍTULO 7 – FONTES E BIBLIOGRAFIA .....	103
FONTES .....	103
1. Arquivos .....	103
2. Documentação Impressa.....	103
3. Documentação manuscrita .....	104
4. Fontes consultadas em formato electrónico, disponíveis na World Wide Web..	105
BIBLIOGRAFIA .....	106
ANEXOS.....	110
ANEXO 1 .....	110
ANEXO 2 .....	112
ANEXO 3 .....	113

<i>ANEXO 4</i> .....	114
<i>ANEXO 5</i> .....	115
<i>ANEXO 6</i> .....	117
<i>ANEXO 7</i> .....	118
<i>ANEXO 8</i> .....	119
<i>ANEXO 9</i> .....	120
<i>ANEXO 10</i> .....	123
<i>ANEXO 11</i> .....	124
<i>ANEXO 12</i> .....	126
<i>ANEXO 13</i> .....	132
<i>ANEXO 14</i> .....	133
<i>ANEXO 16</i> .....	136
<i>ANEXO 17</i> .....	139
<b>CURRICULUM VITAE</b> .....	142

## **ABREVIATURAS**

ARACORES – Indicativo das forças aéreas estacionadas no Arquipélago dos Açores  
ARANGOLA – Indicativo das forças aéreas estacionadas em Angola  
ARVERDE – Indicativo das forças aéreas estacionadas no Arquipélago de Cabo Verde  
ATD – Hora real de partida  
BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento  
CCN – Companhia Colonial de Navegação  
CDR – Commander (Oficial Superior da Marinha)  
CEE – Comunidade Económica Europeia  
CEMA – Chefe do Estado-Maior da Armada  
CEME – Chefe do Estado-Maior do Exército  
CEMFA – Chefe do Estado-Maior da Força Aérea  
CEMGFA – Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas  
CFR – Capitão-de-Fragata  
CIA – Central Intelligence Agency  
CMD – Comandante  
COMARANGOLA – Indicativo do comando do destacamento da Força Aérea em Angola  
COMARVERDE – Indicativo do comando das forças aéreas estacionadas em Cabo Verde  
COMDEFARVERDE – Indicativo do comando do destacamento da Força Aérea em Cabo Verde  
COMDEFMARGUINÉ – Indicativo do comando do destacamento da Marinha na Guiné  
CNA – Comando Naval de Angola  
CTF – Combat Task Force  
CTG – Combat Task Group  
CTU – Combat Task Unit  
CUF – Companhia União Fabril  
CUN – Comissão de Unidade Nacional  
DEFNAC – Ministério da Defesa Nacional  
DRIL – Directório Revolucionário Ibérico de Libertação  
EFTA – European Free Trade Association (Associação Europeia de Comércio Livre)  
EMGFA – Estado-Maior General das Forças Armadas  
ETD – Hora prevista de partida



ETA – Hora prevista de chegada  
EUA – Estados Unidos da América  
FAP – Força Aérea Portuguesa  
FET – Falange Espanhola Tradicionalista  
FLN – Frente de Libertação Nacional  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
FNLA – Frente Nacional para a Libertação de Angola  
GAC – Grupos Armados de Combate  
GATT – General Agreement on Tariffs and Trade  
HMS – His Majesty Ship (navio de guerra britânico)  
ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa  
JAP – Juntas de Acção Patriótica  
JLN – Junta de Libertação Nacional  
JONS – Juntas de Ofensiva Nacional-sindicalista  
JPP – Junta Patriótica Portuguesa (Venezuela)  
LCDR – Lieutenant-commander (da Marinha)  
MAAG – Military Assistance and Advisory Group  
MAIORFAP – Estado-Maior da Força Aérea  
MAIORMAR – Estado-Maior da Marinha  
MHQ – Maritime Headquarter (posto de comando da Marinha)  
MN – Milha náutica (ou em inglês: NM - Nautical Mile - equivale a cerca de 1,8 km)  
MNI – Movimento Nacional Independente  
MMI – Movimento Militar Independente  
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola  
MSG – Mensagem  
MUD – Movimento de Unidade Democrática  
MUNAF – Movimento de Unidade Nacional Anti-fascista  
NATO – North Atlantic Treaty Organization  
NBC – National Broadcasting Corporation  
N/C – Número de Cauda (de uma aeronave)  
OECE – Organisation Européenne de Coopération Économique  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PCP – Partido Comunista Português  
PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado  
PS – Partido Socialista  
RADM (Rear-admiral) – Contra-almirante  
RI – Relações Internacionais  
SITREP – Situation Report, Relatório de Situação (militar)  
SNI – Secretariado Nacional de Informação  
TAP – Transportes Aéreos Portugueses  
TG – Task Group (Grupo-tarefa, de combate)  
TSF – Comunicações de radiofrequência (telegrafia sem fios)  
TU – Task Unit (Unidade-tarefa, de combate)  
UPA – União dos Povos de Angola  
UPNA – União dos Povos do Norte de Angola  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
US – União Socialista  
USA – United States of America  
USD – Dólar norte-americano  
USS – United States Ship (navio de guerra norte-americano)  
V/Alm. – Vice-Almirante  
IIª G. M. – Segunda Guerra Mundial

## **CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO**

### *1.1 TEMA E OBJECTIVO*

O desejo de viver numa sociedade gerida de acordo com as opções e escolhas livremente expressas pela maioria dos cidadãos vem já da antiga Grécia, berço da democracia (o governo do Povo, pelo Povo e para o Povo). Já nessa altura havia a noção de que o regime político assente nos ideais democráticos era (apesar de tudo) a forma “menos má” de governar politicamente os povos.

O desenvolvimento desse ideal de sociedade, no entanto, só foi possível na Idade Moderna, altura em que se verificaram as condições efectivas para poder “germinar”. O movimento tendente a implementar a democracia teve então a sua génese em finais do século XVIII, com a independência dos Estados Unidos da América (a 4 de Julho de 1776).

O Colonialismo<sup>1</sup>, expressão de domínio e exploração sobre outros territórios e povos, conheceu um incremento significativo sobretudo após a Conferência de Berlim, realizada em finais do século XIX (1884-1885), com a partilha dos territórios africanos e o conseqüente reconhecimento dos designados impérios coloniais por parte de algumas das principais potências europeias: Inglaterra, Alemanha, Itália, França, Portugal e Bélgica. O movimento colonialista teve, no entanto, uma implantação breve, pois cerca de meio século depois começaram a fazer-se sentir os primeiros impulsos de resistência, revelando as situações a que estavam sujeitos os povos colonizados, incluindo a prática do escravagismo. Mas foi só após a IIª Guerra Mundial que estes movimentos ganharam maior desenvolvimento, sendo então apoiados pelas principais potências, bem como pelas nações africanas e asiáticas, por razões que serão explanadas no corpo da Tese.

---

<sup>1</sup> Colonialismo: política de exercer o controle ou a autoridade sobre um território ocupado e administrado por um grupo de indivíduos com poder militar, ou por representantes do governo de um país ao qual esse território não pertencia, contra a vontade dos seus habitantes que, muitas vezes, são desapossados de parte dos seus bens (como terra arável ou de pastagem) e de eventuais direitos políticos que detinham. A exploração desenfreada dos recursos dos territórios ocupados – incluindo a sua população, quase totalmente aniquilada, como aconteceu nas Américas, ou transformada em escravos que espalharam pelo resto do mundo, como na África – levou a movimentos de resistência dos povos locais e finalmente, à sua independência, num processo denominado descolonização, terminando estes impérios coloniais em meados do século XX.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Colonialismo>.

A Organização das Nações Unidas (ONU),<sup>2</sup> como organização política internacional universal, dando expressão aos ideais consignados na respectiva Carta, nomeadamente os da igualdade entre os povos e nações, proporcionando a todos as mesmas oportunidades para decidirem, livremente, o seu destino e o seu modo de desenvolvimento, constituiu-se como o “fórum” privilegiado de apoio aos ideais democráticos e aos movimentos anti-colonialistas.

Em termos gerais, o meu trabalho procura analisar as implicações políticas, sociais e geopolíticas de toda esta nova envolvência, surgida no período que se seguiu à IIª Guerra Mundial e que se repercutiu até ao início da década de 1960, num movimento imparável de mudanças que teve como consequência o surgimento de uma “nova ordem mundial”.

O tema específico desenvolvido no trabalho é o sequestro do pacote português *Santa Maria*, acção que foi “baptizada” pelos seus mentores como “Operação Dulcineia”. Este acto foi perpetrado em Jan./Fev. 1961 por um grupo de revolucionários e activistas políticos, constituído por portugueses e espanhóis, chefiados pelo português Henrique Galvão, capitão do exército, e pelos galegos José Fernández Vázquez, comandante da Marinha espanhola, e José Velo Mosquera, professor.

Este episódio insere-se num movimento mais vasto de contestação e hostilidade crescentes para com os regimes ditatoriais salazarista e franquista, então vigentes na Península Ibérica, movimento até aí quase exclusivamente desenvolvido no interior dos próprios países. Esta acção procurou exteriorizar esta oposição, bem como confrontar a opinião pública internacional com a realidade política e social vivida em Portugal e Espanha e, deste modo, procurar criar uma corrente internacional de convergência política, mobilizadora das sinergias necessárias para induzir a queda dos regimes salazarista e franquista. O objectivo seguinte seria o de criar as condições para provocar a queda desses regimes pela via armada revolucionária, através do desenvolvimento de acções militares “de fora para dentro” dos territórios de Portugal e Espanha, tendo como bases de apoio os territórios africanos “libertados”. Tendo o primeiro objectivo sido alcançado, já o segundo (muito mais utópico e portanto de muito mais difícil execução e de muito menor probabilidade de êxito) teve que ser reequacionado e abandonado por parte dos dirigentes revolucionários, por motivos imponderáveis que aconselharam a essa tomada de decisão.

---

<sup>2</sup> 26 de Junho de 1945 - Assinatura da Carta das Nações Unidas por 50 países, na Conferência de São Francisco; 24 de Outubro de 1945 – Criação formal da Organização das Nações Unidas.

A acção desenvolvida ficou célebre porque se constituiu como o primeiro acto de sequestro de um navio, por motivos políticos, nos tempos modernos. Na altura, o meio escolhido revelou-se ser o mais eficaz para captar as atenções dos “media” e da opinião pública internacional para os objectivos pretendidos. Poucos meses depois verificar-se-ia uma acção idêntica, tendo desta vez como meio de actuação uma aeronave da companhia portuguesa de transporte aéreo TAP (Transportes Aéreos Portugueses), constituindo-se também como a primeira acção de sequestro de um avião, motivada por razões de natureza estritamente política.

Este trabalho tem, essencialmente, como objectivo mostrar como se projectou e desenvolveu a operação de sequestro do paquete *Santa Maria*, bem como de procurar realçar as principais razões e as motivações que levaram ao desencadear de uma acção desta natureza, inserida num contexto e numa conjuntura nacional e internacional potenciadora de iniciativas e movimentos de forte contestação política (em termos ideológicos e das opções) e de movimentos sociais de cariz revolucionário, sindical ou outro.

Irei contemplar neste estudo o período cronológico que se estende do final da IIª Guerra Mundial até aos inícios da década de 1960 (1945-1961). Foi este um dos períodos mais exigentes para a política externa portuguesa, evidenciando-se como questões fulcrais as relacionadas com as sucessivas renegociações dos acordos sobre a concessão de facilidades aos EUA nos Açores; a adesão de Portugal à NATO, em 1949; a adesão de Portugal à Organização das Nações Unidas (ONU), em 1955; confrontação de Portugal, no seio da ONU, com a situação sociopolítica dos territórios coloniais por si administrados; as negociações para a adesão de Portugal à EFTA (*European Free Trade Association* - Associação Europeia de Comércio Livre), que decorreram entre 1956 (quando a Grã-Bretanha lançou a proposta de criação de uma Zona de Comércio Livre entre os países da OECE e a futura CEE) e 1960, data de entrada em vigor da EFTA; as tentativas de adesão de Portugal à CEE; as negociações visando a adesão ao Fundo Monetário Internacional – FMI; as questões relacionadas com o processo de reestruturação, rearmamento e modernização das Forças Armadas portuguesas, entre outros.

Os métodos utilizados na recolha da informação foram preferencialmente a pesquisa bibliográfica e de outra documentação avulsa existente em Bibliotecas e Arquivos Históricos, militares e civis, bem como entrevistas com possíveis intervenientes na acção ou personagens que seguiram mais de perto o desenrolar dos acontecimentos (mantidos sempre como secretos), fontes inestimáveis de informação que permitiram aportar todo um manancial de informação que, de outro modo, seria muito difícil obter.

A metodologia seguida é a seguinte: no Capítulo 1 é apresentado o tema de pesquisa (geral e específico) e o objectivo do trabalho. É ainda realçada a importância do tema e feita a descrição dos métodos utilizados na procura de fontes, orais e escritas. No Capítulo 2 faço o enquadramento dos factos de âmbito histórico, das relações internacionais, geopolítico e geoestratégico, bem como abordo o ambiente sócio-político que se vivia em Portugal. Apresentam-se as motivações particulares para o desenvolvimento as acções visando a queda do regime salazarista e a democratização da sociedade portuguesa e é abordada a problemática do Ultramar português; O Capítulo 3 é dedicado à figura do capitão Henrique Galvão. Apresenta-se na sua biografia, a sua faceta de militar, de explorador africano e de escritor, bem como a sua acção como revolucionário e oposicionista (chegando mesmo a fazer disso a sua razão de viver) a Salazar e ao Regime. No Capítulo 4 é descrita em pormenor a “Operação Dulcineia”, a sua preparação, desenvolvimento e toda a sua envolvente, nacional e internacional. O Capítulo 5 procura mostrar quais as repercussões que teve a acção contra o pacote *Santa Maria*, a nível interno. No Capítulo 6 extraem-se as conclusões relativas ao desenvolvimento da “Operação Dulcineia”. O Capítulo 7 diz respeito às fontes, referências bibliográficas e outras. O Capítulo 8 engloba os Anexos, onde se apresentam os documentos que complementam o trabalho.

## **CAPÍTULO 2 – IDEAIS SOCIO-POLÍTICOS E FACTORES MOTIVADORES**

Neste capítulo introdutório serão analisados os principais factores que, de uma forma geral ou particular, tiveram uma influência decisiva, directa ou indirecta, no desencadear do acontecimento que constitui o tema do trabalho. São abordados os principais movimentos sociopolíticos que se desenvolveram a nível nacional, bem como os novos ideais defendidos nos “fóruns” internacionais. Será analisada a problemática colonial portuguesa e os reflexos que teve no (quase sempre difícil) relacionamento diplomático, no período temporal abordado neste trabalho. Será ainda analisada a situação geopolítica e das Relações Internacionais que se começou a construir após o termo da IIª Guerra Mundial e o modo como o País procurou adaptar a sua estratégia a essa nova realidade.

Por definição, um acontecimento é o resultado de uma “cadeia” de factos e eventos que o influenciaram, de forma positiva ou negativa. Procurarei, assim, evidenciar as circunstâncias que mais influíram na tomada de decisão para o desencadear da acção contra o pacote *Santa Maria*.

### *2.1 A OPOSIÇÃO AO ESTADO NOVO*

Banidos os partidos políticos em consequência da instauração da ditadura militar após o golpe de 28 de Maio de 1926, situação oficializada no texto da Constituição da República Portuguesa de 1933 e na institucionalização do Estado Novo, tal não implicou a extinção da resistência e oposição à situação vigente, antes empenhou ainda mais os sectores democráticos e republicanos, começando pelas tentativas falhadas de restauração da democracia ao longo da década de 1930. A oposição ao Estado Novo foi-se consolidando e desenvolvendo progressivamente, passando por uma primeira fase que se estendeu até 1943 e se caracterizou por um tipo de oposição fraca e desorganizada, dominada por concepções anarquistas, que privilegiavam a acção violenta, radical e armada. O Partido Comunista Português – PCP, fundado em 1921, representava a principal estrutura organizada dessa oposição. Na década de 1940, Álvaro Cunhal tornou-se o dirigente incontestado do PCP, conduzindo a resistência anti-salazarista.<sup>3</sup> O regime empenhava-se sobretudo em combater a oposição civil, mas também em manter controladas nos Quartéis as Forças Armadas, procurando eliminar qualquer tipo de dissidência.

---

<sup>3</sup> José Pacheco Pereira, “O PCP e a política de unidade – a criação do MUNAF”, in Álvaro Cunhal. Uma biografia Política. “Duarte”, o dirigente clandestino (1941-1949), Vol. 2, p. 340.

A segunda fase decorreu de 1943 até ao início da década de 1960. A oposição política continuou a desenvolver-se sobretudo em torno do Partido Comunista Português, bem como em torno das principais correntes liberais e social-democratas. O PCP encontrava-se estruturado por células e a sua influência fazia-se sentir sobretudo entre a intelectualidade urbana, entre o proletariado das áreas industriais de Lisboa, do Porto e de Setúbal e entre os camponeses do Ribatejo e dos latifúndios do Alentejo. Verifica-se, assim, que a maior incidência dos protestos sociopolíticos se verificava predominantemente em regiões onde imperava o regime assalariado.<sup>4</sup> O primeiro objectivo da sua acção era o derrube do regime salazarista e a instauração de uma nova ordem política interna. Será a época do designado “ciclo de papel”,<sup>5</sup> como a ela se referiu Humberto Delgado, em que a Oposição se manifestou praticamente só através de artigos publicados nos jornais, de panfletos distribuídos nas ruas, de exposições escritas apresentadas à ONU e à Liga dos Direitos do Homem, dispendo de um número reduzido de elementos como militantes fiéis e empenhados.<sup>6</sup>

Em Dezembro de 1943 foi constituído o Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF), cujo principal dirigente era o general Norton de Matos, antigo Alto-comissário da República em Angola. Era uma organização política clandestina, que pretendia agrupar e organizar a Oposição. Foi a primeira organização “unitária”, cujo processo de formação se iniciou em 1942, por via de uma recomposição na área do socialismo reformista, e que levaria à criação da União Socialista (US).<sup>7</sup> Dentro da estrutura do MUNAF existiam duas estratégias de resistência e oposição política: a estratégia dos republicanos e a do PCP. A estratégia seguida pelos republicanos era a da conspiração militar, procurando criar as condições necessárias para que se produzisse um golpe-de-Estado, facilitado pela existência nos seus quadros dirigentes do general Norton de Matos e de outros militares. Assim, “foi criado um comité revolucionário que aliciou várias figuras militares a começarem a preparar projectos”.<sup>8</sup>

---

<sup>4</sup> Fernando Martins, “*Visão sintética sobre as realidades estruturais e a sua evolução*”, in *Nova História de Portugal. Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, p. 291.

<sup>5</sup> Sonsoles Cabeza Sánchez-Albornoz, “*La oposición democrática a las dictaduras ibéricas (1940-1965)*” in *Cuadernos de Historia Contemporánea*, 1999, n.º 21, p. 298.

<sup>6</sup> *Idem*, p. 298.

<sup>7</sup> José Pacheco Pereira, “*O PCP e a política de unidade – a criação do MUNAF*”, in Álvaro Cunhal. *Uma biografia Política*, p. 345.

<sup>8</sup> Sonsoles Cabeza Sánchez-Albornoz, “*La oposición democrática a las dictaduras ibéricas (1940-1965)*”, p. 698.



O Partido Comunista Português continuava a ser a força predominante na oposição ao regime. As grandes greves dos anos de 1943 e 1944 tinham dado origem a um aumento da sua influência no seio da população, tendo podido recrutar então novos militantes. Em 1945 o PCP está na “linha da frente” da luta contra a ditadura, mantendo uma hábil política de alianças com os vários sectores da oposição, que se prolongou até às eleições presidenciais de 1949.<sup>9</sup>

Tendo como base as condições materiais muito difíceis que se viviam no País, foi o desfecho da IIª Guerra Mundial, com a vitória das nações onde vigoravam regimes democráticos, que criou as condições de unidade da oposição em Portugal e também as de uma resistência mais activa contra Salazar, ao relançar as ideias democráticas. O movimento internacional de luta antifascista e, especialmente, o exemplo dos movimentos de resistência nos países europeus ocupados, serviram de motivação entre todas as forças progressistas ou liberais em Portugal.<sup>10</sup> Salazar parece não ter tomado consciência das alterações geopolíticas que se tinham verificado e da perda de influência do seu aliado britânico, nem das suas repercussões numa Europa caminhando para uma via mais democrática.<sup>11</sup>

Circulava a ideia de que existiria um movimento no sentido de levar os militares democratas a intervir mais directamente na vida política mas, por diversos motivos, o movimento foi sendo sempre adiado. Durante a IIª Guerra Mundial, o pretexto era o perigo de intervenção espanhola. Depois, a razão foi a “*repentina conversão democrática de Salazar, acreditando (a Oposição) na possibilidade de uma mudança pacífica do Regime. Mas, à medida que se tornava evidente o carácter fraudulento da liberalização salazarista, ressurgiram as conspirações golpistas*”.<sup>12</sup> Nesse sentido, Salazar viu então a necessidade de efectuar algumas mudanças políticas estratégicas, nomeadamente permitindo a realização de eleições. Em Agosto de 1945 assume o compromisso de realizar eleições livres, desenvolvendo uma série de medidas liberalizadoras, acompanhadas por afirmações e atitudes politicamente ambíguas, mas que davam a impressão de que o regime tenderia para uma

---

<sup>9</sup> Fernando Rosas, “O País, o regime e a oposição nas vésperas das eleições de 1958”, in Portugal Contemporâneo, Vol. V, p. 27.

<sup>10</sup> David L. Raby, “O problema da unidade antifascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado, em 1958” in Análise Social, Vol. XVIII, p. 876.

<sup>11</sup> Yves Léonard, “O Ultramar Português”, in História da Expansão Portuguesa, Vol. 5, p. 32.

<sup>12</sup> David L. Raby, “O MUNAF, o PCP e o problema da estratégia revolucionária da Oposição, 1942-47”, in Análise Social, Vol. XX (84), p. 698.

democratização controlada, procurando dar, sobretudo às democracias ocidentais, uma boa imagem do Regime.<sup>13</sup> Quase toda a oposição então se aquieta, aguardando os acontecimentos.

Nessa altura a Oposição, não enquadrada pelo PCP, encontrava-se fragilizada por falta de organização e de unidade, bem como com as hesitações quanto à melhor tática a adoptar. Mas a pressão reformista surgiria dos próprios quadros do Regime, dentro da legalidade então vigente, com a implementação da designada “ala liberalizante”, encabeçada por Marcelo Caetano.<sup>14</sup> Por seu lado, o PCP defendia a “insurreição de massas” e o levantamento do proletariado nacional antifascista, de que resultaria um processo de intensificação das lutas populares (com a realização de greves, manifestações, lutas pelo pão e pelos géneros), da preparação de destacamentos armados de trabalhadores e da subversão no interior das Forças Armadas.<sup>15</sup>

O MUNAF foi então substituído pelo Movimento de Unidade Democrática (MUD), em Outubro de 1945, a fim de preparar as forças da Oposição para as eleições seguintes. Era uma organização política tolerada pelo regime, tendo como principal objectivo proporcionar um debate público em torno da questão eleitoral. Teve grande apoio popular, conseguindo agrupar muitos dos opositores ao Estado Novo, principalmente intelectuais e profissionais liberais. As suas críticas não incidiam sobre a estrutura do Estado, mas sobre a natureza do próprio Regime. Relativamente ao Império português, não assumiram então qualquer posição anti-colonial, até aos acontecimentos que se desenrolaram ao longo do ano de 1961. O seu principal objectivo era o da instauração da democracia. Restabelecida esta, o problema colonial poderia então ser objecto de debate e confronto de ideias, de forma a encontrarem-se as soluções possíveis. Por esta razão, e sendo o Estado Novo ferozmente contra qualquer tentativa de aproximação política aos ideais democratizantes, incluindo o debate relativo à possível mudança de situação política nos territórios ultramarinos, o MUD foi interdito logo em Janeiro de 1948. Porém, muitos dos seus antigos membros continuaram na oposição, integrando-se então na comissão de apoio à candidatura do general Norton de Matos à Presidência da República, eleições que se realizaram em Abril do ano seguinte.

---

<sup>13</sup> José Pacheco Pereira, “*O PCP e a política de unidade – a criação do MUNAF*”, in Álvaro Cunhal. Uma biografia Política, p. 550.

<sup>14</sup> Marcelo José das Neves Alves Caetano (Lisboa, 17 de Agosto de 1906 – Rio de Janeiro, 26 de Outubro de 1980), jurista, professor catedrático de Direito e político. Foi o último Presidente do Conselho de Ministros do Estado Novo.

<sup>15</sup> David L. Raby, “*O MUNAF, o PCP e o problema da estratégia revolucionária da Oposição, 1942-47*”, p. 693.

A 10 de Abril de 1947 falha um golpe militar, que vinha sendo preparado desde Maio de 1946, quando é constituída a Junta de Libertação Nacional (JLN). Nela se incluíam elementos quer militares, quer civis, de que se destacaram, na ala militar, o general Marques Godinho (designado comandante das operações militares), o general Carlos Maria Ramires, o comandante Pires de Matos e o major Sarsfield Rodrigues (chefe do Estado-Maior da operação). A parte civil contou com elementos recrutados entre republicanos e socialistas, como João Soares, Teófilo Carvalho dos Santos e Castanheira Lobo, entre outros. O golpe militar representou na altura uma tentativa para resolver o impasse a que se tinha chegado perante a impossibilidade de o movimento político de massas, só por si, poder derrubar o Regime.<sup>16</sup>

A Oposição vai ter então uma participação muito activa nas eleições presidenciais de 1949 (Norton de Matos vs Óscar Carmona), assim como terá nas seguintes eleições de 1951 (Quintão Meireles/Rui Luís Gomes vs Craveiro Lopes<sup>17</sup>) e de 1958 (Humberto Delgado vs Américo Tomás<sup>18</sup>), proporcionando o seu apoio aos candidatos oposicionistas.

Em Março de 1949 o PCP é profundamente atingido com a prisão de dois dos seus principais dirigentes: Álvaro Cunhal e Militão Ribeiro, com a descoberta de instalações clandestinas e a apreensão de documentação importante referente às actividades do partido. Naquela altura, a CIA registava que o Partido Comunista Português era relativamente pequeno e não representava uma verdadeira ameaça para o Regime. Estimava que a organização do partido seria composta por cerca de 800 células, o que significava o envolvimento em actividades clandestinas de um número rondando as 4.000 pessoas.<sup>19</sup>

No início da década de 1950 a situação das forças que lutavam pela instauração de um regime democrático em Portugal aparentemente continuava a não ser muito favorável. Tinha-se perdido muito do entusiasmo popular vivido durante as campanhas eleitorais que se realizaram entre 1949 e 1951, que se saldaram em derrotas para os candidatos da Oposição.

---

<sup>16</sup> Susana Martins, “*Socialistas na Oposição ao Estado Novo. Um Estudo sobre o Movimento Socialista Português de 1926 a 1974*”, p. 65.

<sup>17</sup> Francisco Higinio Craveiro Lopes (1894-1964). Terceiro Presidente da República Portuguesa, na vigência do Estado Novo, entre 1951-1958.

<sup>18</sup> Américo de Deus Rodrigues Tomás (1894 -1987). Quarto Presidente da República Portuguesa, sucedendo a Craveiro Lopes. Reeleito em 1965 e 1972. A Revolução de 25 de Abril de 1974 interrompe o seu mandato (que se deveria prolongar até 1979), tendo sido exilado no Brasil. Só regressaria a Portugal em 1978, autorizado pelo então presidente da República, general Ramalho Eanes.

<sup>19</sup> José Freire Antunes, “*Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*”, p. 77.

Também se perdera um pouco do espírito de unidade antifascista, com o regime a conseguir uma maior aceitação internacional, desde logo com a adesão de Portugal à NATO,<sup>20</sup> uma organização militar internacional. A Oposição, apesar de tudo, passando por altos e baixos no seu percurso, procurava manter-se activa e empenhada no combate político contra o regime salazarista. Nesse sentido, logo em 1951 foram constituídas algumas organizações, nomeadamente a Organização Cívica Nacional, a Frente Socialista, a Causa Republicana e a Frente Nacional Liberal e Democrata, bem como a Resistência Republicana (mais tarde denominada Resistência Republicana e Socialista) e a Acção Democrático-Social.<sup>21</sup> Esta organização irá elaborar, em 1961, um documento intitulado: “Programa para a Democratização da República”, ideia lançada pelo activista Jaime Cortesão, cuja morte inesperada impede o projecto de se concretizar, acabando então por ser posta em prática por elementos ligados à Resistência Republicana, que consideravam prioritário a formação de uma Frente Antifascista, como principal instrumento de luta. Mas será só a partir de 1952 que a Oposição passará a ser mais activa e eficiente, resultado da coligação das estruturas resistentes militares e civis.<sup>22</sup>

Para além da adesão de Portugal à NATO, que permitiu então reforçar internacionalmente a aceitação da situação política portuguesa, o regime aproveitou também para consolidar as suas ligações com a vizinha Espanha, promovendo a vinda de Franco a Portugal, em Setembro de 1949, e um encontro de Salazar com Franco em Ciudad Rodrigo, em Abril de 1952, bem como a visita a Espanha do Presidente Craveiro Lopes, em 1953. Dados estes factos, na opinião de Susana Martins, a “democracia orgânica” de Salazar parecia mais segura em meados dos anos 50 do que em qualquer outro momento, após a IIª Guerra Mundial.<sup>23</sup>

Salvo um ou outro caso pontual que fugia à normalidade, como foram os casos políticos havidos com o capitão Henrique Galvão e com o general Humberto Delgado, a situação política interna era no geral calma, calma conseguida sobretudo pela repressão desencadeada por parte da PIDE em relação aos opositores, tendo-se prolongando essa estabilidade até ao ano de 1957. Porém, a situação iria mudar já no ano seguinte.

---

<sup>20</sup> David L. Raby, “*O problema da unidade antifascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado, em 1958*”, p. 876.

<sup>21</sup> Susana Martins, “*Socialistas na oposição ao Estado Novo – Um estudo sobre o movimento socialista português de 1926 a 1974*”, p. 72.

<sup>22</sup> Sonsoles Cabeza Sánchez-Albornoz, “*La oposición democrática a las dictaduras ibéricas (1940-1965)*”, p. 298.

<sup>23</sup> Susana Martins, “*Socialistas na oposição ao Estado Novo – Um estudo sobre o movimento socialista português de 1926 a 1974*”, p. 72.

Henrique Galvão, antigo apoiante do Estado Novo mas já então em “rota de colisão” com o Regime, pelas razões que abordaremos mais à frente, apoia então a candidatura do general Humberto Delgado, seu amigo pessoal, às eleições presidenciais de 1958. Galvão define de forma clara a sua própria atitude política ao declarar que, sendo “*tido em ocasiões distintas ora como fascista, ora como filo-comunista, não era nem uma coisa nem outra, em virtude de ser intransigentemente anti-totalitário*”.<sup>24</sup>

Na candidatura da Oposição a essas eleições integravam-se, para além dos tradicionais grupos antifascistas, também católicos e monárquicos anti-salazaristas. De acordo com a análise de Franco Nogueira, Humberto Delgado proclamava-se candidato independente, mas congregava o apoio dos “*republicanos tradicionais, dos democratas da velha guarda, dos dissidentes e ressentidos e de uma forma geral de todos os opositoristas que não se situem na extrema-esquerda*”.<sup>25</sup> Era então visto como um indivíduo “*extravagante, loquaz, e com uma visão internacional dos problemas. Era fortemente pró-americano e era um tipo com graça: extrovertido, voluntarista, impetuoso e sempre pronto a dizer o que pensava*”.<sup>26</sup> Foi muito influenciado pelo ambiente e pelos ideais norte-americanos, considerando que o Regime português estava desajustado da realidade e que Oliveira Salazar não dispunha já de condições psíquicas para compreender os novos tempos.

A campanha eleitoral e as eleições presidenciais que decorreram no ano de 1958 vieram assim alterar substancialmente a tranquilidade política vigente. Ninguém se tinha apercebido das tensões sociopolíticas acumuladas numa sociedade em mudança, mas constrangida por bloqueios políticos, institucionais e ideológicos de toda a espécie, em que a oposição permanecia “*silenciada, mas também silenciosa*”.<sup>27</sup>

A campanha eleitoral decorreu em ambiente de grande agitação social, numa declaração expressa de apoio popular ao candidato da Oposição, general Humberto Delgado. Assim, dado o ambiente em que estava a decorrer a campanha, assumindo proporções de contestação nunca imaginadas pelo governo, a 19 e 21 de Maio, em reuniões havidas com o Ministro da Defesa, os altos comandos militares reafirmam a sua fidelidade institucional a Salazar e ao

---

<sup>24</sup> Artigo da autoria de Henrique Galvão, publicado em Junho de 1964 no jornal *O Estado de São Paulo*, e incluído na Série: “As relações entre o Brasil e Portugal”, inserto no Ofício nº 320, de 3 de Julho de 1964, enviado do Consulado Geral em São Paulo - Brasil e dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa. Arquivo Histórico-Diplomático /PAE/Maçõ 15, Capitão Henrique Galvão – Tentativa de Golpe de Estado. Prisão e julgamento 1952/58.

<sup>25</sup> Franco Nogueira, “*História de Portugal 1933-74*”, II Suplemento, Porto, Livraria Civilização, p. 98.

<sup>26</sup> José Freire Antunes, “*Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*”, p. 79.

<sup>27</sup> Fernando Rosas, “*O País, o regime e a oposição nas vésperas das eleições de 1958*”, Vol. V, p. 15.

Ministro da Defesa Santos Costa<sup>28</sup>, dando-lhes conta da sua disponibilidade para continuar a garantir a “ordem” contra a designada “ameaça delgadista”.<sup>29</sup> Porém, dada a situação de agitação social que se vivia, Santos Costa fez com que fossem transferidos os comandos da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana da alçada do Ministério do Interior para o seu Ministério.<sup>30</sup>

Humberto Delgado, por sua vez, vai mantendo contactos discretos, por escrito ou por interpostas pessoas, com o ainda presidente Craveiro Lopes e com o general Botelho Moniz, chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, apelando-lhes para que interviessem mais activamente na campanha eleitoral. Porém, estes não se mostraram sensíveis aos apelos feitos, e não tomam assim qualquer tipo de iniciativa nesse sentido.<sup>31</sup>

O clima de agitação social e de grande contestação política agravou-se após a divulgação oficial dos resultados das eleições quando, contrariamente às expectativas da Oposição, o seu candidato foi declarado derrotado.

A grande mostra de descontentamento popular e o comportamento pessoal de Delgado, fazendo uma campanha de “ar livre”, de rua, tinham confundido o próprio Regime, pois tudo isso fugia ao que era habitual ver-se de parte da Oposição tradicional. Percebeu-se que alguma coisa de essencial começava a mudar na sociedade e na vida política portuguesa, dentro e fora da área do Poder.<sup>32</sup> A campanha de Humberto Delgado teve ainda como reflexo positivo fazer com que fossem mais e melhor conhecidas nos “media” internacionais as actividades oposicionistas, até aí alvo da indiferença dos meios de comunicação social estrangeiros. Grandes órgãos da imprensa inglesa, norte-americana e brasileira apercebem-se então da existência de um vasto

---

<sup>28</sup> Fernando dos Santos Costa (1889-1982) foi nomeado Subsecretário de Estado da Guerra, em 1936, quando tinha o posto de Capitão do Exército, tendo sido o braço direito de Salazar para a reorganização das Forças Armadas. O sistema de promoções baseado na selecção política em vez da antiguidade e do mérito favoreceu “homens novos que apoiam inquestionavelmente Salazar”. Sumariamente anti-americano, Santos Costa integrou durante a Segunda Guerra Mundial a facção pró-Hitler do Regime e era “bem conhecido pelas suas simpatias fascistas e pró-alemãs”. Já como Ministro da Guerra (1944-1950), Santos Costa continuou hostil aos Estados Unidos, mas depois acomodou-se: “a sua mudança de atitude deve-se, provavelmente, à expansão soviética na Europa e ao facto de só os Estados Unidos poderem oferecer protecção a Portugal e ao seu Império Colonial”. In: José Freire Antunes, *“Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa”*, p. 73.

<sup>29</sup> Fernando Rosas, *“A segunda crise do regime: o terramoto delgadista (1958-1962)”* in *História de Portugal, O Estado Novo (1926-1974)*, Vol. VII, p. 528-529.

<sup>30</sup> Dawn Linda Raby, *“A resistência anti-fascista em Portugal: comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974”*, p. 212.

<sup>31</sup> Fernando Rosas, *“A segunda crise do regime: o terramoto delgadista (1958-1962)”*, Vol. VII, p. 529.

<sup>32</sup> *Idem*, p. 527-528.

movimento de contestação à ditadura, “até aí aceite como entidade patriarcal, benévola e até adequada à menoridade política dos portugueses”.<sup>33</sup>

Humberto Delgado representava então a corrente revolucionária que entretanto tinha surgido no seio do Exército. A outra corrente era a dos reformistas, representada pelo general Botelho Moniz, que defendia a modernização das Forças Armadas, a reforma do Estado Novo e uma solução política moderada para o problema colonial. Era visível que o Governo começava a perder o controlo sobre as instituições militares.

Para Sánchez-Albornoz, a campanha eleitoral de Humberto Delgado constituiu também para a Oposição portuguesa num factor positivo, pois serviu para lhe demonstrar que a única maneira de instaurar a democracia no país residia não só na actividade interna por parte da Oposição, mas numa acção conjunta das forças oposicionistas, dentro e fora do País. Neste sentido, a 18 de Junho 1958 foi constituído no Brasil o Movimento Nacional Independente (MNI), no qual existia um departamento encarregue dos assuntos militares, dirigido por Henrique Galvão. O seu objectivo era o de preparar a queda do regime, pela via militar. Em colaboração com o MNI, foi constituído em Portugal o Movimento Militar Independente (MMI).<sup>34</sup>

As eleições presidenciais de 1958 deram, assim, origem a “ondas de choque” políticas e sociais, que se propagaram durante vários anos. O regime foi severamente abalado, não mais se recompondo. Nada voltaria a ser como antes. Poder-se-á dizer, sem receio de errar, que as eleições de 1958 constituíram verdadeiramente o “princípio do fim” do salazarismo e do próprio regime.<sup>35</sup>

Este grande abalo sofrido pelo Estado Novo e o receio dele se poder vir a repetir, fez com que Salazar visse a necessidade de modificar o sistema constitucional, no respeitante à eleição do Presidente da República. Ainda no Verão de 1958 (a 14 de Agosto), Salazar efectua uma grande remodelação governamental, demitindo o Ministro da Defesa Santos Costa e o ministro da Presidência Marcelo Caetano, nomeando para a pasta da Defesa o general Júlio Botelho Moniz, anterior CEMGFA, uma figura próxima politicamente do anterior presidente

---

<sup>33</sup> Fernando Rosas, “A segunda crise do regime: o terramoto delgadista (1958-1962)”, Vol. VII, p. 532.

<sup>34</sup> Sonsoles Cabeza Sánchez-Albornoz, “La oposición democrática a las dictaduras ibéricas (1940-1965)”, p. 305.

<sup>35</sup> Fernando Rosas, “A segunda crise do regime: o terramoto delgadista (1958-1962)”, Vol. VII, p. 523.

da República Craveiro Lopes e de Marcelo Caetano, fazendo também parte da designada “geração NATO”.<sup>36</sup>

Botelho Moniz inicia o seu percurso político demarcando-se primeiro e, depois, perseguindo mesmo os sectores militares mais conservadores do Regime, concretamente a facção afecta a Santos Costa, que tinha conseguido criar “anti-corpos” no seio das Forças Armadas, com a sua prepotência e o modo como processou o desenvolvimento das carreiras dos Oficiais, totalmente condicionadas pela fidelidade política.

A par da remodelação governamental, o regime inicia um intenso ataque contra a Oposição em que, por acção da PIDE, o PCP sofre novas perseguições. Segundo o testemunho de Susana Martins, “entre 1958 e 1959, o PCP perde cerca de 2/3 dos seus militantes (...)”.<sup>37</sup>

Em 1958 é constituído um movimento denominado de Acção Socialista. Os seus principais objectivos eram, no aspecto legal, a libertação dos presos políticos e a luta contra a censura e, na clandestinidade, a constituição de um movimento de resistência pacífica ao Salazarismo, bem como a organização de núcleos e quadros partidários para estabelecerem o entendimento de todas as forças da oposição, manifestando o seu apoio ao Movimento Nacional Independente.

Silenciadas e controladas, as Forças Armadas continuavam a constituir-se como o grande sustentáculo da ditadura, pelo que a fidelidade das suas chefias era imprescindível à manutenção do Regime.

O general Humberto Delgado tinha entretanto sido demitido da Aeronáutica Civil e aposentado compulsivamente da Força Aérea.

No campo religioso o descontentamento também grassava. Entre os sectores monárquicos e mesmo no interior da própria Igreja, tradicionais suportes do Regime, começam a aparecer vozes discordantes. Em Maio de 1958, um grupo de católicos envia um comunicado ao jornal *Novidades*, onde se critica o apoio dado por esse órgão oficioso da Igreja Católica ao Estado Novo. A Igreja Católica, oficialmente separada do Estado por uma Lei de 1911, viu consagrada a sua influência no aparelho do Estado através da “Concordata” de 1940, assinada entre Portugal e a Santa Sé, exercendo um grande influência sobre os crentes, inclusive em questões de natureza política.

---

<sup>36</sup> Geração NATO: conjunto dos Oficiais das Forças Armadas Portuguesas que passaram pelos Estados Unidos da América, colocados em organismos aí sedeados, e que foram influenciados pelo pensamento político norte-americano.

<sup>37</sup> Susana Martins, “*Socialistas na oposição ao Estado Novo – Um estudo sobre o movimento socialista português de 1926 a 1974*”, p. 78.



A Oposição começa a fazer-se sentir sobretudo entre os filiados nos movimentos Acção Católica e na Juventude Universitária Católica, impondo-se cada vez mais a corrente “progressista”, em clara rotura com o Regime.<sup>38</sup> Já na campanha presidencial de 1958, alguns católicos apareceram entre os apoiantes do candidato da Oposição, começando a manifestar o seu desagrado para com a própria hierarquia da Igreja, que até aí tinha conseguido silenciar os poucos que se tinham atrevido a assumir posições críticas. O Estado Novo via, assim, reduzida cada vez mais a sua base social de apoio.

Aproveitando a revisão constitucional do ano seguinte (1959), Salazar iria substituir a eleição do presidente da República por sufrágio directo por eleições por sufrágio orgânico, eliminando assim a possibilidade de sofrer o que designou de um “golpe-de-Estado constitucional”.<sup>39</sup> Deste modo, entre 1958 e 1962, o Regime vai atravessar uma das suas maiores crises. Iniciou-se com as eleições presidenciais de 1958 e continuou com o movimento conhecido por “Golpe da Sé”, por se reunirem os conspiradores numa dependência dos claustros da Sé de Lisboa, e que deveria eclodir na noite de 11 para 12 de Março de 1959. Do movimento faziam parte militares como o major de Artilharia Augusto Pastor Fernandes, o capitão Varela Gomes, o capitão Vilhena e o capitão Almeida Santos, e civis como o oficial da Marinha Mercante Manuel Serra, Fernando Oneto e Emídio Santana, “*com ligações mais ou menos estreitas a algumas figuras gradas do Regime, como são os casos do presidente do Tribunal Militar, general Lopes da Silva ou com o ex-presidente da República, general Craveiro Lopes*”,<sup>40</sup> O golpe falha mas os intervenientes não desmobilizaram, tendo os elementos civis criado uma organização clandestina, denominada Comissão de Unidade Nacional (CUN), que implementou a publicação do jornal “Tribuna Militar”, impresso numa tipografia do PCP.<sup>41</sup>

O regime, ciente do perigo que representava a liberdade de quem congregava o apoio de toda a oposição, procurou cercar-lha, pelo que foi emitido pela PIDE um mandato de captura contra Humberto Delgado, sob a acusação de subversão e incitação à revolta. Este consegue escapar à prisão solicitando asilo político na Embaixada do Brasil, em Janeiro de 1959. Por casualidade, tinha sido ali colocado um embaixador “*com uma dignidade absolutamente*

<sup>38</sup> Fernando Rosas, “*O País, o regime e a oposição nas vésperas das eleições de 1958*”, vol. V, p. 19.

<sup>39</sup> Fernando Rosas, “*A segunda crise do regime: o terramoto delgadista (1958-1962)*”, Vol. VII, p. 529.

<sup>40</sup> Susana Martins, “*Socialistas na oposição ao Estado Novo – Um estudo sobre o movimento socialista português de 1926 a 1974*”, p. 76 (em nota de rodapé).

<sup>41</sup> Sonsoles Cabeza Sánchez-Albornoz, “*La oposición democrática a las dictaduras ibéricas (1940-1965)*”, p. 305.

*democrática (...), que resistindo a todas as pressões e intrigas do ditador, lhe salvou a vida e (lhe deu) a liberdade*".<sup>42</sup> Esse embaixador era Álvaro Lins.

A apreensão, em Outubro de 1959, do romance de Aquilino Ribeiro com o título “Quando os Lobos Uivam” e o processo aberto contra o escritor, por ter dado realce à reacção popular contra a expropriação dos baldios serranos, foi mais uma “acha para a fogueira” da oposição que já “ardia” forte contra o Regime.<sup>43</sup>

O ano de 1960 (a 3 de Janeiro) começa com a fuga do Forte de Peniche de uma dezena de militantes do Partido Comunista Português (PCP), entre os quais Álvaro Cunhal. O incremento da acção repressiva para com a sociedade civil será, daí para diante, o traço que marcará o regime salazarista.<sup>44</sup> Compreensivelmente, foi sempre cautelosa a repressão dirigida contra os elementos dissidentes das Forças Armadas.

## 2.2 MUDANÇAS NOS SISTEMAS POLÍTICOS INTERNACIONAL E MUNDIAL

Por definição, um Sistema Político Internacional é um conjunto de centros independentes de decisão política que interagem com uma certa frequência e regularidade.<sup>45</sup>

Após a IIª Guerra Mundial verificam-se mudanças significativas no sistema político mundial, ou seja, no conjunto das regras que marcaram as relações internacionais até aí. A relação de forças existente desde a década de 1930 é então substituída por outra muito diferente: desaparece a estabilidade e o equilíbrio do sistema multipolar vigente até aí, imposto pelas grandes potências europeias e constituindo uma real “balança de Poder”.<sup>46</sup> A União Soviética, depauperada pela guerra e não dispondo ainda de armamento nuclear, não era ainda o sério opositor, que depois foi. A hegemonia inglesa (económica e marítima), criada após as guerras napoleónicas, foi assim substituída pela hegemonia americana, que procurou impor novas regras na economia internacional, que passou a ser dominada pelo Dólar. Os Estados Unidos foram assim ocupando progressivamente o espaço económico, industrial e geopolítico anteriormente ocupado pela

<sup>42</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 48.

<sup>43</sup> Fernando Rosas, “*A segunda crise do regime: o terramoto delgadista (1958-1962)*”, Vol. VII, p. 531.

<sup>44</sup> *Idem*, p. 531.

<sup>45</sup> Abel Cabral Couto, “*Elementos de Estratégia*”, vol. I, IAEM, p. 19.

<sup>46</sup> Na opinião de Raymond Aron, para se manter o equilíbrio da “balança de poder”, cada actor principal deverá actuar de modo a opor-se a qualquer tipo de coligação ou a um outro Estado que procure assumir uma posição de predominância em relação aos outros actores do sistema político internacional.

Inglaterra. Provocaram também alterações no Direito, na Moral e na Ética internacionais, além de redefinirem o próprio âmbito das relações internacionais: “a força do Direito passa a imperar sobre o direito da força”. Estamos, assim, perante uma situação nova e original nos sistemas mundiais.<sup>47</sup>

O historiador António Telo é de opinião de que é após 1945 que se inicia a Época Pós-industrial, considerando o fim da IIª Guerra Mundial como um dos mais importantes marcos históricos dos últimos séculos, “*um momento de transição entre Sistemas Internacionais, Sistemas Mundiais e entre Épocas Históricas*”.<sup>48</sup>

Com o fim da IIª Guerra Mundial e a derrota das grandes ditaduras europeias (a alemã, de Hitler e a italiana, de Mussolini), generalizou-se a convicção de que as ditaduras ibéricas (de Salazar em Portugal e de Franco em Espanha) não sobreviveriam muito mais aos novos tempos. Mas, perante a ameaça e o clima da Guerra-fria,<sup>49</sup> os aliados anglo-americanos procuram não fomentar mais problemas na Europa e apoiam a permanência de Salazar no governo de Portugal como garantia de estabilidade na região, de grande importância geoestratégica para o Ocidente. Nesse sentido, foram dados sinais claros de apoio à ditadura portuguesa, como foram os casos das visitas das Esquadras navais britânicas e norte-americanas a Lisboa (em Março e Junho de 1946 e Junho de 1948, respectivamente); as declarações de reconhecimento ao Governo português, em Junho de 1946, pelo auxílio prestado durante a guerra; o apoio da Grã-Bretanha e dos EUA ao pedido de adesão de Portugal à ONU, vetado pela URSS em Setembro de 1946; o acordo de cedência da Base das Lajes aos americanos, em Fevereiro de 1948; a entrada de Portugal na NATO, como membro fundador, em Abril de 1949 e, por fim, o Acordo de Defesa celebrado entre Portugal e os EUA.<sup>50</sup>

---

<sup>47</sup> António José Telo, “*Guerras globais e grandes transições*”, p. 18-19.

<sup>48</sup> António José Telo, “*Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*”, p. 20.

<sup>49</sup> A denominada Guerra-fria, na expressão de Walter Lippman, representa uma situação de tensão político-ideológica que já se verificava entre os Estados Unidos da América e a União Soviética, e que se arrastava desde o final da IIª Guerra Mundial, tornando real a divisão do mundo com o surgimento dos blocos capitalista (USA e Europa ocidental) e comunista (URSS e Leste europeu). Foi inaugurada pela doutrina Truman, que justificava uma intervenção militar para evitar que os comunistas chegassem ao poder em qualquer país, prevendo assim uma luta sem tréguas contra a expansão comunista no mundo. É chamada “fria” porque não houve qualquer combate físico, embora o mundo temesse o surgimento de um novo conflito mundial e por se tratar de duas superpotências com arsenais de armas nucleares. Durante esse período, norte-americanos e soviéticos travaram essencialmente uma luta ideológica, política e económica.

<sup>50</sup> Susana Martins, “*Socialistas na oposição ao Estado Novo – Um estudo sobre o movimento socialista português de 1926 a 1974*”, p. 67.

Como organização internacional, a importância da NATO para Portugal tem sido multifacetada e a sua compreensão exige uma aproximação em várias fases. Segundo a opinião do Prof. António José Telo, foi grande a sua influência sobre o país, pois “ (...) mudou a política de defesa portuguesa, alinou o país no sistema ocidental (...) desencadeando um processo (...) que levou Portugal para a sociedade pós-industrial e para o fim do Estado Novo, embora muitos anos depois”.<sup>51</sup> Ainda segundo António Telo, a mudança que teve mais impacto foi a ascensão de uma nova geração de oficiais, formados (nos e) pelos EUA no âmbito da NATO: a designada geração NATO, “ (...) formada pelos oficiais intermédios mais competentes do começo dos anos cinquenta. Quase todos passam pelos EUA, em estadias mais ou menos longas. Os mais conhecidos, têm normalmente no seu currículo um estágio nos órgãos da NATO, onde confirmam na prática o abismo que existe em relação a Portugal”.<sup>52</sup>

“A Guerra-fria foi um período em que a guerra era improvável e a paz, impossível.” Com esta frase, o pensador Raymond Aron<sup>53</sup> definiu o período conturbado que se seguiu à IIª G. M. de relacionamento entre os Estados Unidos e a União Soviética. A paz era impossível porque os interesses dos países capitalistas e comunistas/socialistas eram inconciliáveis por natureza; e a guerra era improvável porque o poder de destruição das armas nucleares era tão grande, que um confronto generalizado seria, com certeza, o último. Assim, naquela época, a situação caracterizava-se pelo designado “equilíbrio do terror”, a rivalidade bipolar entre as duas super-potências, sendo a realidade o conflito de interesses e a busca do Poder pelo interesse nacional permanente e objectivo de cada Estado, como actor de um sistema de Estados. No entendimento de Aron, “Poder equilibrado é Poder neutralizado”. Na opinião do Prof. António Telo, pode-se aceitar a expressão “rivalidade bipolar”, mas a realidade é que “os dois pólos não só são muito diferentes qualitativamente, como o seu peso relativo não é equivalente”.<sup>54</sup>

Logo nos primeiros anos de existência da Aliança Atlântica, procurou-se incluir a África nos planos de contingência e no perímetro de defesa da NATO, batendo-se Portugal também pela integração dos seus territórios africanos no respectivo quadro de responsabilidade geoestratégica, limitada a sua intervenção até ao Trópico de Câncer, pelas suas próprias

<sup>51</sup> António José Telo, “Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica”, p. 321.

<sup>52</sup> *Idem*, p. 329.

<sup>53</sup> Raymond Aron: pensador das Relações Internacionais, seguidor da corrente realista moderada, (n.1905-f.1983). É da sua autoria o livro “Guerra e Paz entre as Nações”.

<sup>54</sup> António José Telo, “Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica”, p. 19.

disposições estatutárias. Quando do desenvolvimento do seu processo de adesão à NATO, o Governo português colocou a questão das suas colónias, face aos estatutos da Aliança Atlântica. Os aliados responderam que as colónias portuguesas “*não poderiam considerar-se dentro da área de segurança prevista pelo Tratado, o que já acontecia com as possessões de outros países membros, como a França e a Inglaterra*”.<sup>55</sup> Segundo Proença Garcia, “*no quadro da Aliança Atlântica (NATO), África era apenas considerada uma área útil para manobras* (nesse sentido, os EUA vinham utilizando bases militares no continente africano, instaladas nomeadamente em países como a Libéria e a Costa do Marfim), *apesar dos repetidos apelos para a inclusão deste continente nos planos de contingência ou no perímetro de defesa da Aliança*”.<sup>56</sup>

O estabelecimento do ambiente de Guerra-fria teve também implicações significativas no âmbito da política interna portuguesa. O perigo ideológico advindo do bloco comunista, por um lado possibilitou que Salazar e o regime reforçassem a sua base social de apoio pelo recurso ao preconceito anticomunista e, por outro, fomentou polémicas e a desunião entre os movimentos opositores, dando origem a divisões e conflitos ideológicos.<sup>57</sup>

Segundo a visão do estrategista general Abel Cabral Couto,<sup>58</sup> para além dos Estados, das Organizações Internacionais e das Organizações Transnacionais, passaram também a ser considerados actores do Sistema Político Internacional, os Movimentos de Libertação Nacional. Nesse sentido os soviéticos, aproveitando os “ventos de mudança” que se faziam sentir pela autodeterminação e independência dos territórios sob administração colonial, aproveitaram para introduzir em África toda a sua influência ideológica, aliando-se e apoiando os movimentos para a autodeterminação e independência das colónias, em nome do movimento proletário internacional. A máquina militar e de propaganda política e ideológica soviética funcionava então em perfeita concertação, em termos de cooperação estratégica. Este movimento processou-se ao ritmo do despoletar dos nacionalismos africanos e foi condicionado pelos interesses das outras potências. Os movimentos de libertação irromperam, assim, por todo o continente africano e também pelo continente asiático.

---

<sup>55</sup> Luís Nuno Rodrigues, “*Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*”, p. 23.

<sup>56</sup> Francisco Proença Garcia, “*Análise Global de uma Guerra. Moçambique 1964-1974*”, p. 44.

<sup>57</sup> César de Oliveira, “*A aparente quietude dos anos 50*”, in Portugal Contemporâneo, vol. IV, p. 76.

<sup>58</sup> Abel Cabral Couto nasceu em Mateus, Vila Real, em 11-03-1932. Aí fez o curso de liceu que terminou em 1949. Coursou Artilharia, na Escola do Exército (1949/1953). É general do Exército na situação de reforma. Professor catedrático, convidado, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (desde 1987) e membro do Conselho Geral do EuroDefense Portugal.

Relativamente aos Estados Unidos, foi só com a Administração Kennedy que foi verdadeiramente tida em conta a realidade geoestratégica, sociocultural e política africana. Neste, como eventualmente noutros aspectos em relação a África, os norte-americanos foram largamente ultrapassados pelos soviéticos, o que lhes poderia ter custado muito caro, em termos geopolíticos, geoestratégicos e económicos. Na opinião de José Freire Antunes, a Administração norte-americana via a desagregação do mundo colonial como um mero epifenómeno da estratégia de Moscovo e o neutralismo<sup>59</sup> dos países do Terceiro Mundo como um estágio de transição para o comunismo”.<sup>60</sup>

### 2.3 A QUESTÃO COLONIAL

Sendo, por natureza, um regime colonialista, o Estado Novo queria manter a todo o custo a posse dos territórios ultramarinos, considerados pelo Regime uma das fontes do prestígio, do poder e do orgulho nacional. Este era um objectivo político absolutamente vital para Salazar. Objectivo não-negociável. A manutenção do Império era, assim, a ideia preponderante da visão geopolítica de Salazar. Em sua opinião, era unicamente garantindo a posse dos vastos territórios ultramarinos, que Portugal teria “peso” a nível internacional, evitando ser relegado para o lote dos países considerados periféricos.<sup>61</sup>

Na opinião do historiador Luís Nuno Rodrigues, para o Estado Novo a preservação do Império colonial era assim uma questão fundamental, o objectivo primordial da política externa do regime salazarista desde a IIª Guerra Mundial. A importância das colónias fazia-se então sentir sobretudo ao nível económico, político e ideológico.<sup>62</sup>

Relativamente aos territórios colonizados, a visão que o Regime procurava passar para o exterior, relativamente à interacção do conquistador/colono/emigrante português para com as populações nativas, foi sempre a do incentivo da miscigenação e da criação de laços de amizade, de cooperação e mesmo de sangue com esses povos.

<sup>59</sup> A perspectiva neutralista (ou terceiro-mundista) de Relações Internacionais surgiu no fim da IIª Guerra Mundial, inspirada pelos EUA (sendo o seu principal mentor John Foster Dulles).

<sup>60</sup> José Freire Antunes, “*Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*”, p. 37.

<sup>61</sup> Yves Léonard, “*O Ultramar Português*”, Vol. 5, p. 32.

<sup>62</sup> Luís Nuno Rodrigues, “*Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*”, p. 70.

O português sempre teve uma tendência natural para a designada “mestiçagem”, ou seja, para “*a carência de preconceito racista, a consciência de fraternidade de portugueses sem diferença de raça ou de cor, que foi normal no Brasil-colônia, como é hoje nas províncias ultramarinas de Portugal*”.<sup>63</sup> A miscigenação foi de tal ordem, que são os próprios brasileiros a dizer que, se “*Deus fez o branco e o preto; o português fez o mulato*”.<sup>64</sup> Há, assim, que reconhecer que a “mestiçagem” conferiu aos povos da América, da Ásia e da África, condições especiais de unidade psicológica e de cultura, criando uma situação única no mundo, em termos de contacto entre povos, daí resultando as sociedades multirraciais brasileira, goesa e cabo-verdiana. Porém, e na prática, não era esta a política colonial portuguesa. Esta promoveu a exploração dos indígenas, negando-lhes sistematicamente condições de dignidade social, evitando proporcionar-lhes condições que pudessem facilitar a sua emancipação política.

Mas foi só após o termo da IIª Guerra Mundial que o governo português começou a ser mais firmemente confrontado com a problemática colonial. Uma prova evidente de que Salazar estava bem atento aos “ventos de mudança” que se perspectivavam em relação às colónias portuguesas, procurando antecipar algumas das tendências que a evolução internacional anunciava, é a revisão constitucional implementada em 1951.<sup>65</sup> A 18 de Janeiro, Salazar apresenta então à Assembleia Nacional um projecto de revisão do Acto Colonial, em que o principal objectivo era o de reafirmar o princípio da unidade nacional. Para isso, as disposições do Acto Colonial deveriam integrar directamente a própria Constituição da República.<sup>66</sup> Na mesma revisão da Constituição, acautelando as incidências resultantes dos processos de descolonização desenvolvidas por outras nações, quer os ideais resultantes do que se encontrava consignado na própria Carta das Nações Unidas relativamente aos territórios colonizados, fez com que ficasse expressa a norma de que os “territórios coloniais” passavam a ser considerados como “províncias ultramarinas”, com estatuto semelhante ao de qualquer outra das províncias europeias de Portugal. Igualmente fez com ficasse expressamente consignado que a designação de Império Colonial seria substituída por Ultramar Português, concebendo o “todo português” como uno e pluricontinental.<sup>67</sup>

<sup>63</sup> Cláudia Castelo, “*O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*”, p. 76.

<sup>64</sup> *Idem*, p. 72.

<sup>65</sup> Fernando Rosas, “*História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974)*”, Vol. VII, p. 54.

<sup>66</sup> Yves Léonard, “*O Ultramar Português*”, Vol. 5, p. 34.

<sup>67</sup> César de Oliveira, “*A aparente quietude dos anos 50*”, Vol. IV, p. 75.

É também na década de 1950 que começa a ter projecção nacional a chamada política de integração do território continental e dos territórios ultramarinos. O objectivo era facilitar a livre circulação de pessoas, capitais e mercadorias entre as diversas parcelas do território nacional, com a supressão total das barreiras aduaneiras. Preconizava-se a adopção da moeda única e as instituições administrativas seriam iguais em todo o território. Porém, estes projectos nunca puderam ser concretizados pois “*o Portugal agrícola nunca conseguiu industrializar-se significativamente, de forma a fornecer os seus mercados coloniais, e a aproveitar convenientemente o seu potencial de matérias-primas*”.<sup>68</sup>

No seguimento das preocupações havidas com os territórios coloniais e a política que ali vinha sendo seguida, a 27 de Maio de 1953 é publicada a Lei Orgânica do Ultramar e a 20 de Maio de 1954 é aprovado o “Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique”, que preconizava a divisão das populações em três grupos: indígenas, assimilados e brancos.

No Congo nascia entretanto o movimento anticolonialista de Angola onde, a 10 de Outubro de 1954, é fundada em Leopoldville a UPNA (União dos Povos do Norte de Angola), que mais tarde se transformaria na UPA (União dos Povos de Angola), organização dirigida por Holden Roberto. Outros movimentos de emancipação tinham entretanto surgido em África e na Ásia. Foi com esse propósito, o de unir os países do designado Terceiro Mundo, que se realizou a Conferência de Bandung, na Indonésia, em Abril de 1955, por iniciativa dos “povos sem voz”, os povos colonizados. Esta Conferência será o marco do aparecimento formal do Terceiro Mundo como “ (...) *uma unidade ideológica (...). A transposição desta ideologia para a acção prática originou o neutralismo africano. (...) Os objectivos desta primeira Conferência do Terceiro Mundo, já definidos no ano anterior em Bogor, são conjunturais. No entanto, havia um objectivo comum: a necessidade de afirmação da independência (...)*”.<sup>69</sup>

No seguimento da Conferência de Bandung, foi realizada no Cairo – Egipto a 1ª Conferência de Solidariedade Afro-Asiática. Teve lugar entre 26DEZ57 e 01JAN58 e marcou a primeira grande afirmação do *Neutralismo*. No entanto, a Conferência de Bandung foi sem sombra de dúvida o “motor de arranque” para modificações profundas e irreversíveis na estrutura da sociedade internacional.

<sup>68</sup> Maria Manuel Stocker, “1951-1955: Oposições declaradas”, in *Xeque-mate a Goa*, p. 86.

<sup>69</sup> Francisco Proença Garcia, “O Terceiro Mundo, Bandung e as Conferências Pan-Africanas”, in [www.triplov.com/miguel\\_garcia/guine/cap1\\_terceiro\\_mundo.htm](http://www.triplov.com/miguel_garcia/guine/cap1_terceiro_mundo.htm)



Aquando da sua adesão à ONU (em 14 de Dezembro de 1955), e ao abrigo do que se encontra consignado no art. 73º da Carta das Nações Unidas, Portugal é então confrontado com a posse de territórios colonizados. O governo português comunicou ao Comité de Informações das Nações Unidas que não controlava qualquer território incluído no conceito de “território não autónomo”, já que Portugal era um Estado unitário espalhado por quatro continentes, como resultava da sua definição constitucional, não se considerando, assim, abrangido pelas obrigações impostas por aquele artigo. No sentido de contrariar a tendência desagregadora, o esforço para desenvolver os principais territórios ultramarinos foi a partir daí uma preocupação permanente do governo português. Como refere Cláudia Castelo, “*em qualquer parcela do território nacional vigora o princípio da igualdade de direitos e de oportunidades de todos os habitantes, independentemente da sua raça; a mestiçagem biológica e de culturas é considerada fonte de progresso e de desenvolvimento. As províncias de além-mar não são exploradas económica e financeiramente em favor das metropolitanas; nalguns territórios ultramarinos o crescimento económico chega a ser superior ao de Portugal continental*”.<sup>70</sup> Face à resposta negativa do Governo português, foram desencadeadas diversas Resoluções que tentavam provar o contrário. Na verdade, Portugal veria a sua participação na Organização das Nações Unidas ocupar uma parcela muito significativa do seu esforço diplomático até ao final do processo de descolonização, em finais da década de 1960.

À medida que a insistência aumentava por parte da ONU, o governo português isolava-se e perdia gradualmente até o apoio de países ocidentais seus tradicionais aliados, nomeadamente EUA e Brasil. Ao não aceitar as alterações profundas que se estavam a verificar no sistema político internacional, Portugal caminhava para o “orgulhosamente sós”, na expressão de Salazar.

Dando-se conta do movimento anticolonial que apareceu entretanto em Angola e face aos alertas então feitos pelas instâncias militares relativamente à necessidade de ser tida em conta a situação militar nos territórios africanos e à possibilidade de poderem acontecer confrontos em ambiente subversivo, foi ponderada a alteração do modelo de Defesa Nacional. Essa mudança é oficialmente apresentada em reunião do Conselho Superior de Defesa, onde se enfatiza que é necessário intensificar o esforço militar no Ultramar, “*procedendo à remodelação da orgânica militar da Guiné, Angola e Moçambique, de forma a torná-la*

---

<sup>70</sup> Cláudia Castelo, “*O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*”, p. 96.

*adequada à guerra subversiva e atribuindo meios mais apropriados e melhor dotados, em particular a algumas novas unidades militares e de segurança*".<sup>71</sup> A 15 de Abril de 1958 é publicado o decreto de remodelação orgânica militar de Angola e de Moçambique. Para a preparação da guerra anti-subversiva, desde 1958 que alguns quadros portugueses frequentavam acções de contra-guerrilha no estrangeiro, nomeadamente na Rodésia. No seguimento da nova envolvência político-militar nos territórios africanos, em 13 de Julho de 1959 é aprovado pelo Conselho Superior de Defesa Nacional, o Plano de reapetrechamento das forças terrestres ultramarinas.

Tentando contrariar a ofensiva anticolonialista que se estava a desenrolar no plano internacional, o Governo português aproveitou para desenvolver uma manobra de “charme” dirigida a alguns membros destacados do designado bloco afro-asiático, tendo como objectivo reduzir ou mesmo neutralizar a sua participação na ofensiva política em marcha contra as colónias portuguesas. Nesse sentido, efectuaram visitas de Estado a Portugal, em 1959, o presidente Sukarno da Indonésia, e o imperador etíope Hailé Selassié.<sup>72</sup>

Em Fevereiro de 1960, o primeiro-ministro inglês Harold MacMillan aquando de uma sua deslocação à República da África do Sul, deu a conhecer a posição inglesa relativamente ao movimento anti-colonialista, pronunciando-se sobre a existência no mundo do pós-guerra do que designou de “ventos de mudança”, reconhecendo que o processo de descolonização era imparável. Considerou que era um movimento irreversível, que deveria ser tido em conta muito seriamente pelos países detentores de territórios coloniais, qualquer que fosse o seu regime jurídico-constitucional.<sup>73</sup> Nesse sentido, já em 1946 os Estados Unidos tinham concedido a independência às Filipinas e, em 1947, foi a vez da Grã-Bretanha reconhecer a independência da União Indiana e do Paquistão. E ao longo dos anos seguintes, muitos outros países independentes surgiram na África e na Ásia, ingressando na ONU e constituindo-se como países maioritários, o que permitiu a aprovação na Assembleia-geral das sucessivas Resoluções apresentadas, de cariz anti-colonialista.<sup>74</sup>

---

<sup>71</sup> Ferreira Silva, “*Ventos revoltos que sopram*” in Revista *História*, p. 31.

<sup>72</sup> Fernando Rosas, “*O País, o regime e a oposição nas vésperas das eleições de 1958*”, Vol. V, p. 16.

<sup>73</sup> José Calvet Magalhães, “*Portugal e as Nações Unidas. A questão colonial (1955-1974)*”, p. 7-8.

<sup>74</sup> *Idem*, p. 8.

Aproveitando a visita do presidente Eisenhower a Lisboa, em Maio de 1960, Salazar revelou-lhe a sua preocupação com a situação em África, considerando o perigo de o comunismo internacional estar a desenvolver esforços no sentido de aumentar o seu peso e influência naquele continente.<sup>75</sup> É com esta Administração que começa a reviravolta na política externa americana, relativamente ao apoio que começou a ser prestado aos movimentos que visavam a independência das colónias portuguesas. Se, por um lado, os europeus encaravam o continente africano como um complemento, em termos económicos, da economia europeia e a salvaguarda militar de todo o seu flanco meridional, os norte-americanos encaravam-no essencialmente como um possível mercado para colocação dos seus produtos e fornecedor de matérias-primas. Sob o ponto de vista dos Estados Unidos, os novos países africanos, em vias de se tornarem independentes, “*constituíam potenciais mercados para a indústria americana e importantes fontes de matérias-primas, em que cerca de 20 matérias-primas estratégicas para os EUA existia em África*”.<sup>76</sup> Daqui se infere da importância que a Administração norte-americana atribuía ao espaço económico africano. Persistia ainda a ideia de que, onde fosse eliminada a influência europeia, ganhar-se-ia um novo campo de influência norte-americana.<sup>77</sup>

#### 2.4 AMBIENTE SOCIO-ECONÓMICO EM PORTUGAL

No período que se seguiu ao final da IIª Guerra Mundial, essencialmente devido ao afluxo de divisas e ouro resultantes das exportações de volfrâmio (primeiro para a Inglaterra, depois também para a Alemanha) e de outros produtos estratégicos, incluindo alimentos (trigo, essencialmente para Espanha), o País gozava de uma boa situação financeira.<sup>78</sup>

Porém, em 1947 a situação financeira e cambial portuguesa começou a dar sintomas de crise, devido ao facto de a balança comercial vir a evidenciar saldos negativos desde o ano de 1944. A situação agravou-se em 1948, verificando-se uma deterioração acentuada, o que já não acontecia há alguns anos.<sup>79</sup> Esta situação ficou a dever-se à necessidade do aumento das importações devido a uma maior procura de bens, após o período em que vigoraram as restrições de guerra. Teve também a ver com a diminuição acentuada das exportações de alguns produtos e mercadorias, com elevada procura durante a guerra. Deveu-se, ainda, à

<sup>75</sup> Luís Nuno Rodrigues, “*Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*”, p. 31.

<sup>76</sup> *Idem*, p. 73.

<sup>77</sup> Silva Cunha, “*O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril*”, p. 11.

<sup>78</sup> César de Oliveira, “*A aparente quietude dos anos 50*”, Vol. IV, p. 78.

<sup>79</sup> José Mattoso, “*História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974)*”, Vol. VII, p. 452.

necessidade de aumento das importações de produtos agrícolas, devido à diminuição da produção de cereais resultante da implementação da política agrícola de guerra e pelos maus anos agrícolas de 1946 e 1947. Com uma agricultura incapaz de dar resposta à mudança das características da procura, o país foi forçado a aumentar a importação de determinados bens alimentares, nomeadamente cereais, evidenciando “um crescimento da taxa anual média das importações agrícolas de 7,1 %”.<sup>80</sup> Teve a ver também com o aumento das importações de equipamentos industriais, para dar resposta às necessidades do programa de industrialização em curso.<sup>81</sup>

Dada a situação financeira vivida em 1948, ultrapassadas as relutâncias de Salazar em aceitar ajuda americana, o governo português vê-se forçado a solicitar a adesão ao “Plano Marshall”,<sup>82</sup> que colocou na altura à disposição de Portugal mais de cinquenta milhões de dólares, de que o País viria a beneficiar, parcialmente (e no estritamente necessário), nos anos seguintes.<sup>83</sup>

Cresce a industrialização e a urbanização do país, verificando-se um decréscimo acentuado da população activa na agricultura e um crescendo na dedicada à indústria, ao comércio, aos serviços e à administração pública. Aprofunda-se então o fenómeno migratório em massa das populações rurais, fruto essencialmente das dificuldades sociais por que passava o País, o campo em geral e a agricultura em especial.

No que se refere à política económica, a década de 1950 começa com a implementação do designado “Primeiro Plano de Fomento”, impulsionado através da Lei nº 2058, de 1953, cujo objectivo era a modernização e industrialização do País. Os investimentos previstos totalizavam 13,5 milhões de contos e destinavam-se essencialmente à valorização dos solos e do subsolo, à produção de energia eléctrica e a infra-estruturas de comunicações.<sup>84</sup> Na década de 1950 assiste-se, assim, a uma profunda alteração das estruturas económicas do país, motivada essencialmente pela industrialização, iniciada nos finais da década de 1940.

---

<sup>80</sup> Fernando Rosas, “*História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974)*”, Vol. VII, p. 448.

<sup>81</sup> *Idem*, p. 452-453.

<sup>82</sup> Plano Marshall (*European Recovery Program*), um aprofundamento da Doutrina Truman (designa um conjunto de práticas do governo dos EUA, à escala mundial, aquando da Guerra-fria, que tinha como principal objectivo conter a expansão do comunismo junto dos chamados “*elos frágeis*” do sistema capitalista). Conhecido oficialmente como Programa de Recuperação Europeia, foi o principal plano dos EUA para a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à II Guerra Mundial. A iniciativa recebeu o nome do Secretário-de-Estado dos Estados Unidos, George Cattlet Marshall.

<sup>83</sup> César de Oliveira, “*A aparente quietude dos anos 50*”, Vol. IV, p. 78.

<sup>84</sup> *Idem*, p. 78.

O historiador Fernando Rosas constata que “*os avanços, a partir de 1950, assentam sobretudo nos sectores então considerados de ponta, voltados para a produção de bens duradouros (químicas, metalurgia, máquinas). Entre 1950 e 1970, a indústria tornara-se um sector económico e socialmente determinante em Portugal*”.<sup>85</sup> No entanto, esta nova política industrial, assente no princípio de que o crescimento do sector industrial conduziria, só por si, ao desenvolvimento económico global do país, não tardou a revelar-se ineficaz. Para um desenvolvimento sustentado da economia nacional, outras acções teriam que ser desenvolvidas, que complementassem aquelas.

Entre 1953 e 1959, foram as indústrias metalúrgicas, metalomecânicas e de material eléctrico que tiveram as maiores taxas de crescimento anual, na ordem dos 11,2%, com um crescimento anual acumulado para a indústria de 7,6%.<sup>86</sup>

O crescimento industrial veio dar origem ao aparecimento de uma nova pequena burguesia de serviços, bem como fizera aumentar o proletariado industrial. Como exemplo, entre 1950 e 1960, a população activa operária cresceu 19%, depois de ter tido um crescimento de 23% no decénio anterior.<sup>87</sup>

A década de 1950 constitui, assim, um período de desenvolvimento de alguns sectores industriais e de reorganização de outros, mas constitui também um tempo de tensões e de hesitações sobre qual o melhor rumo a dar ao processo industrial.<sup>88</sup>

Também na década de 1950 as colónias eram uma fonte de rendimentos para o País, resultante sobretudo da extracção de diamantes e de produtos agrícolas como o café e o cacau.<sup>89</sup>

Outra das prioridades do regime, entre 1951 e 1958, foi a modernização e reequipamento das Forças Armadas. Nesse período, pelo menos 25% das verbas afectas ao Orçamento Geral do Estado, foi destinada a esse objectivo.<sup>90</sup>

É no período de 1958 a 1962 que são tomadas algumas iniciativas de natureza estratégica, e se iniciam as negociações de adesão de Portugal a algumas das principais instituições económicas e financeiras, nascidas no período após-guerra: ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao

---

<sup>85</sup> Fernando Rosas, “*História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974)*”, vol. VII, p. 426.

<sup>86</sup> Fernando Rosas, “*O País, o regime e a oposição nas vésperas das eleições de 1958*”, vol. V, p. 17.

<sup>87</sup> *Idem*, p. 18.

<sup>88</sup> Fernando Rosas, “*História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974)*”, vol. VII, p. 463.

<sup>89</sup> Maria Manuel Stocker, “*1951-1955: Oposições declaradas*”, p. 86.

<sup>90</sup> *Idem*, p. 139.

Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, na versão inglesa), entidade que tinha como objectivo reduzir progressivamente, a nível mundial, as barreiras alfandegárias.<sup>91</sup>

Em 1959, contrariando algumas resistências internas, mas ciente da necessidade de integrar o País nos grandes espaços económicos internacionais, de que a Comunidade Económica Europeia (CEE) era então o exemplo mais marcante, o governo solicita também a integração de Portugal na EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre).<sup>92</sup>

---

<sup>91</sup> Fernando Rosas, “*História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974)*”, Vol. VII, p. 465.

<sup>92</sup> Fernando Rosas, “*O País, o regime e a oposição nas vésperas das eleições de 1958*”, Vol. V, p. 18.

### **CAPÍTULO 3 – FIGURA DO CAPITÃO HENRIQUE GALVÃO**

Feito o enquadramento do período em análise passarei a desenvolver as ideias relativas à vida de Henrique Galvão, aos seus trabalhos como escritor, à sua acção como apoiante e depois opositor ao regime e a Salazar, ao desempenho profissional e de explorador africano, bem como à sua acção como revolucionário, passando pelo seu exílio e actividades aí desenvolvidas, culminando com a abordagem ao seu protagonismo no planeamento e execução da captura e sequestro do *Santa Maria*, o mais luxuoso Paquete português, “jóia da coroa” da Marinha Mercante nacional, a sua acção revolucionária mais espectacular e de maior efeito mediático.

#### **3.1 BIOGRAFIA**

Henrique Galvão<sup>93</sup> nasceu numa família de classe média, de poucos recursos, “*um ramo pobre de uma família rica, cujo sangue era vermelho e não azul*”.<sup>94</sup>

Após a morte prematura do pai, foi criado pela mãe e pelo avô paterno “*um homem de mens sana in corpore sano, cuja preocupação principal foi criar-me a mim, o seu primeiro neto, física e moralmente forte e destituído de cobardia*”.<sup>95</sup>

Frequentou em Lisboa o Liceu e depois a Escola Politécnica. Segundo o próprio, “*gostava de estudar – não das tarefas ordenadinhas, nem dos livros de texto, mas do estudo ao acaso de todas as ciências, artes e letras, que melhor pudessem satisfazer a minha curiosidade. Gostava de desporto (tendo frequentado inclusivamente a Escola Superior de Educação Física de Joinville-le Point, em França)*”,<sup>96</sup> *não pela competição, mas pelo que me ajudava a vencer as minhas insuficiências físicas. Melhor ou pior, tomei parte em todos os desportos. E li todos os grandes filósofos. Era um não-conformista e, por vezes, um rebelde. Revoltava-me contra as pessoas que tinham autoridade e que tentavam interferir no meu desenvolvimento moral, físico e intelectual, excepto quando fossem pessoas que eu considerasse dignas de respeito*”.<sup>97</sup>

<sup>93</sup> Henrique Carlos Malta Galvão, (n. na Freguesia de Santos-o-Velho, em Lisboa, a 4 de Março de 1895; f. em São Paulo - Brasil, a 25 de Junho de 1970). Era filho de Celestino Alberto Salgueiro Galvão e de Maria Vitória de Brito Malta e teve um irmão e uma irmã: Carlos Malta Galvão e N. Malta Galvão. Fonte: Informação da PIDE sobre Henrique Galvão, depositada no Arquivo Histórico do MNE, Maço 6 / PAE.

<sup>94</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p.73.

<sup>95</sup> *Idem*, p. 73.

<sup>96</sup> Adriano Miranda Lima, “*Henrique Galvão e Cabo Verde*”, in <http://liberal.sapo.cv/noticia>

<sup>97</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 73-74.

Henrique Galvão decide então seguir a carreira militar. É ele que revela as razões da sua escolha profissional: *“Não sabendo que carreira ou modo de vida escolher, (...) fui forçado a decidir-me por uma carreira militar, não porque tivesse qualquer gosto ou entusiasmo especial para isso, mas porque era a carreira que mais rapidamente me daria a independência económica. Isto era absolutamente necessário porque o nosso pequeno rendimento familiar tinha que chegar para outro irmão, um ano mais novo do que eu, e para uma irmã cinco anos mais nova.”*<sup>98</sup> Ingressa assim aos 18 anos no Exército, tendo feito a sua instrução militar na “Escola de Guerra”.<sup>99</sup> Em 1917 foi um dos cadetes que apoiaram a eleição do Presidente Sidónio Pais. Chegou ao posto de Capitão, na Arma de Infantaria.

Foi um dos que aderiram à revolução do 28 de Maio de 1926, defendendo a instauração de uma “ditadura constitucional”. Apoiante do Estado Novo e tornando-se um elemento de confiança política do regime, foi designado para ocupar cargos de relevo tanto no Continente como nas Colónias.

É destacado para África, onde assumiu funções administrativas junto do Governo de Angola. Mas, já *“em 8 de Abril de 1929, por Portaria do Governo-geral de Angola, foi exonerado do cargo de Chefe de Repartição do Alto-comissariado daquela Província ultramarina, havendo (no entanto) recebido então um louvor. (Foi depois nomeado governador do Distrito de Huíla mas, por Portaria de 21 de Junho de 1929, foi exonerado do cargo por), “ao elaborar determinado regulamento, procurar proteger os interesses de pessoas amigas”.*<sup>100</sup> (Todavia, tal louvor foi-lhe retirado, por Portaria de 4 de Setembro do mesmo ano), *“em virtude de se haverem apurado faltas que cometera durante o exercício do referido cargo”.*<sup>101</sup>

O seu relacionamento com as autoridades do território de Angola deve ter sido sempre problemático porque, uns meses mais tarde, a sua pessoa e a sua actuação profissional são novamente alvo de reparo. É a PIDE que relata o seguinte: *“Em 13 de Dezembro de 1930, o Boletim Oficial de Angola publicou um acórdão do Conselho Superior das Colónias, no qual se afirma que o tenente Henrique Galvão não só não possuía idoneidade moral requerida a um Governador de Distrito, como também deu conhecimento de informações confidenciais*

<sup>98</sup> Henrique Galvão, *“O Assalto ao Santa Maria”*, p. 75-76.

<sup>99</sup> José Freire Antunes, *“Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa”*, p.122.

<sup>100</sup> Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros – PAE, Maço 6, Notas biográficas fornecidas pela PIDE, 1959/61.

<sup>101</sup> *Idem.*



*a pessoas amigas ligadas aos Boers.*<sup>102</sup> *Como Inspector Superior Colonial, interessou-se por negócios de várias firmas, servindo-se da sua posição para as favorecer*”.<sup>103</sup>

Regressado de África, em 1934 surge como fundador e primeiro director da estação radiofónica Emissora Nacional. Foi ainda o responsável por organizar várias comemorações e exposições, de que se destaca a 1ª Exposição Colonial, realizada em 1934, na cidade do Porto. Foi ainda responsável pela organização da Secção Colonial da Exposição do Mundo Português, realizada em 1940, bem como da organização do Cortejo do Mundo Português, no mesmo ano.

Ainda em 1934, nas primeiras eleições legislativas na vigência do Estado Novo, foi eleito deputado independente da União Nacional por Angola, tendo sido eleito de novo deputado à Assembleia Nacional no período 1945-49.

Reflectindo a sua actividade profissional e a sua maneira de ser, um jornalista descreveu-o, num artigo panegírico, nos seguintes termos: “*Henrique Galvão é o tipo nítido do homem de acção. Com orgulho reivindica que é um colonialista*”.<sup>104</sup>

Desenvolveu também a actividade de Inspector Superior da Administração Colonial, cargo especialmente dedicado ao estudo e controlo dos assuntos relativos à população nativa. Em Abril de 1937 Henrique Galvão foi novamente enviado para Angola, durante seis meses, para verificar como estava a ser desenvolvida a colonização “branca”. Um ano mais tarde deslocou-se aos territórios da Índia e de Macau, numa visita de inspecção.<sup>105</sup>

Nunca escondeu a sua ideologia política. A 22 de Agosto de 1938 fez uma palestra no Rádio Clube Português, no programa “Cinco minutos anti-comunistas”, em que prevenia: “O inimigo marxista surge agora em toda a parte e é absolutamente necessário que se organize a defesa contra o perigo vermelho”.<sup>106</sup>

Foi ainda nomeado para dirigir a Inspecção Superior dos Negócios Indígenas, a funcionar no Ministério das Colónias, organismo criado em 20 de Novembro de 1946. Estudou a problemática africana e escreveu diversos trabalhos sobre a colonização daqueles territórios.

<sup>102</sup> Boers – também designados africânderes, são descendentes de colonos oriundos da Holanda, Alemanha e França, tendo-se estabelecido na África do Sul nos Séculos XVII e XVIII, disputando a colonização com os ingleses.

<sup>103</sup> Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros – PAE, Maço 6, Notas biográficas fornecidas pela PIDE, 1959/61.

<sup>104</sup> Dawn Linda Raby, “*A resistência anti-fascista em Portugal: comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974*”, p. 171.

<sup>105</sup> *Idem*, p. 170.

<sup>106</sup> *Idem*, p. 170.

Quando da sua permanência em África, Henrique Galvão foi explorador, fazendo a travessia de extensas regiões africanas até aí desconhecidas. Efectuou o primeiro reconhecimento do rio Cuando, no sudoeste de Angola, num percurso de cerca de mil quilómetros, entre o Bié e a Faixa de Caprivi, na fronteira com o Botswana. Era por todos considerado um grande conhecedor das questões ultramarinas. Segundo Franco Nogueira, Henrique Galvão teria chegado a acalentar a ambição de poder vir a ser indigitado como ministro das Colónias.<sup>107</sup> Marcelo Caetano, seu superior no Ministério das Colónias, apreciava o seu dinamismo, mas não o seu perfil humano. É José Freire Antunes que o revela: “*apreciava-o como homem de acção, mas concluiu depois que ele era também um homem de rancores que não podia merecer a confiança de ninguém.*”<sup>108</sup>

Após uma conversa com Henrique Galvão, em Novembro de 1961, o Primeiro-secretário da embaixada americana em Estocolmo, descreveu-o assim para o Departamento de Estado norte-americano: “*Exprime o seu anticomunismo de forma sonante. Tem uma personalidade cativante, intensa e séria. Abusa da retórica, mas não é fanfarrão.*”<sup>109</sup>

Henrique Galvão morreu pobre e demente num hospital de S. Paulo – Brasil, em 25 de Junho de 1970, poucos dias antes da morte de Salazar, ocorrida a 27 de Julho de 1970 (...),<sup>110</sup> tendo sido enterrado no cemitério de Vila Nova Cachoeirinha.<sup>111</sup> O deputado Vasco da Gama Fernandes (militante do Partido Socialista), a 20 de Setembro de 1975, na tomada de posse do VI Governo Provisório, tece algumas considerações sobre a figura do capitão Henrique Galvão, solicitando então a trasladação dos seus restos mortais para Portugal.<sup>112</sup> No entanto, estes só regressaram em 1991, ficando depositados no Cemitério dos Prazeres, em Lisboa.<sup>113</sup>

### 3.2 ACTIVIDADE LITERÁRIA

Além das suas actividades públicas foi novelista, dramaturgo e autor de livros sobre política, economia e história. Escreveu ainda alguns livros de antropologia e zoologia, relacionados com as colónias africanas, de que são exemplos os quatro volumes da obra “Império Ultramarino Português”, elaborados em colaboração com o seu amigo

<sup>107</sup> Franco Nogueira, “*História de Portugal 1933-74*”, p. 98.

<sup>108</sup> José Freire Antunes, “*Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*”, p. 122.

<sup>109</sup> *Idem*, p. 125.

<sup>110</sup> António Barreto, Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 7, p. 81 a 88.

<sup>111</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 22, edição nº 150, Junho de 1974.

<sup>112</sup> *Diário da República*, de 20 de Setembro de 1975, p. 1445.

<sup>113</sup> Adriano Miranda Lima, “*Henrique Galvão e Cabo Verde*”.

Carlos Selvagem.<sup>114</sup> Em 1936 tinha já cerca de 21 obras literárias publicadas, de que se destacam, nas suas diversas áreas:

- **Obras técnicas:** “Informação Económica sobre Angola” e (estudo sobre) “As Embalagens no Comércio com as Colónias”, editados em 1932.<sup>115</sup>

Subordinados a temas de **Política e Administração Colonial**, escreveu em 1929 um Relatório de Governo com o título “Huila”; Em 1930 surgiu o título “Nacionalização de Angola”; “La Presse Coloniale et le problème du travail indigène” foi editado em 1931; Em 1932 redigiu a obra “As Feiras de Amostras Coloniais”; A publicação “Um critério de povoamento europeu nas Colónias” saiu à estampa em 1933; Em 1934 foi a vez de “A função colonial, razão de ser da nacionalidade”, de “No Rumo do Império” e do “Álbum Comemorativo da 1ª Exposição Colonial Portuguesa”; O Relatório sobre a Primeira Exposição Colonial Portuguesa foi elaborado em 1935, sendo “O Povoamento Europeu nas Colónias Portuguesas” do mesmo ano; De 1931 a 1937 escreveu os 6 volumes de “Portugal Colonial”; Em 1937 foi editado o 1º Volume da obra “Angola (Para uma Nova Política)”; “O Império” foi editado em 1938 e o “Álbum Comemorativo da Secção Colonial da E. M. P. e o “Zonas Colonizáveis de Angola”, em 1940.

- Sobre o tema da **Literatura Colonial**, em 1929 foram editadas as crónicas “Em Terra de Pretos”; Sobre a ocupação de Angola, entre 1906 e 1910, foi editada a 2ª Edição da obra “História do Nosso Tempo”; Em 1932 foi editada a 4ª edição do romance “O Velo d’Oiro”, 1º Prémio de literatura colonial; Os 4 volumes da obra “Da Vida e da Morte dos Bichos (Subsídios para o estudo da fauna de Angola e notas de caça)”, Prémio de literatura colonial, foram editados em 1934; A obra “Dembos” saiu em 1935; Em 1936 foi a vez do romance “O Sol dos Trópicos”, a que foi atribuído um prémio de literatura colonial; A obra “O Império na Literatura Portuguesa” sai em 1939 e em 1944 foi editada a obra, em dois volumes, “Outras Terras, outras Gentes (Viagens nas Colónias)”, em dois volumes. Finalmente, o “*Kurica – Romance dos bichos-do-mato*” foi editado em 1944.

- Sobre **Teatro e Temas Diversos** editou, em 1931, a obra em 3 actos “Revolução”; Em 1935 foi a vez de “Como se faz um homem” (obra em 4 actos); “O Velo de Oiro” (3 actos) apresentado no Teatro Nacional, em 1936. E em 1939 foi a vez das obras “Colonos” (1 acto) e “Clima de Guerra” (conferências).

<sup>114</sup> Carlos Tavares de Andrade Afonso dos Santos. Jornalista, ficcionista, ensaísta no domínio da cultura portuguesa e dramaturgo, nascido em 1890, em Lisboa, e falecido em 1973.

<sup>115</sup> Dawn Linda Raby, “*A resistência anti-fascista em Portugal: comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974*”, p. 170.

### 3.3 ACTIVISMO POLÍTICO – OPOSIÇÃO A SALAZAR

O seu sentido patriótico, crítico e de análise sociopolítica está bem patente no artigo publicado em 1946, no *Jornal de Notícias*, do Porto, com o título “Oposição” (ver Anexo 1).

Henrique Galvão começou a sua dissidência com o Regime em Março de 1947 quando, numa sessão da Assembleia Nacional, interpelou o Governo sobre o modo de gestão e a situação económica e social existente nas colónias, denunciando o regime de trabalhos forçados ali praticado e o proveito pessoal que alguns altos responsáveis tiravam da situação. Alertou ainda para a ineficácia dos serviços administrativos em Angola.<sup>116</sup> É o próprio Henrique Galvão que o refere explicitamente, nos seguintes termos: “*quando a guerra (IIª G. M.) acabou, eu tinha quase concluído os meus estudos dos problemas da população nativa em Angola e Moçambique, cheios de conclusões condenatórias do regime. Salazar e o Governo sabiam certamente o que se estava a passar nas colónias, pois os factos eram apontados nos meus relatórios. (...) A minha oposição activa ao regime e a minha descrença total na falsa personalidade do homem sem escrúpulos no qual confiara datam deste período. (...) Um homem como eu, que preza a sua independência, não acha a política muito atraente. Em regra, reagia espontaneamente e manifestava-me contra a baixeza da política, afastando-me e isolando-me nas minhas actividades favoritas*”.<sup>117</sup>

A PIDE não deixou de anotar este episódio: “*Em 1947, apresentou ao Governo um Relatório (Relatório sobre os Problemas Nativos nas Colónias Portuguesas), em que deturpava os factos com o fim de encobrir irregularidades que praticou. Tal relatório foi publicado em 1949, pelo Partido Comunista, num folheto clandestino intitulado: A exploração e extermínio dos povos coloniais pela camarilha de Salazar. O Governo português resolveu então aposentá-lo, concedendo-lhe a pensão que a lei lhe conferia*”.<sup>118</sup> Passou então à situação de “Reserva”<sup>119</sup>, com data de 4 de Fevereiro de 1948, tendo-lhe sido atribuída, em função da sua patente de capitão do exército e tempo de serviço militar prestado, a pensão anual de 19.981\$00.<sup>120</sup>

<sup>116</sup> Maria Manuel Stocker, “1951-1955: Oposições declaradas”, p. 84.

<sup>117</sup> Henrique Galvão, “O Assalto ao Santa Maria”, pp. 81-82.

<sup>118</sup> Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros – PAE, Maço 6, Notas biográficas fornecidas pela PIDE, 1959/61.

<sup>119</sup> Reserva: Situação para que passa um militar após abandonar a vida activa e antes de passar à situação de Reforma.

<sup>120</sup> Adriano Miranda Lima, “Henrique Galvão e Cabo Verde”, <http://liberal.sapo.cv/noticia>.

Em 1949, Henrique Galvão volta a denunciar e atacar de forma violenta a situação em Angola, nomeadamente “*a corrupção tolerada pelo governador-geral Agapito de Carvalho*”.<sup>121</sup>

Tendo percorrido longamente os territórios africanos, sobretudo Angola, e se ter apercebido da situação aí vivida, o Prof. Adriano Moreira é de opinião que “*Galvão era talvez o português da sua geração mais conhecedor dos territórios e povos de Angola e reconhece que, conforme verificou pessoalmente na década de 60, os factos enunciados em 1947 por Galvão na Assembleia Nacional sobre a vida das populações, eram verdadeiros*”.<sup>122</sup>

Em jeito de desagravo, refere Galvão: “*Foi-me sempre muito difícil, talvez até impossível, desempenhar outro papel que não o de mim próprio. Consequentemente, o dramático na minha vida foi sempre o resultado de eu ser um fraco actor que sabe apenas desempenhar papéis que correspondam à sua personalidade real. Todas as pessoas que me conhecem mais intimamente concordam que tenho uma personalidade poliédrica, indubitavelmente por causa das minhas variadas actividades*”.<sup>123</sup>

No início da década de 1950, Henrique Galvão, definitivamente desiludido com o Regime, com Salazar e com o rumo dado à política portuguesa, contrária aos movimentos liberais e democratizantes que se faziam sentir, encetou a luta aberta e frontal contra o Regime, fazendo disso inclusivamente o seu objectivo de vida. Como ele refere, é uma “*luta que venho travando desde 1945 e, que, a partir de 1951, converti em missão exclusiva a mim próprio imposta*”.<sup>124</sup>

Em 1951, dirigiu a campanha eleitoral do almirante Quintão Meireles “*um almirante de 71 anos com ideias pró-britânicas*” para a Presidência da República (fazendo então parte da Comissão Central para a propaganda). Após as eleições e a derrota do candidato, prossegue a actividade política integrado na Organização Cívica Nacional (OCN).<sup>125</sup>

---

<sup>121</sup> Francisco Teixeira Mota, “1961 – O Princípio do Fim, Santa Maria – Santa Liberdade” in Revista História, Abril/Maio 2001.

<sup>122</sup> José Freire Antunes, “Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa”, p. 122-123.

<sup>123</sup> Henrique Galvão, “O Assalto ao Santa Maria”, p. 72

<sup>124</sup> Henrique Galvão, “Da minha luta contra o salazarismo e o comunismo em Portugal”, Lisboa, Edições Arcádia, (1ª Edição em Portugal) Abril de 1976. Publicado em São Paulo - Brasil, em 1965, pela Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres Exilados (F.A.P.L.E.), p. 11.

<sup>125</sup> José Freire Antunes, “Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa”, p. 123.

A 7 de Janeiro de 1952 foi preso pela PIDE sob a acusação de ligação ao comunismo (como ele próprio refere, “*um procedimento rotineiro da PIDE em todos os casos de prisão, era a acusação de comunismo (...), embora todo o país soubesse que eu era anti-comunista*”<sup>126</sup> (e de actividade política subversiva, ao preparar) “*um plano revolucionário para derrubar o actual Governo, havendo sido preso por esse motivo. Entre os documentos que lhe foram apreendidos figuravam planos para prender e eliminar o Chefe do Governo, Ministros de Estado e outras individualidades. Negou, porém, que se tratasse de um movimento revolucionário, alegando que os planos se referiam a uma peça de teatro que tinha em preparação*”.<sup>127</sup> Foi submetido a julgamento em Tribunal Militar, em Dezembro de 1952, tendo sido condenado a três anos de prisão, sob a acusação de ser o autor de uma proclamação e de planos para a execução de um movimento revolucionário com o fim de derrubar o governo.<sup>128</sup>

Refere, com mágoa, não ter tido na altura o apoio de nenhum camarada de armas durante o seu julgamento. De acordo com o seu depoimento, “*para fazer de meu defensor no Tribunal Militar não encontrei, entre os 400 ou 500 oficiais que de alguma maneira se tinham comprometido comigo (...) um só; nem aqueles que tempos antes eu tinha defendido com todos os riscos no mesmo Tribunal*”.<sup>129</sup>

Em carta datada de Dezembro de 1952 dirigida a um dos seus juízes, o general Leonel Vieira, expunha o seguinte: “*(...) Se tivesse sido um dos gatunos de Angola, se me tivesse alistado no bando de Francisco Vieira Machado – ex-ministro das Colónias e administrador do Banco Nacional Ultramarino, com filiais no Brasil, e de inúmeras empresas monopolistas que exerciam a sua actividade em Portugal e no Ultramar – também acusado por mim na Assembleia Nacional, estaria ainda em liberdade. E se como gatuno viesse a ser condenado – nenhum deles ainda o foi ou será – a minha família não conheceria pelo menos as dificuldades que virá a conhecer pelo facto da consciência de V. Ex.<sup>a</sup> se ter submetido docilmente aos odiosos totalitários do seu Governo*”.<sup>130</sup>

No entanto, a decisão judicial foi anulada pelo Supremo Tribunal Militar, após interposição de recurso da acusação. Submetido a novo julgamento, a sentença imposta a

<sup>126</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 110-111.

<sup>127</sup> Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros – PAE, Maço 6, Notas biográficas fornecidas pela PIDE, 1959/61.

<sup>128</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 113.

<sup>129</sup> José Freire Antunes, “*Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*”, p. 124.

<sup>130</sup> Henrique Galvão, “*Da minha luta contra o salazarismo e o comunismo em Portugal*”, p. 15.

Henrique Galvão, “*de três anos de cadeia, foi confirmada, juntamente com a perda de direitos políticos durante quinze anos e a perda da sua pensão de reforma*”.<sup>131</sup>

Passou então pela prisão de Peniche, pela Penitenciária de Lisboa e pelas prisões do Aljube e de Caxias (esta tristemente célebre pelo número de suicídios que ali se produziam), tendo sido aí mantido numa situação de incomunicabilidade. A PIDE tinha como principal objectivo quebrar a resistência moral de Galvão, antes deste terminar o seu tempo de condenação. Durante semanas dão-lhe doses massivas de hipnóticos, ao mesmo tempo que o impedem de dormir. O resultado foi terem que o enviar para uma clínica, durante um mês, para tratamento psiquiátrico e de reabilitação, antes de regressar à prisão.<sup>132</sup>

De acordo com o depoimento de J. Lacroix, no seu artigo denominado “A Tortura”, Henrique Galvão tinha passado dois anos isolado na sua cela. Durante o tempo em prisão escreveu então uma “Carta Aberta” a Salazar em que, vendo em retrospectiva a sua actuação como cidadão, aquando da sua passagem pelas diversas instituições do regime, refere o seguinte: (ver Anexo 2). Em Março de 1955, devido aos maus-tratos sofridos, o seu estado de saúde era tão grave que tem que ser levado para o Hospital. Aí, a PIDE autoriza que lhe prestem os cuidados médicos necessários, mas não o tratamento psicoterapêutico de que necessitava.<sup>133</sup>

Na Penitenciária de Lisboa, contando com a conivência dos guardas, escreveu artigos para uma revista brasileira intitulada “ANHEMBI”, nos quais denegria o regime português, tendo escrito também um livro com o título “VAGO”, em que atacava Salazar. Começou ainda a fazer circular um folheto clandestino, que intitulou de MOREANTO (Movimento de Resistência Anti-Totalitária), no qual denunciava a corrupção das autoridades. Em resultado do conteúdo mais impróprio de um dos folhetos, foi incriminado e julgado, em Março de 1958, tendo sido condenado por acórdão do Tribunal Plenário na pena global de 16 anos de prisão maior celular, em multas que foram convertidas em mais dois anos de prisão e vinte anos de suspensão de direitos políticos. Nesta pena foi incluída a de 25 dias de prisão correcional, a que havia sido condenado, por sentença de 24 de Julho de 1957 porque, encontrando-se internado no Hospital de *Santa Maria*, ter tentado agredir com uma cadeia

<sup>131</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 127.

<sup>132</sup> J. Lacroix, “*A Tortura*”, in Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros – PAE, Maço 6.

<sup>133</sup> Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros – PAE, Maço 6.

um agente (da PIDE) encarregado da sua segurança”.<sup>134</sup> Obteve-se assim um cúmulo jurídico de 18 anos de prisão que, relativamente à idade que tinha na altura (58 anos), significavam a sua condenação praticamente a prisão perpétua (ver o Acórdão do Tribunal Plenário em Anexo 3).

Uma nota oficiosa emitida pelo Ministério da Justiça, em resposta a críticas feitas pelo Eng. Cunha Leal, um dos principais líderes oposicionistas, em que considerava a condenação de Galvão como um caso de “perseguição gritante” e a confrontava com uma “pena três vezes mais leve” aplicada por tribunais jugoslavos a caso semelhante, esclarecia quais as acusações formuladas contra Henrique Galvão: instigação dos militares portugueses à rebelião, ofensas altamente injuriosas contra o Chefe do Estado, Ministros e outras entidades e por divulgação de notícias consideradas falsas ou grosseiramente deformadas, susceptíveis de fazer perigar o bom nome de Portugal ou o prestígio do Estado no estrangeiro.<sup>135</sup>

Sobre o seu comportamento na prisão, refere Linda Raby: *“Durante os anos que esteve preso, Henrique Galvão viveu em permanente estado de rebeldia, em infindáveis discussões com os guardas e com as autoridades, escrevendo, agitando, e até conspirando. Era como uma fera enjaulada, incapaz de aceitar esta situação”*.<sup>136</sup>

Henrique Galvão era já, com Humberto Delgado, uma figura muito popular nos meios oposicionistas, embora não sendo afectos ao PCP. Inclusivamente, *“o Partido Comunista atacava o activismo desgarrado de Galvão, e Cunhal chamava-lhe fascista dissidente.”*<sup>137</sup>

No entender do PCP, Portugal ainda não estava pronto para a revolução. Galvão, pelo contrário, considerava que não havia tempo a perder e que era preciso agir sem demora. Freire Antunes é de opinião de que *“o capitão tinha de resto uma apurada noção da incapacidade do PCP para desafiar o regime de Salazar: os próprios comunistas, sempre mais activos e empreendedores, davam uma ilusão de número e de força que na verdade não tinham e, embora capazes de fazerem uma agitação (...) não eram capazes de fazer a revolução, parecendo que nem sequer se queriam meter nisso decisivamente”*.<sup>138</sup> Galvão tinha, assim, um contencioso permanente com os comunistas. Essa animosidade com o PCP dificultava

<sup>134</sup> Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros – PAE, Maço 6, Notas biográficas fornecidas pela PIDE, 1959/61.

<sup>135</sup> Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros – PAE, Pasta 6-A, Extradicação do Capitão Henrique Galvão.

<sup>136</sup> Dawn Linda Raby, *“A resistência anti-fascista em Portugal: comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974”*, p. 173.

<sup>137</sup> José Freire Antunes, *“Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa”*, p. 125.

<sup>138</sup> *Idem*, p. 125.



qualquer possibilidade de acção. Na opinião de Vítor Cunha Rego,<sup>139</sup> “Galvão era um solitário. Não pertencia à Maçonaria e o PCP tentava isolá-lo (...).”<sup>140</sup>

A ligação de amizade que existia entre Humberto Delgado e Henrique Galvão estreitou-se quando este foi preso. Galvão tem plena consciência disso quando afirma que “foi provavelmente o meu caso que levou o General a observar a fundo a verdadeira face do regime. Nós éramos amigos de há muito, mas raramente nos víamos, pois estávamos separados pelas nossas diferentes ocupações. A minha luta atraiu a sua atenção e a minha prisão trouxe-o espontaneamente para o meu lado. Foi visitar-me à prisão – acto que, nessa altura, nenhum outro oficial se atreveria a cometer por causa do perigo para a sua carreira – oferecer-me, virtualmente e sem reservas o seu apoio total, indo até mesmo ao ponto de me defender perante o tribunal militar”.<sup>141</sup> Costuma dizer-se que os amigos se conhecem no Hospital ou na prisão...

Durante o cumprimento da última pena, de 18 anos a que tinha sido condenado e demonstrando uma grande capacidade imaginativa, conseguiu ser transferido da prisão de Peniche, com baixa hospitalar por “doença”, para o Hospital de *Santa Maria*, em Lisboa. Após um planeamento de alguns meses, entre a meia-noite e as duas horas da manhã de 16 de Janeiro de 1959 conseguiu evadir-se, disfarçando-se com uma bata de médico e com um bigode postiço. “Noutras situações em que a evasão mal me parecia possível (...), tinha-a tentado duas vezes com a ajuda de pessoas livres no exterior, mas sem êxito. Os meus colaboradores não eram só pusilânimes, eram também mais completos em negócios escuros do que em política. Assim, quando recebiam o dinheiro para os preparativos, gastavam-no consigo próprios e desapareciam”.<sup>142</sup>

Alguns dias antes, a 8 de Janeiro de 1959, o general Humberto Delgado, também perseguido pela PIDE, tinha pedido e obtido asilo político na Embaixada do Brasil, invocando ameaça de prisão e riscos para a sua vida. Era nessa altura Embaixador em Lisboa o democrata e escritor brasileiro Álvaro Lins. É opinião de Franco Nogueira que “em Lisboa, impelido pela sua ideologia e instrumento de forças externas, Lins julga sua obrigação intervir na política interna portuguesa e contribuir para o derrube do regime. E passa a

<sup>139</sup> Victor José da Cunha Rego: à altura do assalto ao *Santa Maria* tinha 27 anos e era casado. Filho de José Pedroso da Cunha Rego e de Maria de Lourdes Costa da Cunha Rego. Arquivo Histórico-Diplomático do MNE / PAE / Arm. de Ferro / Proc. n.º 358,1, de 1961/62 – Pedido de Extradicação de Henrique Galvão e outros.

<sup>140</sup> José Freire Antunes, “*Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*”, p. 125.

<sup>141</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 130

<sup>142</sup> *Idem*, p. 134.

*constituir um apoio fundamental da oposição*”.<sup>143</sup> Entretanto, a 7 de Janeiro, através de uma Nota à Imprensa proveniente do Secretariado Nacional de Informação (SNI), fazia-se saber que o general tinha passado à situação de “Separado do Serviço”, como corolário de um processo disciplinar mandado instaurar por motivo de desenvolvimento reiterado de actividades de carácter político, contrárias ao consignado no Estatuto dos Militares.<sup>144</sup>

Após a sua fuga do Hospital de Santa Maria, Henrique Galvão manteve-se escondido durante quatro semanas, evitando a sua recaptura. No dia 17 de Fevereiro procurou refúgio na Embaixada da Argentina, onde na altura era embaixador Ernesto Pablo Mairal. Utilizou um subterfúgio engenhoso para lá entrar, pois as Embaixadas dos países sul-americanos estavam guardadas pela PIDE desde que o general Humberto Delgado tinha pedido asilo político na Embaixada do Brasil. O subterfúgio utilizado, segundo o seu testemunho, foi o seguinte: *“Disfarçado de carregador, um saco de serapilheira a proteger-me a cabeça e uma grande caixa vazia aos ombros, muito sujo para ajudar ao disfarce, a cabeça curvada sob o peso da carga e, portanto, com a cara parcialmente oculta – mas com duas pistolas nos bolsos – cheguei às onze da manhã à porta da Embaixada. O plano resultou com tanto êxito que foram os próprios homens da PIDE que me indicaram a porta que levava às escadas de serviço por onde eu devia entrar*”.<sup>145</sup> Dia 25, um artigo no jornal *Diário de Notícias* dá conta da sua transferência para a residência particular do embaixador Mairal. O mesmo artigo de jornal dá conta de que o subsecretário de Estado das Relações Exteriores da Argentina, Francisco D. Hers, tinha recebido no dia anterior o embaixador de Portugal em Buenos Aires, Manuel de Antas. Nessa audiência, *“embora nenhuma indicação tenha sido dada sobre os motivos da audiência, os meios ligados à Chancelaria consideram que o embaixador entregou ao Governo argentino cópias das peças do processo do capitão Henrique Galvão*”.<sup>146</sup>

No entanto, o tempo que Humberto Delgado passa na Embaixada do Brasil não foi pacífico, como refere Franco Nogueira: *“Dentro da Embaixada do Brasil em Lisboa, a atmosfera é de desvario, sendo as relações entre Delgado e Lins caracterizadas pela recriminação, pelo insulto recíproco, pela violência, quase atingindo a agressão física*”.<sup>147</sup>

<sup>143</sup> Franco Nogueira, *“História de Portugal 1933-74”*, p. 110.

<sup>144</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Salazar, Pasta AOS/CO/PC-2E.

<sup>145</sup> Henrique Galvão, *“O Assalto ao Santa Maria”*, p. 141

<sup>146</sup> Arquivo Histórico-Diplomático /PAE/ Arm. de Ferro, Pasta nº 6-B, Capitão Henrique Galvão – Tentativa de Golpe de Estado. Prisão e julgamento 1952/58.

<sup>147</sup> Franco Nogueira, *“História de Portugal 1933-74”*, p. 110-111.

Humberto Delgado segue então para o exílio no Brasil a bordo de um avião da PAN-AIR, a 21 de Abril de 1959. No Brasil, assume-se como chefe da Oposição, à frente do designado Movimento Nacional Independente (MNI). Ali foi encontrar o capitão Fernando Queiroga, protagonista da designada “Revolta da Mealhada”, que teve lugar em 1946. Delgado nomeou então Queiroga representante itinerante do seu movimento, tendo este estado nessa qualidade na Venezuela e em Cuba.<sup>148</sup> No Brasil funcionava também o Comité Central do Movimento Anti-fascista dos Portugueses do Brasil, de que “*Jaime Cortesão é a figura de relevo e a Ricardo Seabra se atribui o financiamento dos opositoristas*”,<sup>149</sup> que congregava grande parte dos opositores ao regime português. Devido à sua heterogeneidade em termos de tendência política, Heloísa Paulo considera que a colónia portuguesa no Brasil constituía “*um porto de abrigo para a oposição e um posto avançado do salazarismo*”.<sup>150</sup>

Após difíceis e morosas negociações, que se prolongaram por um período de três meses, em que são invocadas as tradições latino-americanas quanto à concessão de asilo político e fundando-se nos tratados que ligam nessa matéria as repúblicas da América do Sul, foi autorizada a saída de Henrique Galvão para a Argentina. O seu desejo era seguir também para o Brasil, o que não pode fazer por ter sido impedido pelas autoridades brasileiras, por pressão política do governo português. Relativamente à pretensão de Henrique Galvão vir a fixar residência no Brasil, a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, refere o seguinte: “ (...) *Apesar de a tradição diplomática brasileira favorecer a concessão de visto, pois nada existe em contrário, o Itamaraty está a estudar cuidadosamente a possibilidade de a presença de Galvão e do General Delgado criar um foco de agitações políticas portuguesas no Brasil, pondo em perigo o clima de amizade existente nas relações diplomáticas entre os dois países*”.<sup>151</sup>

<sup>148</sup> Dawn Linda Raby, “*O DRIL (1959-61). Experiência única na oposição ao Estado Novo*”, in Revista Penélope, n.º 16, p. 65.

<sup>149</sup> Franco Nogueira, “*História de Portugal 1933-74*”, p. 53.

<sup>150</sup> Heloísa Paulo, “*Os insubmissos da colónia: a recusa da imagem oficial do regime pela oposição no Brasil (1928-45)*”, in Revista Penélope, p. 9.

<sup>151</sup> Ofício n.º 395, de 26 de Junho de 1959, proveniente da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro - Brasil, Arquivo Histórico do MNE – PAE / Maço 6.

Tanto o Brasil como a Argentina assumem então, antecipadamente, perante o governo português, o compromisso de não permitir o abandono dos seus territórios pelos dois oficiais, e de não lhes consentir qualquer actividade política.<sup>152</sup> Henrique Galvão reconhece os esforços diplomáticos desenvolvidos, referindo que foi graças aos esforços do embaixador Mairal que “*foi possível a minha saída de Portugal, com salvo-conduto, embora rodeado do maior aparato militar possível, como se estivesse saindo do país um facínora da pior espécie. Na ocasião do meu embarque, o aeroporto de Lisboa estava cercado pela polícia.*”<sup>153</sup>

A dimensão internacional da oposição ao regime saiu reforçada com tudo o que se passou desde que Delgado e Galvão se refugiaram, até que abandonaram as embaixadas do Brasil e da Argentina, a que se denominou de “guerra das embaixadas”. Estes factos, no seguimento do que se passou nas eleições de 1958, deram ainda maior visibilidade à luta contra o Estado Novo.<sup>154</sup>

Em Maio de 1959 foi-lhe finalmente concedido pelo governo português um salvo-conduto para seguir por via aérea para Buenos Aires. Porém, logo que chegados à América do Sul e contrariando os compromissos assumidos pelos governos do Brasil e da Argentina, Delgado e Galvão reiniciam a actividade política. No Brasil a comunidade portuguesa era numerosa, mas na Argentina era muito pequena, pelo que encontrou aí pouco apoio político e, sobretudo, económico.<sup>155</sup>

Em Novembro desse mesmo ano e a convite da designada Junta Patriótica Portuguesa (JPP), formada em Fevereiro de 1959 e presidida pelo Eng. Júlio da Costa Mota e por Sérgio Alves Moreira, Henrique Galvão partiu para Caracas, na Venezuela (tinha novamente tentado estabelecer-se no Brasil, mas o governo do Presidente Kubitchek voltara a negar-lhe o Visto de entrada), para continuar as suas actividades entre os exilados portugueses aí residentes, que representavam a segunda maior comunidade portuguesa na América Latina, a seguir à brasileira.<sup>156</sup> A JPP era constituída por elementos comunistas, socialistas e republicanos. Desenvolvia actividades essencialmente de propaganda, denunciando a repressão salazarista,

<sup>152</sup> Franco Nogueira, “*História de Portugal 1933-74*”, p. 110-111.

<sup>153</sup> Recorte do artigo publicado no “*Jornal do Comércio*” de Recife – Brasil, com o título: Passou pelo Recife o homem que, vestido de carregador, enganou a polícia portuguesa. Arquivado no Arquivo Histórico do MNE – PAE / Maço 6.

<sup>154</sup> Fernando Rosas, “*História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974)*”, vol. VII, p. 532

<sup>155</sup> Dawn Linda Raby, “*O DRIL (1959-61). Experiência única na oposição ao Estado Novo*”, p. 66.

<sup>156</sup> Teor do Ofício nº 288, de 19 de Outubro de 1960, enviado da Embaixada de Portugal em Caracas - Venezuela e dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa. Arquivo Histórico-Diplomático /PAE / Maço 15, Capitão Henrique Galvão – Tentativa de Golpe de Estado. Prisão e julgamento 1952/58.

ao mesmo tempo que lançava campanhas em defesa dos presos políticos, não se envolvendo em actividades clandestinas.<sup>157</sup> Foi-lhe então prometida uma posição de professor na Faculdade de Ciências Humanísticas da Universidade de Caracas e apoio material e político do governo venezuelano, o que não se chegou nunca a concretizar.<sup>158</sup> Numa informação elaborada a 16 de Março de 1960, a PIDE registava o seguinte: “*Não começou, como professor, o curso de dois meses na Universidade Central da Venezuela, cujo início estava marcado para 8 do corrente, e que se repetirá em mais três universidades do interior (...), por os estudantes se haverem declarado em greve. Sabe-se que se mostra contrariado por ser esta a terceira vez que foi impedido de iniciar o curso, tanto mais que tal exercício lhe facilitará a vida económica, por lhe pagarem 1.000 bolívares por mês.*”<sup>159</sup> Mas Henrique Galvão rapidamente entra em conflito aberto com a JPP “*por causa do seu anticomunismo visceral e também pela sua vontade de mando e de acção clandestina*”.<sup>160</sup>

Como é explicado num artigo publicado no jornal *El Nacional* de Caracas, a 7 de Julho de 1960, a JPP é uma “*organização cívica de unidade democrática integrada por portugueses livres que, com o apoio de todas as forças democráticas do povo venezuelano, vem contribuindo para a derrota final do despótico regime fascista de Salazar e dos seus servidores*”.<sup>161</sup> É referido ainda no mesmo artigo que o capitão Henrique Galvão “*nunca pertenceu, nem pertence à JPP*”.

Na Venezuela residiam nessa altura, muitos exilados espanhóis e cerca de sessenta mil portugueses.<sup>162</sup> Aproveitando a ida de Galvão para a Venezuela, o Movimento Nacional Independente (MNI), “*designou Henrique Galvão como seu delegado plenipotenciário*”<sup>163</sup> em Caracas, exercendo o comando supremo das acções desencadeadas sobre territórios, navios e aviões portugueses.

<sup>157</sup> Dawn Linda Raby, “*O DRIL (1959-61). Experiência única na oposição ao Estado Novo*”, p. 65.

<sup>158</sup> *Idem*, p. 67.

<sup>159</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Salazar, Pasta AOS/CO/PC-77, Informação da PIDE n.º 87/60.

<sup>160</sup> Dawn Linda Raby, “*O DRIL (1959-61). Experiência única na oposição ao Estado Novo*”, p. 67.

<sup>161</sup> Ofício n.º 203, de 8 de Julho de 1960, enviado da Embaixada de Portugal em Caracas - Venezuela e dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa. Arquivo Histórico-Diplomático/PAE/Maçõ 15, Capitão Henrique Galvão – Tentativa de Golpe de Estado. Prisão e julgamento 1952/58.

<sup>162</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 148.

<sup>163</sup> José Freire Antunes, “*Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*”, p. 122.

### 3.4 ACTIVIDADE REVOLUCIONÁRIA E MOTIVAÇÃO PARA A ACCÇÃO

Henrique Galvão encontrava-se exilado na Venezuela desde Novembro de 1959. Como não dispunha de rendimentos fixos, as dificuldades económicas seriam grandes, pelo que procurava dedicar-se a expedientes que lhe pudessem garantir alguns rendimentos. Na mesma informação, de 16 de Março de 1960, a PIDE dá também conta de que “*Henrique Galvão está empregado na firma MAXFRAN, de Caracas, cujos sócios dizem ser representantes exclusivos, na Venezuela, do parcelamento de terrenos nas proximidades de Brasília, futura capital do Brasil*”.<sup>164</sup> No seu livro, e em jeito de desagravo, refere o seguinte: “*A mim, até me furtaram os únicos bens estáveis de que dispunha: a pensão de reforma. Vivi da minha pena de escritor e jornalista, sempre em países estrangeiros, sem subsídios ou dádivas (...)*”.<sup>165</sup>

De acordo com o teor de um Ofício proveniente da Embaixada de Portugal em Caracas – Venezuela, Henrique Galvão vivia num apartamento modestíssimo, pagando uma renda de 600,00 bolívares, em companhia de uma senhora argentina que, como especifica o documento, apesar de ter marido e filhos em Buenos Aires, o acompanhou até Caracas. Tinha dificuldades financeiras, vivendo de artigos que escrevia em jornais venezuelanos, sobre os mais diversos temas, e também no jornal *Ecos de Portugal*. Como é referido no mesmo artigo, “*actualmente faz uma vida isolada, tentando fazer política entre portugueses, na linha do grupo Daniel de Moraes – Ecos de Portugal e Centro Português (...)*. (Continua o autor do documento) *Diz-me uma senhora – baronesa de Soucy, que algumas vezes o convidou, que Galvão tem sérias dificuldades (financeiras), por dois motivos:*

- a) *Os jornais que lhe publicavam os seus artigos cansaram-se rapidamente de o ajudar;*
- b) *O facto de não dominar o espanhol e de os seus artigos serem agora traduzidos pela sua companheira argentina, que sabe português, tira a graça e originalidade à sua prosa, que sai sem interesse, agravando as dificuldades referidas na alínea a)*.<sup>166</sup>

Procurou então apoios para o desenvolvimento de actividades de cariz revolucionário entre os membros mais jovens da comunidade portuguesa na Venezuela, atraídos principalmente

<sup>164</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Salazar, Pasta AOS/CO/PC-77, Informação da PIDE nº 87/60.

<sup>165</sup> Henrique Galvão, “*Da minha luta contra o salazarismo e o comunismo em Portugal*”, p. 12.

<sup>166</sup> Ofício nº 84, com a classificação de Confidencial, de 2 de Março de 1960, enviado da Embaixada de Portugal em Caracas – Venezuela e dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa. Arquivo Histórico-Diplomático /PAE/ Maço 15, Capitão Henrique Galvão – Tentativa de Golpe de Estado. Prisão e julgamento 1952/58.

pela sua forte personalidade e vontade de acção. Um destes jovens foi Camilo Mortágua,<sup>167</sup> jornalista e técnico de radiodifusão. Mais tarde, este declarou ter-se identificado com Galvão “*não tanto pelas suas ideias, mas pelo homem, pelo seu carácter*”. Camilo Mortágua tinha uma grande admiração por ele, referindo-se-lhe como “*um homem de indiscutível coragem e disciplina mental. Era um asceta, um líder exemplar*”.<sup>168</sup>

Com o apoio de Mortágua, Henrique Galvão chegou a concretizar o projecto de criação (embora por pouco tempo) de uma emissora de rádio ao serviço dos exilados portugueses, intitulada de *A Voz de Portugal Livre*.<sup>169</sup> Desse facto dá a PIDE conta nos seguintes termos: “*Consta que o ex-capitão Henrique Galvão se prepara para ser ouvido em Portugal no próximo mês de Abril, através da emissora de rádio a funcionar na Venezuela (...)*”<sup>170</sup>

Constatando que os portugueses que tinham dinheiro não queriam expor-se, financiando actos eventualmente violentos, Galvão procurou então aliar-se a grupos de exilados espanhóis, solicitando esse apoio junto das organizações hispânicas de resistência contra a ditadura de Franco. Porém, uma das principais organizações, a *Acción Democrática*, não lhe deu qualquer tipo de apoio. Só a *União de Combatentes Espanhóis*, formada após a Revolução de 1958, que colocou no poder o presidente Rómulo Bettencourt,<sup>171</sup> o grupo menos numeroso e influente, mas com ligações internacionais na Europa, em Cuba, no México e na Venezuela,<sup>172</sup> se mostrou disponível para desenvolver actividades conjuntas.

Logo no início do ano de 1960, em representação de Humberto Delgado, Henrique Galvão assinou em Caracas, com Sottomayor e Velo, um acordo de parceria. Assim nascia o *Directório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL)*, que tinha como divisa: “*Liberdade e Justiça ou Morte*”.<sup>173</sup> Reunia os simpatizantes do *Movimento Nacional Independente* e os da *União de Combatentes Espanhóis*, deveria ter uma administração única (que na prática nunca se materializou) e um comando operacional único.<sup>174</sup> Era uma organização do tipo populista, mantendo a sua independência em relação às estruturas de base dos partidos políticos, sendo que os núcleos português e espanhol do DRIL se caracterizavam pelo pouco rigor, em termos

<sup>167</sup> Camilo Mortágua, revolucionário e activista político português. Um dos participantes no assalto ao pacote Santa Maria.

<sup>168</sup> José Freire Antunes, “*Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*”, p. 124.

<sup>169</sup> Dawn Linda Raby, “*O DRIL (1959-61). Experiência única na oposição ao Estado Novo*”, p. 68.

<sup>170</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Salazar, Pasta AOS/CO/PC-77, Informação da PIDE nº 87/60. Informação de 16 de Março de 1960.

<sup>171</sup> Dawn Linda Raby, “*O DRIL (1959-61). Experiência única na oposição ao Estado Novo*”, p. 65.

<sup>172</sup> *Idem*, p. 63-64.

<sup>173</sup> Hernan Muñoz Garrido, “*Alô, Alô...Santa Maria Chamando*”, Editora Mestre Jou, prefácio

<sup>174</sup> Henrique Galvão, “*Assalto ao Santa Maria*”, p. 154.

ideológicos, e a sua disposição para a luta politico-revolucionária. Nos comunicados dessa organização era utilizada uma linguagem emotiva, exaltada e directa, emitindo fortes apelos à luta, em contraste com o estilo da propaganda tradicional da oposição portuguesa ou espanhola.<sup>175</sup> De acordo com Sonsoles C. Sánchez-Albornoz, “ (o DRIL) *tinha como finalidade derrubar as ditaduras ibéricas e substituí-las por uma República Federal em que todos os povos ibéricos tivessem os mesmos direitos. Seria integrado por espanhóis e portugueses e a violência seria a arma utilizada para atingir os seus objectivos*”<sup>176</sup>. De acordo com Sottomayor, o DRIL nasceu da conjugação de vontades de vários espanhóis residentes na Venezuela, em Cuba, na Bélgica e em França, de que José Velo Mosquera era um dos dirigentes máximos, tendo-lhe sido atribuída a responsabilidade das actividades desenvolvidas em toda a América latina.<sup>177</sup>

Descontentes com o imobilismo da oposição, decidiram então iniciar uma nova fase e avançar para a acção armada directa.<sup>178</sup> De acordo com o depoimento de Henrique Galvão, os ditadores ibéricos teriam que ser combatidos de duas maneiras: primeiro, teriam que ser atacados no próprio território, “*impelindo o povo a levantar-se e induzindo o Exército a, pelo menos, permanecer passivo*”. Em segundo lugar, Salazar e Franco teriam que ser atacados ao nível da opinião pública internacional.<sup>179</sup> O posicionamento do DRIL em relação aos partidos políticos, e também o modo de acção que preconizava, suscitou as críticas e mesmo o repúdio de muitos sectores da oposição tradicional. Para os Partidos Comunistas português e espanhol, mas também para muitos socialistas ou independentes, tinha prioridade a luta desenvolvida no interior dos próprios Países, relegando para a oposição no exílio essencialmente os trabalhos de propaganda e de apoio. Desconfiavam da actuação daquela organização, chegando a denominá-la de aventureirismo e até mesmo de terrorismo.<sup>180</sup>

O DRIL era encabeçado pelo português Henrique Galvão e pelos activistas galegos José Velo Mosquera (também conhecido como Carlos Junqueira de Ambia),<sup>181</sup> de 45 anos,

<sup>175</sup> Dawn Linda Raby, “*O DRIL (1959-61). Experiência única na oposição ao Estado Novo*”, p. 70.

<sup>176</sup> Sonsoles Cabeza Sánchez-Albornoz, “*La oposición democrática a las dictaduras ibéricas (1940-1965)*”, p. 306 (nota de rodapé 11).

<sup>177</sup> Dawn Linda Raby, “*O DRIL (1959-61). Experiência única na oposição ao Estado Novo*”, p. 68.

<sup>178</sup> *Idem*, p. 68.

<sup>179</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 155.

<sup>180</sup> Dawn Linda Raby, “*O DRIL (1959-61). Experiência única na oposição ao Estado Novo*”, p. 72.

<sup>181</sup> José Velo Mosquera, também conhecido por Carlos Xunqueira de Ambia, nasceu a 21 de Abril de 1916 em Celanova-Orense-Galiza, e faleceu em S. Paulo – Brasil, em 1972. Era filho de Lino Velo Castiñeiras e de Manuela Mosquera. A 24 de Abril de 1935 casa com Jovita Pérez González. Em meados da década de 1940 veio como refugiado para Portugal. Parte depois para Nova Iorque e a seguir para Caracas – Venezuela. Foi o fundador de organizações como Mocedades Galeguistas e Unión de Combatientes Españoles Antifranquistas



considerado um “marxista heterodoxo”, a quem Galvão definia como “*o intelectual da revolução*”,<sup>182</sup> antigo guerrilheiro nas Astúrias e ex-professor de Matemática, e o comandante José Fernández Vázquez (ou Jorge de Sottomayor)<sup>183</sup>, de 52 anos, secretário-geral,<sup>184</sup> ex-suboficial da Marinha de Guerra espanhola republicana e combatente da Guerra Civil de Espanha, “*revolucionário sem pátria e sem amo*”, no dizer do articulista Xurcho Martinez Crespo. Da organização faziam ainda parte os seguintes elementos espanhóis: o jornalista Júlio Formoso, Agustín Alba (secretário das relações exteriores), Alberto Fernández Mezquita, o comandante Antón Padilla Castillo, José Sesto, Basílio Losada de Escarón, Manuel Rodríguez do Porriño, Manuel Rojas (ou Abderramán Mulei More), um espanhol de origem árabe (de quem Sottomayor afirma que, em 1961, no Brasil, pôde comprovar que era

---

Nacionalistas Gallegos (esta última na Venezuela). Participou em 1956, como representante dos Galegos, no 1º Congresso da Emigração Galega realizado em Buenos Aires – Argentina,. Fundador do DRIL (Directório Revolucionário Ibérico de Libertação) participa com Sottomayor e os filhos de ambos, Víctor e Federico, no sequestro do navio Santa Maria. Em Caracas, Xosé Velo funda uma escola de contabilidade. Sonhava com uma Confederação constituída pela Galiza, Portugal e o Brasil. Exilado no Brasil, em 1962 abriu em S. Paulo a livraria Nós e em 1966 fundou a Editora Nós, que só publicou a tradução de uma obra da poetisa galega Rosalia de Castro. Em 1971 fundou a revista mensal Paraíso 7 dias, que só publicou cinco números. A 31 de Janeiro de 1972 morria na cidade de S. Paulo, vítima de cancro do pulmão.

<sup>182</sup> Hernan Muñoz Garrido, “*Aló, Aló...Santa Maria Chamando*”, p. 23.

<sup>183</sup> José Fernández Vázquez, também conhecido por comandante Jorge de Sottomayor (alcunha que lhe deu José Velo Mosquera), nascido em Pobra do Caramiñal-Galiza, em 1904, e falecido na cidade venezuelana de Mérida, em 1986. Filho de Antón Sottomayor e de Maria Portela. De pequeno “lia mais do que dormia” – segundo os que o conheceram. Escritor e militar, no começo da ditadura de Primo de Rivera, começa a receber a influência ideológica da revolução russa e filia-se no Partido Socialista Obrero Español (PSOE). Com a implantação da República, em 1931, constitui uma junta municipal revolucionária que tenta impedir a tomada de posse do Alcalde de Caramiñas, eleito na lista monárquica. O seu progressivo radicalismo político evidenciou-se em obras como: “Ideias sobre a técnica do golpe de Estado” (1932) que coincidiu com a sua filiação no Partido Comunista Español (PCE), em 1933. Durante a sua etapa de formação política, ao longo da IIª República, era conhecido como Noé. Foi Adido Naval na embaixada da Espanha republicana em Paris. Coordenou a defesa da Ria de Arousa, aquando da ofensiva das forças fascistas, em 1936. Comandante da Marinha durante a Guerra Civil espanhola, tornou-se um opositor à Monarquia, participando no “complot” da sublevação republicana de Jaca. É detido, tendo-lhe sido proposto que opte por uma de duas soluções: abandonar voluntariamente a Marinha ou enfrentar um Conselho de Guerra. Decide abandonar a Marinha. Passou então a dedicar-se à acção política. Com mais sete activistas tomou de assalto um navio draga-minas no porto de Villagarcía de Arousa. Em Barcelona participa no afundamento do navio Baleares. Após a vitória dos nacionalistas foi aprisionado e levado para o campo de concentração de Saint Ciprien, de onde foi deportado pela Gestapo alemã para o campo de extermínio de Auschwitz. Libertado pelas tropas soviéticas (tinha então apenas 37 quilos de peso), viveu três anos em Paris, trabalhando como operário de montagem na fábrica Renault, integrando-se em grupos e entidades republicanas no exílio. Chega à Venezuela em 1948, estabelecendo-se na cidade de Puerto Cabello. Constitui então o DRIL (Directório Revolucionário Ibérico de Libertação), cujo objectivo era o de desencadear acções subversivas contra as ditaduras ibéricas. Participa no sequestro do navio Santa Maria. Após obter asilo político no Brasil dirige-se novamente à Venezuela, de onde é expulso, indo para Cuba. Aí desenvolveu actividades como delegado da Tricontinental de Solidariedade com os Povos da África e da Ásia. Viaja ainda pelo Camboja, China e Laos, países onde se desenvolve a revolução comunista. Casado em primeiras núpcias com Eva Villalonga, de quem teve um filho: Franklin. Casa em segundas núpcias com Margarita Ackermann, uma alemã, de quem terá dois filhos: Federico e Enrique; Casa pela terceira vez, em 1958, com Sacramento de Jesus Peña. Artigo de Xurxo Martinez Crespo, com o título “O Exílio galego na Venezuela”, [www.vello.vieiros.com/gterra](http://www.vello.vieiros.com/gterra), datado de 01 de Março de 2006.

<sup>184</sup> Hernan Muñoz Garrido, “*Aló, Aló...Santa Maria Chamando*”, p. 23.

um agente secreto da polícia política espanhola).<sup>185</sup> O comandante Sottomayor tinha responsabilidades equivalentes às de Galvão, sendo o responsável operacional pelas acções desencadeadas sobre tudo o que se relacionasse com Espanha. O DRIL, para além da organização de topo, “*tinha comandos que já tinham servido ou treinado na Europa – alguns que se tinham distinguido em Espanha, e outros recentemente recrutados.*”<sup>186</sup>

Do DRIL faziam ainda parte o filho de *Sottomayor*, Luís Federico Fernandez Ackermann<sup>187</sup>, Victor Velo, filho de Velo Mosquera, o engenheiro Costa Mota, o jornalista e locutor de rádio Camilo Tavares Mortágua (que desempenhava as funções de braço direito de Galvão), os jornalistas Miguel Urbano Rodrigues e Victor Cunha Rego.

Os grupos portugueses e espanhol estavam profundamente divididos, em termos ideológicos. Os espanhóis, de formação marxista, lutavam por uma revolução de tendência socialista. São anti-imperialistas, preconizando a independência dos territórios coloniais, ao passo que o grupo português apenas defendia a instauração da democracia em Portugal. A integração no DRIL dos portugueses pertencentes ao Movimento Nacional Independente (MNI) só foi possível dando liberdade ideológica a cada organização.<sup>188</sup>

Camilo Mortágua revela que a estratégia do DRIL passava pela infiltração de *comandos* em Espanha e em Portugal, com o fim de sabotarem ou destruírem edifícios e instalações essenciais à economia nacional. Em Portugal nunca se chegou a concretizar qualquer infiltração de elementos do DRIL, apesar de ter sido prevista essa possibilidade (ver Anexo 4). No entanto, em Espanha dispunha de uma “Jefatura de Comandos de Castilla” e de uma “Dirección Clandestina”.<sup>189</sup>

Logo em Fevereiro de 1960 (coincidindo com a constituição do DRIL), ocorreram em Espanha as primeiras acções violentas, reivindicadas pelo Directório num comunicado clandestino difundido em Madrid pela “Jefatura de Comandos de Castilla”. Fizeram deflagrar bombas na sede da Polícia política espanhola (DGS), no Ayuntamiento (Câmara Municipal)

<sup>185</sup> Dawn Linda Raby, “*O DRIL (1959-61). Experiência única na oposição ao Estado Novo*”, p. 67-80.

<sup>186</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 153-154

<sup>187</sup> Luís Federico Fernández Ackermann, filho do “Comandante Sottomayor” e da alemã Margarita Ackermann Von Haag, nascido a 31 de Outubro de 1939. Participou com o pai no sequestro do navio Santa Maria. Anos depois sequestrou, na Venezuela, o navio mercante Anzoategui. Esteve na Checoslováquia, onde recebeu formação militar, e em Cuba. Detido na escola de guerrilhas de San António de los Altos (Venezuela), cumpriu vários anos de cadeia. Aprende fotografia e é prémio nacional de fotografia na Venezuela. Site: [www.exiliados.org/paginas/Conservar\\_memoria/Biografias\\_F.htm](http://www.exiliados.org/paginas/Conservar_memoria/Biografias_F.htm).

<sup>188</sup> Montse Dopico e A. R. Lopez, “*O Comandante Soutomaior*”, in

[www.elcorreogallego.es/pop/Imprimir.php?idWeb=2&idNoticia=139839](http://www.elcorreogallego.es/pop/Imprimir.php?idWeb=2&idNoticia=139839)

<sup>189</sup> Ofício nº 59, de 27 de Fevereiro de 1960, enviado da Embaixada de Portugal em Havana – Cuba e dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, sobre o tema: Manifestos Directório Revolucionário Ibérico de Libertação sobre atentados terroristas em Madrid. Arquivo Histórico-Diplomático /PAE / Maço 15, Capitão Henrique Galvão – Tentativa de Golpe de Estado. Prisão e julgamento 1952/58.

de Madrid, contra a companhia de aviação espanhola Ibéria no Aeroporto de Madrid, no Edifício do Congresso, “acções em que morre o membro do DRIL, José Ramón Pérez Jurado,<sup>190</sup> ao rebentar-lhe nas mãos a bomba que transportava. Entretanto, as autoridades franquistas descobriram o esconderijo de mais umas dezenas de bombas, tendo preso e executado dois dos activistas.<sup>191</sup> Foi a partir destes atentados e destas acções no exterior que o DRIL começou a revelar publicamente as suas actividades na Venezuela.<sup>192</sup>

O *Directório Revolucionário Ibérico de Libertação* procurou então alargar a sua influência junto de outras entidades na Península Ibérica, nomeadamente procurando aliciar os movimentos revolucionários portugueses e independentistas da Catalunha. Exemplo dos contactos havidos com estas últimas entidades é o documento transcrito em Anexo 5, assinado em Caracas entre altos responsáveis da DRIL e do *Moviment D’Alliberament Nacional de Catalunya*.

Na Venezuela, afastado o anterior presidente Perez Jimenez, e com a subida ao Poder do novo presidente Rómulo Bettancourt, que assumiu também a liderança do movimento antiditatorial na América Latina, o clima político era nessa altura propício às actividades dos grupos de oposição e resistência antifascista.

No seguimento do atentado entretanto perpetrado contra o presidente Bettancourt,<sup>193</sup> das suas actividades de propaganda revolucionária, e como resultado das entrevistas por ele dadas ao jornal *El Nacional* acerca das actividades terroristas do DRIL em Espanha e Portugal, Galvão foi advertido pelo Ministério das Relações Interiores da Venezuela de que estava a ser investigado para averiguar da existência de eventuais planos de actividades terroristas que estivessem a ser preparadas contra outros países.<sup>194</sup>

Apesar da abertura política, o apoio prestado pelas autoridades venezuelanas a algumas correntes ideológicas era grandemente condicionado, e eram vistas com desconfiança e mesmo perseguidas as de cariz revolucionário. Segundo o articulista Xurxo Martínez Crespo, contrariamente à ampla abertura política mexicana aos exilados republicanos, a Venezuela limitou inicialmente a recepção, por receios ideológicos e religiosos, aos nacionalistas bascos, com a desculpa de serem profundamente católicos. Sobre este assunto, a nova Constituição

---

<sup>190</sup> “*Vivir en prol da liberdade*”, in Conselho da Cultura Galega: [www.culturagalega.org](http://www.culturagalega.org), 26 Fevereiro 2007.

<sup>191</sup> Dawn Linda Raby, “*O DRIL (1959-61). Experiência única na oposição ao Estado Novo*”, p. 70.

<sup>192</sup> *Idem*, p. 70.

<sup>193</sup> *Idem*, p. 72.

<sup>194</sup> Teor do Ofício nº 222, de 18 de Julho de 1960, enviado da Embaixada de Portugal em Caracas – Venezuela e dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa. Arquivo Histórico-Diplomático /PAE / Maço 15, Capitão Henrique Galvão – Tentativa de Golpe de Estado. Prisão e julgamento 1952/58.

Nacional venezuelana, de Julho de 1936, refere no seu artigo 32º o seguinte: “(...) *consideram-se contrárias à independência, à situação política e à paz social da Nação, as doutrinas comunista e anarquista e os que as proclamem, propaguem ou pratiquem, serão considerados como traidores à Pátria e castigados de acordo com as leis vigentes*”.<sup>195</sup>

Ainda em Março de 1960, numa entrevista concedida ao *Jornal Portugal Livre*, de São Paulo – Brasil, Henrique Galvão dava a conhecer qual a solução política que preconizava para os territórios portugueses em África, uma vez finda a ditadura de Salazar e a implantação de um regime democrático no país: *uma Federação de Estados de Língua Portuguesa*.<sup>196</sup>

Henrique Galvão, impulsivo por natureza, via o tempo a passar sem que fossem desencadeadas acções concretas visando o derrube efectivo das ditaduras ibéricas, pelo que decidiu tomar a iniciativa de acção. Começou então a preparar aquela que seria a sua acção mais espectacular, a que deu o nome de “Operação Dulcineia”: o desvio de um Pacote de turismo cheio de passageiros, coordenando politicamente esta acção com o general Humberto Delgado, em representação do qual iria agir.<sup>197</sup>

Aparentemente, os incentivos de Henrique Galvão para o desencadear da “Operação Dulcineia” não eram só puramente político-revolucionários. Segundo confidenciou Camilo Mortágua em entrevista, “*Galvão queria tornar-se famoso, o que conseguiu, e ganhar poder negocial. Daí que os espanhóis se tenham sentido frustrados pelo rumo que as coisas tomaram. Ou seja, apesar da influência dos espanhóis nos preparativos, a Operação Dulcineia acabou por aporuguesar-se e diluíram-se as pretensões específicas dos antifranquistas*”.<sup>198</sup>

“Dulcineia” foi o nome de código escolhido por Henrique Galvão para a Operação porque, segundo ele, “*também éramos românticos lutando por nossa dama – a Liberdade*” (ideia extraída da conhecida obra de Cervantes, “D. Quixote de la Mancha”),<sup>199</sup> e porque foi em terras de expressão espanhola que encontrou asilo político e apoios (Argentina e Venezuela), e também porque parte dos homens que comandou eram espanhóis.<sup>200</sup> Segundo Galvão, a ideia da “Operação Dulcineia” começou a tomar forma certa manhã, enquanto lia num jornal

<sup>195</sup> Xurxo Martínez Crespo, “*O exílio republicano galego na Venezuela*”, in xurxomartinez@cantv.net, 27 Novembro 2003.

<sup>196</sup> *Jornal Portugal Livre*, Ano I, nº 5 – Publicação do Movimento Nacional Independente, de que é responsável o general Humberto Delgado. Arquivo Histórico-Diplomático / PAE / Maço 15.

<sup>197</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 175.

<sup>198</sup> José Freire Antunes, “*Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*”, p. 126.

<sup>199</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 157

<sup>200</sup> Maria Estela Guedes, opinião expressa no artigo sobre Henrique Galvão, in [http://triplov.com/zoo\\_ilogico/cats/index.html](http://triplov.com/zoo_ilogico/cats/index.html).

a notícia da próxima chegada do navio português *Santa Maria* ao porto venezuelano de *La Guaira* (que fica situado 12 milhas a norte da cidade de Caracas). Deixou amadurecer a ideia antes de a comunicar, duas ou três semanas mais tarde, ao director espanhol do DRIL.<sup>201</sup>

Legalmente, qualquer navio constitui uma parte do território da sua nação. Nesse sentido, Henrique Galvão questionou-se “*porque não iniciar o levantamento contra as ditaduras num destes pedaços flutuantes que se deslocavam até onde nós estávamos, precisamente como outros levantamentos se iniciavam numa cidade ou em qualquer parte do território fixo de uma nação? (...) Entre os navios que vinham a La Guaira e que podiam ser considerados para a operação, o Santa Maria, pelo seu prestígio como pacote de luxo (...) era de longe o melhor candidato. Não conseguiríamos o mesmo efeito na opinião mundial e os mesmos resultados operacionais com um navio pequeno e menos aparatoso*”.<sup>202</sup> Não poderia ser considerado um acto de pirataria, segundo a lei internacional, pois não se verificaria o ataque de um navio a outro e a ocupação teria unicamente o propósito de uma rebelião de natureza política.

Foi pois escolhido o pacote *Santa Maria*, propriedade da Companhia Colonial de Navegação, na qual o Governo português tinha interesses económicos, navio que largava de Caracas – Venezuela e fazia escala na ilha de Curaçau – Antilhas Holandesas, seguindo depois para Miami – EUA, Lisboa e Vigo – Galiza. Galvão assumiria o comando político, Sottomayor teria a seu cargo a responsabilidade operacional, enquanto Camilo Mortágua funcionaria como elemento de ligação entre ambos, para além de ser o responsável pelo embarque do pessoal. Do comando da operação fazia ainda parte Velo Mosquera.

No início da década de 1950 o governo português, sensível às limitações existentes no sector do transporte marítimo de passageiros, apesar de a imigração portuguesa ser cada vez mais abundante para o Brasil, América do Sul e Central, autorizou as companhias de navegação nacionais a encomendar vários navios, com o objectivo de renovar a velha frota existente.

Nesse sentido, foram encomendados aos estaleiros *Société Anonyme John Cockerill*, em Hoboken – Bélgica, dois navios transatlânticos com casco em aço. Tratavam-se do *Vera Cruz* e do *Santa Maria*, que entraram ao serviço respectivamente em 1951 e 1952. Ambos deslocavam 20.906 toneladas, desenvolvendo uma velocidade de cruzeiro de cerca de 20 nós

---

<sup>201</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 156-157

<sup>202</sup> *Idem*, p. 156-157.

e atingiam uma velocidade máxima de 22 nós.<sup>203</sup> O “*Santa Maria era o melhor navio português e um motivo de orgulho da navegação comercial*”,<sup>204</sup> encontrando-se registado na Capitania do Porto de Lisboa, desde 9 de Novembro de 1953, com o número H 421. O seu sinal de código era: C S A L, e o armador a Companhia Colonial de Navegação, sediada em Lisboa.<sup>205</sup>

O *Santa Maria*, tal como o *Vera Cruz*, iniciou em 1954 as carreiras transatlânticas, ligando os portos da Península Ibérica aos portos brasileiros e do Rio da Prata – Argentina, transportando carga e emigrantes. De acordo com Manuel Santaclara, o *Santa Maria* realizou também em 1954 a sua primeira viagem à Venezuela e ilhas Antilhas. Apenas efectuou uma viagem a África, a 11 de Julho de 1958, com destino a Luanda, Lobito e Moçâmedes. “*Mesmo com o início da guerra em África, ao contrário de outros navios, nunca foi fretado para o transporte de tropas (embora estivesse preparado para isso - ver Anexo 6), continuando a fazer a carreira das Américas, assim como alguns cruzeiros (...) nas Caraíbas. Tornou-se, por isso, uma presença constante nos portos de S. João de Porto Rico e Port Everglades*”.<sup>206</sup>

O principal objectivo da “Operação Dulcineia” era o de atrair a atenção da opinião pública internacional em geral e a dos países democráticos em particular, para a situação sócio-política dos povos sujeitos às ditaduras ibéricas. O objectivo seguinte passava por efectuar um ataque de surpresa à ilha de Fernando Pó, possessão espanhola junto à costa de África, e à Guiné Equatorial, no continente africano, para obtenção de munições e de outro material de guerra, nomeadamente canhoneiras e aviões, e pelo posterior desembarque em Angola, com o apoio de forças rebeldes locais (sobretudo em Luanda, Benguela e no Lobito). Seguir-se-ia a constituição, em Luanda, de um governo hostil ao regime de Salazar, pois Henrique Galvão estava convicto de que poderia derrubar o regime a partir de África.<sup>207</sup>

Procuraram desde logo obter e reunir o maior número de informações relativas ao Pacote *Santa Maria*. Por casualidade, a maquete do navio estava exposta na vitrina da “Agência Fulton”, em Caracas. Segundo Henrique Galvão, durante as paragens do navio no porto de “La Guaira”, este passou a ser visitado por ele ou por qualquer um dos informadores portugueses, sem levantar suspeitas. A 18 de Junho de 1960, na escala que o *Santa Maria* fez

<sup>203</sup> 1 nó = 1 milha náutica/hora = 1,85 km/hora.

<sup>204</sup> José Freire Antunes, “*Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*”, p. 121.

<sup>205</sup> Arquivo Histórico da Marinha.

<sup>206</sup> Manuel Albergaria Santaclara, “*Santa Maria, a Senhora rebelde*”, in Revista VEGA, Outubro/Novembro 2001.

<sup>207</sup> Pedro Manuel Ferreira, “*Santa Maria, a Força Aérea na caça ao Pacote rebelde*”, in Revista Mais Alto, Força Aérea Portuguesa, Nov./Dez 2004, p. 12-13.

em “La Guaira”, os revolucionários subiram a bordo, misturando-se entre os passageiros e visitantes, estudando detalhadamente o navio (por mais de duas horas, como é referido).<sup>208</sup> O estudo detalhado do navio, bem como a planificação da acção, terminaram em Julho de 1960, segundo o testemunho de Henrique Galvão. De acordo com o mesmo, a própria Agência do navio em Caracas (através do seu organismo de relações públicas) chegou mesmo a fornecer-lhes passes de visitante, a planta do navio e folhetos de informação quanto ao número e categoria dos membros da tripulação.<sup>209</sup> Estava assim terminada a primeira fase de preparação da “Operação Dulcineia”. Ao mesmo tempo iam também recrutando e escolhendo os homens que iriam constituir os *comandos* operacionais.<sup>210</sup>

A 12 de Julho de 1960, a PIDE registava o seguinte facto: “*Consta que no dia 3 do mês de Junho findo, foi ouvida em Luanda, das 22h48 às 22h56 (hora local de Angola), na frequência de 14.349 kilociclos/segundo, uma emissora clandestina emitindo em português, incitando a população à revolta contra o actual governo português. Tudo leva a crer que se trata realmente da emissora “VOZ DE PORTUGAL LIVRE”, que sob a égide do ex-capitão Henrique Galvão, consta estar montada numa barçaça ao largo da costa da Venezuela, ao serviço dos oposicionistas portugueses exilados na América Latina (...)*”.<sup>211</sup>

---

<sup>208</sup> “*O corsário do séc. XX é um político português*”, in Revista Alarma!, n.º 152, México DF, 30 de Março de 1966, Arquivo Histórico do MNE – PAE / Maço 6, p. 20-23; 38.

<sup>209</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 158-159.

<sup>210</sup> *Idem*, p. 159.

<sup>211</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Salazar, Pasta AOS/CO/PC-77, Informação da PIDE n.º 242/60-GU.

## **CAPÍTULO 4. “OPERAÇÃO DULCINEIA”**

Por definição, uma acção resulta sempre da conjugação de dois factores essenciais: uma vontade e um meio. Como ficou exposto, havia vontade de agir por parte dos activistas politico-revolucionários, faltava descobrir o meio e o modo como desencadear a acção. Esse foi indicado por Henrique Galvão, ao aperceber-se do valor que constituía um navio em termos de direito internacional, constituindo-se como que “um pedaço do território nacional”, e o impacto mediático que teria a acção de sequestro de um navio de turismo cheio de passageiros. Procurarei, seguidamente, descrever de forma pormenorizada a preparação e o desenvolvimento da “Operação Dulcineia”.

### **4.1 PREPARAÇÃO**

Em meados de Agosto de 1960 os revolucionários decidiram que a captura do navio seria executada numa das seguintes escalas do *Santa Maria* na Venezuela. Entretanto, era preciso conseguir reunir o dinheiro necessário para comprar armas e as passagens. Pelo facto de o navio ser português, a chefia política da “Operação Dulcineia” foi confiada a Galvão e o comando militar era de Sottomayor. Qualquer assunto importante requeria a decisão unânime destes dois e ainda de Velo Mosquera.<sup>212</sup>

Segundo o testemunho de Henrique Galvão, o objectivo inicial era a tomada do navio por *comandos* nas águas internacionais das Caraíbas, após ter saído da ilha de Curaçao, nas Antilhas Holandesas. Seguidamente, e já sob o controlo dos assaltantes, o navio navegaria secretamente em direcção à costa ocidental de África, travessia que esperavam durasse cerca de oito dias.<sup>213</sup> Como o navio só era esperado em Miami três dias depois de sair de Curaçao, contavam navegar tranquilamente nos primeiros dias sem levantar suspeitas. Consideravam ainda que poderiam ganhar mais um dia de navegação secreta, informando entretanto telegraficamente a agência da CCN em Miami de que tinham avarias no motor, facto que estaria a atrasar a sua navegação. Ao sexto dia previam que finalmente já tivessem sido desencadeadas buscas gerais para encontrar o navio, mas estariam já longe, dando tempo a atingirem o objectivo sem serem detectados. Quando o fossem, esperavam que a acção atraísse uma grande publicidade, pela natureza invulgar da operação, despertando a

<sup>212</sup> Dawn Linda Raby, “*O DRIL (1959-61). Experiência única na oposição ao Estado Novo*”, p. 73-74.

<sup>213</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 162-164.



curiosidade e o interesse da opinião pública internacional para a situação política e social a que estavam sujeitos os povos ibéricos. Numa segunda fase, previam efectuar um ataque de surpresa, numa operação nocturna de *comandos*, à ilha africana de Fernando Pó e ao território continental da Guiné Equatorial, possessões espanholas no Golfo da Guiné, para conseguir armamento (barcos e aviões de transporte). A seguir, preparavam o assalto a Angola, onde Henrique Galvão contava com o apoio de forças rebeldes locais, para aí estabelecerem um governo revolucionário. Como explica Henrique Galvão, “*com as forças adicionais que se nos juntassem e com as canhoneiras e lanchas de desembarque – tudo em operações de surpresa muito rápidas, levando um máximo de três dias – e com dois aviões, talvez três, obtidos na ilha e no continente, atacaríamos Luanda, a capital de Angola, às cinco da tarde, com o apoio de forças rebeldes locais, numa operação envolvente de comandos, apoiada pelas canhoneiras*”, tendo como objectivo a conquista e libertação de uma parte do território português, onde pudessem constituir um governo, e de onde, com recursos adequados, pudessem desencadear uma guerra contra o regime de Salazar. Para tal propósito, contavam com o apoio das populações em Moçambique e até mesmo na Metrópole.<sup>214</sup>

Entretanto, os dias em Caracas eram passados em reuniões feitas num apartamento do terceiro piso do Edifício Palermo, com vista para a Praça Venezuela. Estudavam rumos sobre cartas náuticas e discutiam aspectos jurídicos, por temerem que a acção fosse classificada internacionalmente como um efectivo acto de pirataria. Para efectuarem o assalto ao *Santa Maria*, previam a necessidade de recrutarem e disporem de pelo menos 120 elementos bem armados e treinados. Segundo estimativas que efectuaram, para preparar e manter esse número de homens, que seriam mais tarde o núcleo do futuro “exército de libertação”, era necessário angariar pelo menos \$30.000,00 USD. Mas nunca conseguiram reunir mais de \$10.000,00.<sup>215</sup>

Devido às deserções, às dificuldades financeiras e para conseguir armas, o número de elementos recrutados foi diminuindo com o tempo, o que originou atrasos no desenvolvimento da operação.

---

<sup>214</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 162-164.

<sup>215</sup> “*O corsário do séc. XX é um político português*”, in *Revista Alarma!*, n.º 152, p. 20-23; 38.

O apoio ao DRIL por parte de organizações políticas estabelecidas na Venezuela foi pouco ou nenhum, talvez por aquele não se enquadrar nas suas organizações, nem nos seus projectos políticos e de acção. É Henrique Galvão que o afirma no seu livro, referindo que “*no momento exacto em que procurávamos auxílio financeiro mais desesperadamente, o Partido Comunista português e, por outras vias, o espanhol, declararam-nos guerra publicamente, em manifestos condenatórios de qualquer forma de oposição por acção directa*”.<sup>216</sup> Também o apoio prestado por outros regimes ou entidades vizinhas parece ter sido muito reduzido ou mesmo nulo. O Directório era mesmo acusado de ser financiado pelo regime cubano, mas de acordo com o testemunho de Camilo Mortágua, “*aquando do assalto ao Santa Maria, o DRIL não tinha ligações de dependência ao regime de Fidel Castro*.”<sup>217</sup> Também parece não ter havido qualquer tipo de relacionamento económico ou político com entidades mexicanas.

Mas a vontade de agir era grande o suficiente para que os membros do DRIL não desistissem dos seus intentos. Segundo Freire Antunes, para Galvão o maior estímulo para o desencadear da acção foi a vitória de Jânio Quadros nas eleições presidenciais de Outubro de 1960.<sup>218</sup> Desse modo, garantiam as condições necessárias para que, em última instância, pudessem obter asilo político no Brasil.

As suas actividades eram, no entanto, do conhecimento das autoridades portuguesas, resultado da actuação dos elementos da Embaixada portuguesa em Caracas e de elementos infiltrados, que forneciam informações preciosas quanto aos planos dos activistas. Assim, no mês de Outubro de 1960, a PIDE informou a Presidência do Conselho e o Ministério do Interior, “*que certos elementos da oposição residentes em Caracas se estavam a preparar para (...) seguirem para Angola, a fim de aí fomentarem um movimento separatista ou criarem pelo menos perturbações que dêem impressão de um tal movimento*”.<sup>219</sup>

A primeira data marcada para o início da “Operação Dulcineia” foi o dia 14 de Outubro de 1960. Mas, quatro dias antes, ainda lhes faltava arranjar 7.000 *bolívares* para disporem da quantia necessária para adquirirem as passagens.<sup>220</sup> Também só tinham conseguido comprar, no “mercado negro” de Caracas, algumas armas, quase todas de fabrico americano. De acordo com o testemunho da “Revista Alarma!”, compraram algumas armas, “*uma metralhadora velha e sem marca custou-nos \$300,00 e uma (metralhadora) Thomson \$250,00. Pagámos*

<sup>216</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 161.

<sup>217</sup> José Freire Antunes, “*Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*”, p. 126.

<sup>218</sup> *Idem*, p. 126.

<sup>219</sup> Luís Nuno Rodrigues, “*Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*”, p. 36.

<sup>220</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 165.

*três pistolas a \$100,00 cada; 5 (pistolas) Colt a \$80,00 e 4 espingardas a \$200,00. O nosso armamento completava-se com algumas granadas de mão, que nos chegaram como um donativo*".<sup>221</sup> Tendo em conta estas condições, teve que ser adiado o início da operação.

A 31 de Outubro de 1960, a Embaixada de Portugal em Caracas informava o Ministério dos Negócios Estrangeiros português de que o capitão Henrique Galvão seria expulso dentro de pouco tempo da Venezuela, por alegada má vontade por parte das autoridades venezuelanas relativamente ao desenvolvimento das suas actividades revolucionárias, informando ainda que Galvão se iria deslocar a Paris no dia 3 de Novembro seguinte, para participar numa reunião destinada a coordenar actividades terroristas em Portugal.<sup>222</sup>

Também a 31 de Outubro a PIDE dava conta, através de uma Informação enviada à Presidência do Conselho e ao Ministério do Interior, que os elementos do DRIL estavam a preparar actividades de carácter revolucionário (ver Anexo 7).

O *Santa Maria* só era esperado novamente em “La Guaira” um mês depois, no dia 15 de Novembro. De acordo com o testemunho de Galvão, com o aproximar da data a situação financeira e as condições não se tinham alterado, tendo inclusive piorado, pois a paciência dos *comandos* já recrutados, e que começavam a duvidar da praticabilidade da operação, estava a perder-se. Assim, teve que ser adiada uma vez mais a data da operação. O *Santa Maria* era esperado de novo a 20 de Dezembro.<sup>223</sup>

A coordenação da acção passou por algumas dificuldades, evidenciadas na carta que Henrique Galvão escreveu a José Fernández Vázquez (Sottomayor), poucos dias antes do desencadear da operação e em que expressa a sua preocupação com o modo como a preparação estava a ser feita. O teor dessa carta é apresentado no Anexo 8.

Entretanto, a saúde de Henrique Galvão tinha-se ressentido de forma grave, o que originou a necessidade de novo adiamento da “Operação Dulcinea”. Os contratempos continuavam a ser muitos, sobretudo os de natureza financeira. A 10 de Dezembro teve um enfarto de miocárdio que o manteve numa clínica durante dez dias, obrigando a novo adiamento da operação. A espera começava a tornar-se exasperante. O *Santa Maria* voltaria a 20 de Janeiro. Mais um adiamento significaria o colapso absoluto da “Operação Dulcinea”, derrota total

<sup>221</sup> “*O corsário do séc. XX é um político português*”, in Revista Alarma!, n.º 152, p. 20-23; 38.

<sup>222</sup> Informação n.º 582/60-GU, de 31 de Outubro de 1960, enviado da Embaixada de Portugal em Caracas - Venezuela e dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa. Arquivo Histórico-Diplomático /PAE /Maço 15, Capitão Henrique Galvão – Tentativa de Golpe de Estado. Prisão e julgamento 1952/58.

<sup>223</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 166.

antes mesmo do começo das hostilidades. “*Então aconteceu algo do maior significado – algo que representará sempre para nós a apoteose de um período de largo sofrimento e de heróica resistência à adversidade. Num esforço supremo, os pobres – os muito pobres, como nós próprios – responderam mais uma vez com os modestos recursos ao seu alcance. Todo o nosso pequeno grupo (...) vendeu os haveres que lhe restavam, por qualquer soma que pôde conseguir (...). Mais tarde, as agências de propaganda de Salazar diriam que nós tínhamos recebido dinheiro de Moscovo, que tínhamos comprado armas checas, etc. etc*”.<sup>224</sup>

Entretanto, Henrique Galvão recuperou do seu problema cardíaco o suficiente para retomar os preparativos para o desencadear da acção. Assim, marcou-se a data definitiva para o lançamento da “Operação Dulcinea”: 20 de Janeiro de 1961. Nessa altura, dispunham já só de vinte e seis homens (doze portugueses, treze espanhóis e um venezuelano), deficientemente armados e treinados.

O *Santa Maria*, que era comandado por Mário Simões da Maia, tinha largado de Lisboa a 9 de Janeiro de 1961 para mais uma das suas viagens regulares à América Central, prevendo fazer escala no dia 20 no porto venezuelano de “La Guaira”, em Caracas, dirigindo-se no dia seguinte para a ilha de Curaçau, e depois para a Florida, rumo a Port Everglades. Era habitual o navio fazer também escala em Cuba mas, como refere Freire Antunes, “*em Agosto de 60, depois de Fidel Castro ter concedido asilo político ao oposicionista Manuel Serra, um ex-oficial da marinha mercante, o Governo suspendeu o trânsito habitual do Santa Maria pelo porto de Havana*”.<sup>225</sup>

Galvão, por motivos de segurança e para estar o menos tempo possível a bordo, de modo a evitar ter o seu nome na lista de passageiros, o que inevitavelmente levantaria suspeitas, opta por só embarcar na ilha de Curaçau. Assim, a 20 de Janeiro de 1961, dirige-se ao Aeroporto de Maiquetia, em Caracas, acompanhado por José Frias de Oliveira, viajando então os dois de avião para a ilha de Curaçau, fazendo uma curta escala na ilha de Aruba. Jorge de Barros e Graciano Esparrinha dever-se-lhes-iam juntar na manhã seguinte, por não terem ainda a documentação em ordem.<sup>226</sup> “*Cheguei a Curaçau só com 15 florins holandeses*”, refere Galvão.<sup>227</sup> Galvão e Frias de Oliveira ficam então hospedados num pequeno hotel de nome Brion, situado na povoação de Willemstadt.

<sup>224</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 166-167.

<sup>225</sup> José Freire Antunes, “*Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*”, p.121.

<sup>226</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 171.

<sup>227</sup> “*O corsário do séc. XX é um político português*”, in Revista Alarma!, n.º 152, p. 20-23; 38.

Quando da chegada do navio ao porto de La Guaira, no dia 20, as armas e bagagens deveriam ser levadas para bordo pelos elementos do *comando*. As armas, em peças separadas, foram acondicionadas em três malas de viagem e embarcadas contando com a ajuda de um funcionário aduaneiro, que subornaram.<sup>228</sup> O grupo de activistas embarcou no *Santa Maria* ao final da tarde do dia 20 de Janeiro de 1961, ocupando cabinas de terceira categoria, nas pontes D e E do navio. O mais jovem era José da Cunha Ramos, de dezoito anos. As malas com as armas tinham sido escondidas na cabina nº 358, guardadas por quatro activistas.<sup>229</sup> A lista de todos os elementos do “comando” encontra-se no Anexo 9. De acordo com a opinião de Henrique Galvão, “(...) eram, de todos os pontos de vista excelentes ou francamente bons homens como Sottomayor, Frias de Oliveira, Camilo Tavares, Luís Fernandes, Pestana de Barros, Graciano Esparrinha, Mota de Oliveira, e medíocres, maus ou péssimos, os restantes”.<sup>230</sup>

O *Santa Maria* deixa então o porto de La Guaira na noite do dia 20 de Janeiro, chegando a Curaçau no dia 21, pelas 9 horas da manhã. Tudo tinha corrido bem até aí. O único contratempo era que o especialista de rádio não tinha embarcado, por ter sido preso à última hora pelas autoridades venezuelanas.<sup>231</sup> “Tinha combinado com Sottomayor que ele desembarcaria com alguns dos homens possuidores de bilhete e iria ter comigo ao Hotel Brion”.<sup>232</sup> Após a atracagem do navio em Curaçau, “desembarca então em Willemstad um pequeno grupo de espanhóis para desfrutar, dentro do possível, do seu último dia de vida. Último jantar. Gastaram tudo em lagosta e champanhe.”<sup>233</sup> Porém nada é referido quanto ao comportamento dos portugueses!...

#### 4.2 O DESENVOLVIMENTO DA ACÇÃO

O *Santa Maria* deixa a ilha de Curaçau ao final da tarde do dia 21 de Janeiro. O assalto estava programado para se desencadear só na noite do dia 22. Segundo Camilo Mortágua, nessa noite “só por volta da meia-noite, hora para o início da acção (o navio tinha de ser tomado fora das águas territoriais de Curaçau e de luzes apagadas) é que o pessoal consegue

<sup>228</sup> “O corsário do séc. XX é um político português”, in Revista Alarma!, n.º 152, p. 20-23; 38.

<sup>229</sup> *Idem*, p. 20-23; 38.

<sup>230</sup> Henrique Galvão, “Da minha luta contra o salazarismo e o comunismo em Portugal”, p. 25.

<sup>231</sup> “O corsário do séc. XX é um político português”, in Revista Alarma!, n.º 152, p. 20-23; 38.

<sup>232</sup> Henrique Galvão, “O Assalto ao Santa Maria”, p. 171.

<sup>233</sup> Xurxo Martínez Crespo, “O exílio republicano galego na Venezuela”, in xurxomartinez@cantv.net, 27 Novembro 2003.

*reunir-se no «deck» superior. Perde-se um tempo precioso porque Galvão e Sottomayor se desentendem quanto ao plano de acção. Finalmente, Galvão contemporiza e tudo se faz de acordo com a vontade do espanhol».*<sup>234</sup>

Às 11 horas da noite retiraram as armas da cabina n.º 358, situada na ponte n.º 4 do navio, e distribuíram-nas pelas cabinas onde estavam alojados os membros do “comando”.<sup>235</sup> Sobre os instantes anteriores ao desencadear da acção, refere Henrique Galvão: “*Li o livro de Álvaro Lins: **Missão em Portugal**, publicado no Brasil um mês antes, até à 01H15. Então meti no bolso a minha pistola, um grande “Colt” calibre 42, e dirigi-me para o ponto de reunião, a parte do convés utilizada como lugar de passeio dos passageiros de primeira e segunda classes. (...) Com fardas de caqui, sem qualquer insígnia, encontrámo-nos no ponto determinado, conversando em pequenos grupos, alguns sentados à beira da piscina, outros debruçados da amurada (...). À 01H45 dei a ordem de ataque. Estávamos divididos em dois grupos de assalto. Um, comandado por Sottomayor, ocuparia a sala da rádio, a ponte e a casa do leme. O outro, sob o meu comando, atacaria as instalações do segundo convés, onde o capitão, o imediato e os outros oficiais do navio tinham as suas cabines*”.<sup>236</sup>

Nessa altura o *Santa Maria* encontrava-se na posição geográfica 13° 21’ latitude Norte e 70° 21’ longitude Oeste, navegando em pleno mar das Caraíbas, rumo a Miami, com cerca de 612 passageiros e 350 tripulantes a bordo”.<sup>237</sup> Segundo o V/Alm. Salema, os passageiros e tripulantes do navio estariam assim distribuídos, por nacionalidades: Portugueses: 189; americanos: 34; brasileiros: 2; cubanos: 4; espanhóis: 237; holandeses: 44; italianos: 1; panamianos: 1; venezuelanos: 87. Quando saiu de Vigo tinha 371 tripulantes, incluindo 22 oficiais, o médico português, o médico espanhol da emigração e 9 tripulantes espanhóis.<sup>238</sup> De acordo com o testemunho de Henrique Galvão, só os 14 homens mais velhos do “comando” dispunham de armas de fogo, todas dísparas (pistolas, metralhadoras ligeiras), “*além de quatro granadas e alguns punhais*” e sem que tivessem efectuado qualquer treino de tiro.<sup>239</sup>

<sup>234</sup> José Frota, “*Paquete Santa Maria – 40 anos de sequestro*”, in *Jornal Expresso* 2001.

<sup>235</sup> “*O corsário do séc. XX é um político português*”, in *Revista Alarma!*, n.º 152, p. 20-23; 38.

<sup>236</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 182-183.

<sup>237</sup> Pedro Manuel Ferreira, “*Santa Maria, a Força Aérea na caça ao Pacote rebelde*”, p. 12.

<sup>238</sup> José Mexia Salema, “*O Assalto ao pacote Santa Maria*” in *Anais do Clube Militar Naval*, Vol. CXI, Jan-Mar, p. 38.

<sup>239</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 178.

Enquanto os passageiros dormiam ocupam a “ponte” de comando, a cabine de TSF (rádio) e dominam o pessoal de serviço “de quarto” ao navio. O grupo de assalto constituído por portugueses domina com facilidade toda a oficialidade do navio. O mesmo não acontece ao grupo espanhol, constituído por sete homens, encarregado de ocupar a “ponte de comando” do *Santa Maria*. Nessa operação um tripulante ficou ferido e o 3º piloto, de nome João José Nascimento Costa, ao tentar resistir foi mesmo abatido por um dos assaltantes espanhóis. Segundo o testemunho de Henrique Galvão, “(...) o grupo de Sottomayor (...) encontrou inesperada resistência por parte do oficial que estava na ponte do navio, o único indivíduo corajoso que encontrámos entre os 350 elementos da tripulação do *Santa Maria*. Uma breve troca de tiros na escuridão da ponte resultou na morte deste oficial e ferimentos em outro”.<sup>240</sup> Apesar de o capitão do navio teria afirmado que não havia armas a bordo, algumas das munições disparadas eram de calibre diferente das utilizadas pelos membros do “comando”, apesar de a arma ou armas que as dispararam nunca terem sido encontradas.<sup>241</sup> “Contabilizaram-se 17 impactos de balas no espaço da ponte do navio”.<sup>242</sup>

Na confusão que se gera, dois outros elementos sofrem ferimentos de gravidade: João António Lopes de Sousa e o Dr. Cícero Campos Leite, médico da emigração portuguesa.<sup>243</sup> O Dr. Cícero Leite teria sido mesmo atingido a tiro nas costas, quando tentava fugir, porém sem lhe afectar os pulmões.<sup>244</sup> Foi operado pelo médico de bordo, Dr. Teodomiro Borges e por um clínico espanhol que fazia parte dos passageiros, para lhe extrair a bala.<sup>245</sup> O médico de bordo declara, no entanto, que não dispõe de condições para tratar o outro ferido, o praticante de piloto João António Lopes de Sousa, que se encontrava em estado grave e a necessitar de hospitalização, com três balas alojadas no corpo, bem como a António José Pires, com sintomas de forte icterícia e depressão nervosa.<sup>246</sup> De acordo com Hernan Muñoz Garrido, da tripulação faziam ainda parte elementos como o enfermeiro Manuel Nunes, o criado António Pinheiro Gonçalves, o Capelão de bordo Padre Xavier Irigoyen e o artífice António José Garcês.<sup>247</sup>

<sup>240</sup> Hernan Muñoz Garrido, “*Alô, Alô...Santa Maria Chamando*”, p. 183.

<sup>241</sup> *Idem*, p. 184.

<sup>242</sup> Pedro Manuel Ferreira, “Enero-Febrero de 1961 – La Caza al Transatlântico “*Santa Maria*”, in *Revista Espanhola Defensa – revista internacional de exércitos, armamento y tecnologia*, n.º 324, p. 62.

<sup>243</sup> Hernan Muñoz Garrido, “*Alô, Alô...Santa Maria Chamando*”, p. 201.

<sup>244</sup> *Idem*, p. 29.

<sup>245</sup> *Idem*, p. 42.

<sup>246</sup> *Idem*, p. 40.

<sup>247</sup> *Idem*, p. 27; 38; 39.

Consumado o assalto, as comunicações do pacote foram então deliberadamente interrompidas, para ocultar a sua localização. A iluminação exterior do navio foi também desligada. De referir que, ao aperceberem-se da situação, o comportamento dos passageiros foi regra geral de colaboração.

O navio prossegue a sua rota e, a 23 de Janeiro, após 30 horas de navegação, aproxima-se da ilha de Santa Lúcia (então possessão britânica nas Pequenas Antilhas),<sup>248</sup> para desembarcar os dois passageiros em estado mais grave e cinco elementos da tripulação, em que se incluíam o enfermeiro Carlos Alberto de Carvalho, os tripulantes Henrique Vigia Esgaio, Joaquim Piedade e Silva, José Pancrácio Vieira e o 2º Comissário de bordo Valentim José dos Reis,<sup>249</sup> comprometendo assim a possibilidade de o navio poder atingir a costa de África, sem ser detectado.

Após desembarcar em Santa Lúcia, o comissário de bordo Reis, procurou entrar em contacto com o seu armador em Portugal, dirigindo-se para isso à Fragata britânica HMS Rothesay, que estava ali fundeada. Envia então uma mensagem (LR7 WL3 / AR16 /W ST LUCIA WI 84 23 1215 ETAT: PRIORITÉ) para a Companhia Colonial de Navegação dando conta o sucedido. Informava ainda que tinha sido avisado para não falar, pois caso contrário os assaltantes ameaçavam afundar o navio.<sup>250</sup>

De acordo com o testemunho de Galvão, o navio afastou-se então do mar das Caraíbas, rumo à costa de África.<sup>251</sup> O silêncio rádio foi interrompido, uma vez que a alteração forçada de rota, imposta pela necessidade de desembarcar os passageiros em Santa Lúcia, acabou inevitavelmente por publicitar o assalto. Como refere Pedro M. Ferreira, “*levantada a proibição do envio de radiogramas, passageiros e tripulantes puderam comunicar com as respectivas famílias (...). Considerado a primeira parcela livre de território português, o navio fora, entretantes, crismado pelos seus captores de Santa Liberdade, designação que passou a ostentar, em letras a vermelho, num letreiro colocado no castelo da proa.*”<sup>252</sup>

De acordo com Henry Zeiger, quando largou da ilha de Santa Lúcia o navio transportava 1.568 toneladas de combustível, suficiente para percorrer cerca de 5.000 milhas. Disponha ainda de alimentos para vinte dias e reservas de água suficientes, embora não abundantes.<sup>253</sup>

<sup>248</sup> Santa Lúcia é uma possessão britânica. Pertence às ilhas Windward, sendo a sua capital Port Castries.

<sup>249</sup> Hernan Muñoz Garrido, “*Alô, Alô...Santa Maria Chamando*”, p 40.

<sup>250</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”.

<sup>251</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 196.

<sup>252</sup> Pedro Manuel Ferreira, “*Santa Maria, a Força Aérea na caça ao Pacote rebelde*”, p.13.

<sup>253</sup> Henry A. Zeiger, “*The Seizing of the Santa Maria*”, New York, Popular Library, Inc., 1961, p. 2.



Como dá conta Henrique Galvão, “*estávamos nessa altura muito perto das bases (navais) de Trinidad e Porto Rico. O nosso perito naval, Sottomayor, sem nunca perder o seu bom humor e vivacidade, manobrou o navio tão habilidosamente que este escapou aos seus perseguidores, mesmo na área onde a busca lhes era mais fácil. Mudámos de direcção e aparentámos dirigir-nos para a Guiné ou Cabo Verde*”.<sup>254</sup> Teoricamente, o objectivo era exactamente esse!

Ao serem informadas da situação por que passava o pacote, as autoridades portuguesas reagem de imediato, procurando desenvolver todos os esforços no sentido de neutralizarem a ameaça. Nesse sentido, foi constituído um Gabinete de Crise para traçar a estratégia a adoptar. Foram assim desencadeados contactos oficiais, através dos canais diplomáticos, com o objectivo de obter o apoio imediato de países aliados, no sentido de desencadarem os mecanismos previstos no Direito Internacional para casos como este. Resultado dos contactos havidos, “*nesse mesmo dia, diversas entidades oficiais estrangeiras começaram a manifestar-se, classificando aquele assalto de acto de pirataria*”.<sup>255</sup>

A acção seguinte foi a de pedir a esses países a intervenção de meios aéreos e navais estacionados em bases na zona das Caraíbas, no sentido de desenvolverem os primeiros esforços para encontrar o navio e neutralizar os assaltantes. De acordo com José Freire Antunes, “*Washington e Londres responderam com solicitude: o Pentágono enviou dois torpedeiros e o Almirantado inglês despachou uma fragata*”. Refere ainda que o embaixador de Portugal em Washington, Esteves Fernandes, foi recebido no Departamento de Estado por Foy Kohler, Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Europeus “*(...) que deu a garantia de cooperação americana à luz das normas precisas do Direito Internacional*”.<sup>256</sup> Navios americanos e ingleses e aviões americanos iniciam então as primeiras buscas. Na embaixada americana em Lisboa foi entretanto recebida uma mensagem proveniente do Chief of Naval Aviation (CNO), que o Adido Naval americano entregou em mão no Secretariado-geral da Defesa Nacional, dando conta de que dois aviões norte-americanos tinham descolado no dia 23, pelas 21h30, para efectuarem buscas no canal da ilha de Santa Lúcia. Informava ainda que dois contra-torpedeiros americanos, o USS Wilson e o USS Damato se dirigiam de San Juan de Porto Rico para a ilha de Trinidad, à máxima velocidade. Referia também que a fragata

<sup>254</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 205.

<sup>255</sup> “*A Dinastia Super-Constellation*” in Associação dos Pilotos Portugueses de Linha Aérea: *Histórias com Asas-Memórias dos Pilotos da TAP dos tempos do hélice*, p. 372.

<sup>256</sup> José Freire Antunes, “*Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*”, p. 128.

inglesa HMS *Rothesay* efectuava buscas a SE da ilha de Sta. Lúcia, tendo a bordo um dos oficiais do *Santa Maria*, o comissário Reis. Informava também que a busca continuaria a 24 de Janeiro com mais aviões concentrando-se na área a Este de Sta. Lúcia e ao largo da costa sul-americana, devendo os navios seguir o aplicável na lei internacional, em caso de intercepção.<sup>257</sup> Tendo o arquipélago de Barbados como base, a Marinha dos EUA (US Navy) utilizou quatro aviões WC-121N Hurricane Hunter, três PV-2 *Neptune* e dois hidroaviões Albatroz para realizar missões de reconhecimento aéreo.

Os contactos oficiais prosseguiram e, como refere o historiador Luís Nuno Rodrigues “o *Ministro dos Negócios Estrangeiros Marcello Mathias repetiu no dia seguinte a diligência, expressando os receios do Governo português de que os insurrectos se preparassem para estabelecer num dos territórios portugueses em África, um governo do tipo Fidel Castro*”.<sup>258</sup>

Outra iniciativa desenvolvida pelo governo português foi a de alertar os comandos militares sedeados nas “Províncias Ultramarinas” e colocar de prevenção os meios e forças militares aí estacionadas. Assim, ainda no dia 23, pelas 23h45, o Secretariado-geral da Defesa Nacional – 1ª Repartição, entidade dependente da presidência do Conselho de Ministros, emite uma primeira mensagem dirigida aos seguintes comandos militares: Comandante-chefe em Angola; Comandante-chefe em Moçambique; Comandante-chefe em Goa; Comandante Militar em Cabo Verde; Comandante Militar na Guiné; Comandante Militar em São Tomé; Comandante Militar em Macau; Comandante Militar em Timor; com conhecimento aos Chefes de Estado-Maior do Exército e da Força Aérea, informando do que se tinha passado com o pacote *Santa Maria* e alertando para que fossem tomadas todas as precauções no sentido de evitar a surpresa do desembarque de um grupo armado, constituído por agitadores vindos das Antilhas e dirigido contra algumas parcelas do território português.<sup>259</sup> Por curiosidade, quase todos os destinatários acusam a recepção da mensagem ao longo dos dias 24 e 25; só Angola (como se sabe, a principal visada nas acções subsequentes ao assalto do *Santa Maria*) acusa a sua recepção só no final do dia 27, sem mais comentários! Teria sido apurada a razão de tal demora? Estariam os comandos militares em Angola já devidamente alertados para a situação?

<sup>257</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”.

<sup>258</sup> Luís Nuno Rodrigues, “*Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*”, p. 37.

<sup>259</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”, mensagem enviada via canais Rádio/Marconi e Militar Naval, com o código de precedência “Flash”, número de série mecanográfico MEC 59/61, número de origem: 1/Rep. e com a classificação de segurança de “Muito Secreto”.

Quebrado o secretismo da Operação, os revolucionários decidiram então alterar a sua estratégia. Camilo Mortágua dá conta de que, em reunião restrita então realizada, é decidido não avançar com o resto do plano de se dirigirem para à ilha de Fernando Pó, na Guiné equatorial, onde diversos elementos de população se lhes juntariam, colocando ao serviço dos revoltosos duas canhoneiras que ali estavam estacionadas.<sup>260</sup> Dia 24, Henrique Galvão contacta os meios de comunicação social France Press e a United Press, dando a conhecer à opinião pública internacional o facto do “sequestro político” do navio, referindo que falava em nome do general Humberto Delgado, “*presidente-eleito da República Portuguesa, privado dos seus direitos de forma fraudulenta pelo governo de Salazar*”, como anota Henry Zeiger.<sup>261</sup>

Também via rádio-mensagem transmitido para Nova Iorque, pelas 13h38 do dia 24 de Janeiro, Galvão dirige-se através da NBC (National Broadcasting Corporation) à comunicação social americana, tornando públicas as razões políticas do assalto. Falando em nome do “Conselho Nacional Independente de Libertação”, presidido pelo general Humberto Delgado, afirmava ter tomado e ocupado o *Santa Maria*, declarando abertas as hostilidades contra o governo de Salazar e colocando o assento tónico nos objectivos políticos, de natureza puramente democrática. Afirmou ainda que desembarcaria os passageiros e tripulantes no primeiro porto neutro que garantisse a sua segurança e a do navio.<sup>262</sup>

As palavras de Galvão iriam provocar uma inflexão na posição política da recém-eleita Administração Kennedy, que reconheceu então a acção como um protesto político e não como um acto de pirataria (e também da Inglaterra, que por via das pressões dos deputados trabalhistas desistiria da perseguição, fazendo regressar ao arquipélago de Barbados a fragata HMS *Rothesay*, alegando falta de combustível). Mas foi de Londres, a 25 de Janeiro, que os captores do *Santa Maria* receberam a primeira prova de solidariedade. De acordo com Hernan Muñoz Garrido, “*na Câmara dos Comuns, o líder do Partido Trabalhista, Hugh Gaitskell, pôs em causa a decisão do governo de Harold MacMillan de perseguir homens revoltados contra uma ditadura. Gaitskell era um grande admirador de Kennedy*”.<sup>263</sup>

<sup>260</sup> José Frota, “*Paquete Santa Maria – 40 anos de sequestro*”, in *Jornal Expresso* 2001.

<sup>261</sup> Henry A. Zeiger, “*The Seizing of the Santa Maria*”, p. 4.

<sup>262</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 203.

<sup>263</sup> Hernan Muñoz Garrido, “*Alô, Alô...Santa Maria Chamando*”, p. 131.

A tese de pirataria que o governo português tanto se esforçou para que vingasse na opinião pública internacional, foi assim sendo progressivamente afastada, “ (...) *tese destruída pelas atitudes das potências ocidentais, às quais o mesmo Governo pedira apoio e auxílio – nomeadamente, a Inglaterra, a Holanda, França e Estados Unidos*”, como refere Henrique Galvão.<sup>264</sup>

De acordo com a Convenção Internacional sobre o Alto Mar, aprovada em Genebra em 1958, era considerado pirataria “...os actos ilegais de violência, detenção ou qualquer acto de depreciação, praticado para fins particulares pela tripulação ou pelos passageiros de um barco ou de um avião privados...”. Assim, para os Governos dos países ocidentais, o assalto ao *Santa Maria* não seria considerado um acto praticado para fins particulares, mas sim um acto praticado com fins políticos. Sobre o assunto existia já alguma jurisprudência norte-americana no mesmo sentido, em que se referiam “*precedentes históricos (como o do Chesapeake, navio capturado durante a Guerra Civil americana, por membros da Confederação), para legitimar a atribuição do estatuto de beligerantes aos captores do Santa Maria*”.<sup>265</sup>

A preocupação dos norte-americanos já não era agora a de interceptar e abordar o navio, mas apenas a de o seguir, registar e comunicar os seus movimentos. O senador norte-americano Robert Kennedy chegou mesmo a questionar: “*temos algum direito de ir a bordo do navio?*”<sup>266</sup> Esta mudança de atitude baseou-se principalmente em três ordens de razões: “Razões de ordem táctica, relacionadas com a necessidade de proteger a vida dos passageiros americanos a bordo do navio; razões de ordem jurídica, pois os serviços do Departamento de Estado argumentavam que não se tratava de uma acto de pirataria, porque tendo o navio sido tomado por um grupo de passageiros previamente a bordo, não existiam fundamentos jurídicos para classificar o caso como de pirataria; por fim, razões políticas, nomeadamente o receio que a Administração Kennedy tinha de vir a ser acusada, por grupos liberais e anti-ditatoriais norte-americanos, de pactuar com a ditadura de Salazar”.<sup>267</sup> Entretanto, Henrique Galvão enviou também mensagens ao Secretário-geral da Organização das Nações Unidas e ao Departamento de Estado norte-americano, solicitando que lhes fosse reconhecido o estatuto de “rebeldes políticos em guerra”, mas não obteve qualquer resposta.

<sup>264</sup> Henrique Galvão, “*Da minha luta contra o salazarismo e o comunismo em Portugal*”, p. 22.

<sup>265</sup> Hernan Muñoz Garrido, “*Alô, Alô...Santa Maria Chamando*”, p. 143.

<sup>266</sup> José Freire Antunes, “*Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*”, p.132.

<sup>267</sup> Luís Nuno Rodrigues, “*Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*”, p.41.

Henrique Galvão envia então um “radiograma” ao general Humberto Delgado, comunicando-lhe o êxito da operação, até essa altura. Segundo o testemunho de Freire Antunes, Delgado reivindicou desde logo a liderança da captura do *Santa Maria* e lançou um manifesto apelando à criação de uma República Federal dos Estados Unidos de Portugal. O general apelou também à Administração Kennedy, através do Embaixador americano no Brasil, John Moors Cabot, para que os EUA terminassem as operações de busca. Igual apelo foi endereçado ao Embaixador de Inglaterra, Sir Geoffrey Wallington. Mais informava que o incidente do *Santa Maria* não deveria ser considerado um caso de pirataria ou de motim, mas a tomada de um navio português por portugueses e por motivos políticos relacionados com os portugueses. Solicitava ainda que os respectivos governos não interferissem naquele assunto.<sup>268</sup>

No mesmo dia 24, o Comando Militar da Guiné informa o Ministério da Defesa de que as Forças estacionadas em Bolama, em Bissau e em Bedanda tinham sido alertadas para vigiar a zona costeira, e que tinha sido enviado um pelotão para Cacheu, para vigiar a foz do rio. Ao navio *Aviso Pedro Nunes* tinha sido dada ordem para vigiar a costa. Informava-se ainda da conveniência da ida de aviões militares, conforme tinha já sido solicitado.<sup>269</sup>

Também a 24 de Janeiro, pelas 02h55, o Secretariado-geral da Defesa Nacional – 1ª Repartição, emite uma mensagem dirigida aos Governadores Militares dos Açores e da Madeira, referindo a mesma situação relatada na mensagem nº MEC 59/61, de 23 de Janeiro. É acusada a sua recepção por ambas as entidades, ainda durante a madrugada. De salientar a mensagem expedida pelo Governador Militar da Madeira, em que afirma que estavam a ser tomadas as medidas possíveis, com os meios muito reduzidos de que dispunha.<sup>270</sup>

De Moçambique, por mensagem expedida dia 24, pelas 12h01, informava-se que o Governador da província de Moçambique iria tomar as precauções adequadas, não especificando no entanto quais.<sup>271</sup>

No mesmo dia, pelas 12h05, o Comandante Militar na Madeira envia nova mensagem, dirigida ao Chefe do Estado-Maior da Força Aérea e ao Secretariado-geral da Defesa

<sup>268</sup> José Freire Antunes, “*Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*”, p. 129.

<sup>269</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”, mensagem nº MRC 253/61, de 24 de Janeiro, enviada através do Canal Militar/Naval, com nº de origem: 10/61 e com a classificação de segurança de “Secreto”.

<sup>270</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”, mensagem com código de precedência “Flash”, com o número de série mecanográfico MEC 60/61, número de origem: 2/Rep. e com a classificação de segurança de “Muito Secreto”.

<sup>271</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”, mensagem nº MRC 237/61, enviada através do Canal Rádio/Marconi, com n.º de origem: 27/MOC e com a classificação de segurança de “Secreto”.

Nacional, onde informa que a situação era considerada normal naquele território. Chamava no entanto a atenção para a existência de uma grande colónia de madeirenses na Venezuela, das condições particulares do relevo da ilha da Madeira, e para a existência do aeródromo do Porto Santo, factos que poderiam levar a admitir ser aquele arquipélago um dos pontos visados para um possível desembarque das forças rebeldes. Informava ainda que a ilha do Porto Santo e o seu aeródromo não possuíam quaisquer forças defensivas e que aquele Comando, em virtude dos reduzidíssimos efectivos ao seu dispor, não poderia deslocar forças para ali, a menos que fosse autorizado a mobilizar efectivos, de acordo com as necessidades. Solicitava ainda o envio de um navio para patrulhamento, face às muito reduzidas possibilidades de vigilância da costa e as ligações com a ilha de Porto Santo.<sup>272</sup>

Entretanto, em Espanha, jornais diários apoiantes do Regime franquista como o ABC, o YA e o ARRIBA<sup>273</sup> destacavam o facto do assalto ao *Santa Maria* dever ser encarado como um acto de pirataria e de terrorismo, bem como se constituir como uma acção concertada do comunismo internacional de inspiração soviética, sediado em Cuba, contra os países peninsulares. E referia ainda: “*Está na essência do comunismo proceder contra o Direito e contra a Justiça. Aos seus esbirros pareceu-lhes perfeitamente legítima a operação pirata que um grupo de bandoleiros montou sobre o navio português Santa Maria, sob a bandeira de uma ideologia e uma técnica inequivocamente vermelhas.*”<sup>274</sup> A manipulação, a censura e a propaganda presentes nos diários espanhóis, ocultaram assim da sociedade as verdadeiras características do sequestro do navio, assim como os motivos, consequências e todos os detalhes do mesmo.

No dia 24 de Janeiro de 1961 o general Beleza Ferraz, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, informa o Presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, de que tinham sido tomadas as seguintes disposições de carácter militar, relativas ao caso do Pacote *Santa Maria*: tinham sido alertados todos os comandos militares ultramarinos e insulares para o facto e que tinham sido transmitidas também as seguintes ordens, que já se encontravam em execução: a Fragata Pêro Escobar seguiria para o arquipélago de Cabo Verde; Um navio patrulha que se encontrava em Abidjan (Costa do Marfim) tinha sido enviado para S. Tomé.

<sup>272</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”, mensagem enviada via Canal Militar/Naval, número de série: MRC 249/61 e n.º de origem: 5/SR-61-19NAC, com a classificação de segurança de “Muito Secreto”.

<sup>273</sup> Fundado por José António Primo de Rivera, líder da Falange Española Tradicionalista – FET e das Juntas de Ofensiva Nacional-sindicalista – JONS.

<sup>274</sup> Armando Recio Garcia, “*El secuestro del Santa María en la prensa del régimen franquista*”, in Revista Historia y Comunicación Social, N.º 10, 2005, p. 157-177.

Estava a ser preparado um navio para patrulhar as águas do arquipélago da Madeira. Estavam a ser preparados aviões para actuarem em acções de busca, tendo como base o arquipélago de S. Tomé, a Ilha do Sal (em Cabo Verde) e o arquipélago dos Açores. Iria ainda ser efectuado, na noite de 24/25, o envio de dois destacamentos de pára-quedistas, sendo um destinado à Ilha do Sal e o outro à Ilha de S. Tomé. Estava ainda a ser aprontada uma companhia de Infantaria, que poderia ser deslocada em dois ou três dias.<sup>275</sup>

No mesmo dia, da autoria do major Viana de Lemos, chefe de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, é expedido um “Memorando” dirigido ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, informando que da conversa telefónica havida com o Comandante militar em S. Tomé, se tinham obtido as seguintes informações: que a situação na ilha era calma e que não parecia ter havido qualquer reacção especial ao caso do *Santa Maria*. No entanto, receavam-se incidentes no seguinte dia 3 de Fevereiro, aniversário da repressão do movimento indígena. Informava ainda que estava a ser preparado um estudo para a mobilização e armamento da população “branca”. Que tinha sido pedida ao Ministério do Exército a ida de tropas “brancas”, por não ter confiança nas tropas “negras” de que dispunha. Que desejava acrescentar aos meios já pedidos, o envio de postos de TSF e rádio telégrafos. Mais informava que o Comandante militar em São Tomé iria deslocar-se dia 25 a Luanda, para conferenciar com o general Libório.<sup>276</sup>

Ainda no dia 24, pelas 18h00, o Secretariado-geral da Defesa Nacional – 1ª Repartição emite uma outra mensagem, dirigida aos Governadores Militares dos Açores e da Madeira, dando conhecimento que até esse momento não tinha sido possível localizar o Pacote *Santa Maria*. Informava ainda que seriam de admitir as seguintes hipóteses relativamente ao desenvolvimento da acção: a. Proceder ao apresamento do navio; b. Este entretanto arribar a um porto do Continente americano; c. Ou arribar a um porto de uma das regiões africanas ou tentativa de desembarque em qualquer província portuguesa da costa do Atlântico ou Ilhas Adjacentes. Em conformidade, seria necessário tomarem-se severas medidas de precaução. Mais informava que estava previsto o reforço da Base das Lajes, nos Açores, com dois aviões PV-2 e do Arquipélago da Madeira com um navio patrulha.

---

<sup>275</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”.

<sup>276</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”.

Ainda dia 24, pelas 18h30, o Secretariado-geral da Defesa Nacional – 1ª Repartição, emite uma outra mensagem dirigida ao Comandante militar em Cabo Verde, com conhecimento ao Comando militar em Luanda, informando que tinha sido equacionado o reforço daquela província com dois aviões de luta anti-submarina e um destacamento constituído por oitenta pára-quedistas, com chegada prevista para o fim da tarde do dia 26. Mais informava que tinha sido mandado seguir para S. Tomé um navio Patrulha da Marinha de Guerra que estava saindo de Angola.<sup>277</sup>

Nesse mesmo dia, pelas 19h00, o Secretariado-geral da Defesa Nacional – 1ª Repartição, emite uma nova mensagem, dirigida ao Comandante militar em Cabo Verde, dando-lhe indicações para providenciar o fornecimento de alimentação a quarenta pára-quedistas destinados à Ilha do Sal. Informava também que estava previsto o reforço do aeródromo do Sal com dois aviões de luta anti-submarina, e que à Fragata Pêro Escobar tinha sido ordenado seguir para as águas territoriais de Cabo Verde.<sup>278</sup>

O Comando Militar da Guiné informa o Secretariado-geral da Defesa Nacional também dia 24, pelas 22h55, que, em virtude daquela província não dispor de meios de vigilância costeira e à distância, que haveria a conveniência de ser destacada aviação militar para esse fim.<sup>279</sup>

No dia 25, pelas 04h15, o Comando Militar dos Açores envia uma mensagem dirigida ao Secretariado-geral da Defesa Nacional informando que tinha já sido equacionada por aquele Comando a hipótese de tentativa de desembarque dos revoltosos nas ilhas adjacentes.<sup>280</sup>

Nesse mesmo dia, pelas 06h30, o Comando militar da Madeira informa o Secretariado-geral da Defesa Nacional, via Canal Militar/Naval, que no arquipélago tudo estava dentro da normalidade e que iriam tentar implementar o plano elaborado para fazer face às difíceis condições locais, possivelmente agravadas com a cooperação de elementos subversivos internos. Porém, tal afigurava-se difícil pois dispunham apenas de uma única Companhia como força móvel disponível e que, dadas as dificuldades com as comunicações, tardiamente poderiam acorrer aos pontos mais afastados da ilha.<sup>281</sup>

---

<sup>277</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”, mensagem de precedência “Relâmpago”, com o número de série mecanográfico MEC 63/61, número de origem: 39/A e com a classificação de segurança de “Muito Secreto”.

<sup>278</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, mensagem de precedência de acção “Relâmpago”, com o número de série mecanográfico MEC 65/61, número de origem: 41/A e com a classificação de segurança de “Muito Secreto”.

<sup>279</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, telegrama nº MRC 251/61, com nº de origem: 8/233 e com a classificação de segurança de “Secreto”.

<sup>280</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, mensagem enviada via Canal Militar/Naval, com o nº de série mecanográfico MRC 250/61 e com a classificação de segurança de “Muito Secreto”.

<sup>281</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, mensagem com o n.º de série mecanográfico MRC 263/61, nº de origem: 10/SR-61-19 NAC e com a classificação de segurança de “Secreto”.



A 25 de Janeiro, o *Santa Maria* foi pela primeira vez avistado e contactado por aviões norte-americanos a cerca de 400 milhas a Este da ilha de Guadalupe, nas Caraíbas.<sup>282</sup> Um avião de patrulha norte-americano (um P2V-7, comandado pelo tenente Daniel L. Krauss) sobrevoa o navio, informando a Base naval americana, na ilha de Trinidad, de que o navio se encontrava na posição geográfica 10° 35´N; 45° 42´W, isto é, sensivelmente a 700 MN a norte de Belém do Pará – Brasil, (e a aproximadamente a 1.112 km da cidade de Fortaleza - Brasil, intimando-o (seguindo instruções do almirante Robert L. Dennison, comandante da US Atlantic Fleet) a seguir para a ilha de Porto Rico. Note-se que a bordo seguiam umas dezenas de passageiros americanos, o que justificava esta intimação.<sup>283</sup> Henrique Galvão recusa, afirmando que não admitia ser tratado como pirata e que não recebia ordens de um país estrangeiro.<sup>284</sup> Em vez disso propõe que se efectue a bordo do *Santa Maria* uma conferência de imprensa internacional, sem a presença de jornalistas portugueses ou espanhóis. Torna-se, assim, mais que evidente que o principal objectivo deste acto era sobretudo o de alertar a opinião pública internacional para a situação política vigente em Portugal e Espanha, bem como fazer reconhecer que a acção desencadeada era de natureza estritamente política e não podia por isso ser considerada como um acto de “pirataria”. A proposta é recusada, tendo sido proposto em contrapartida um encontro com uma delegação norte-americana, em alto-mar, para discutirem a situação. Para isso, exigem a Galvão que primeiro permita o desembarque, em segurança e no porto mais próximo, dos passageiros de nacionalidade americana.

Após a detecção do navio, os Estados Unidos da América fizeram então seguir, da base naval na ilha de Porto Rico, a fragata USS LSD-34 Hermitage, a que se juntaria depois o submarino nuclear “Sea Wolf”, bem como os destroyers USS DD-710 Gearing e USS DD-862 Volgelsang, provenientes de Abidjan, na Costa do Marfim, tendo estes últimos como missão interceptar o pacote na área de Cabo Verde.

John Kennedy, na primeira conferência de imprensa que realizou após a sua tomada de posse como presidente dos Estados Unidos da América, a 25 de Janeiro de 1961, adoptou uma atitude cautelosa ao referir-se ao caso *Santa Maria*. Solicitado a esclarecer a posição política do país relativamente a esse assunto, afirmou que as instruções dadas à Marinha foram para continuar a acompanhar o navio e para não efectuar qualquer operação de abordagem”.<sup>285</sup>

<sup>282</sup> Henry A. Zeiger, “*The Seizing of the Santa Maria*”, p. 6.

<sup>283</sup> “A Dinastia Super-Constellation” in Associação dos Pilotos Portugueses de Linha Aérea: *Histórias com Asas-Memórias dos Pilotos da TAP dos tempos do hélice*, p. 373.

<sup>284</sup> José Freire Antunes, “*Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*”, p. 131.

<sup>285</sup> *Idem*, p. 133.

O Comando militar na Guiné informava o Secretariado-geral da Defesa Nacional dia 25, pelas 15h55 que, em virtude de o navio Aviso *Pedro Nunes* ter recebido ordem para se dirigir para a ilha Brava, a província não dispunha de qualquer meio de vigilância de costa, insistindo no pedido feito em “rádios” anteriores para a ida de aviões militares.<sup>286</sup>

No mesmo dia, pelas 18h45, o chefe da Missão militar portuguesa em Washington, informa o Secretariado-geral da Defesa Nacional sobre o episódio do assalto ao navio, referindo que aquele tinha seguido para destino desconhecido e que a Marinha americana estava a procurar localizá-lo, aguardando oportunidade para actuar. Mais referia dispor o navio de combustível para 5.000 milhas e abastecimentos para vinte dias.<sup>287</sup>

Em Espanha, Franco deu entretanto ordem às forças militares estacionadas nas ilhas Canárias e na Guiné Equatorial para que actuassem em ligação com as autoridades portuguesas, disponibilizando para o efeito o Cruzador *Canárias*. A França e a Holanda, países igualmente contactados pelo governo português, preferiram não intervir.<sup>288</sup>

Quando o governo português teve conhecimento de que o *Santa Maria* se poderia dirigir para o continente africano, rumando em direcção a Cabo Verde ou a Angola, foi determinado o envio de meios aéreos e navais para os territórios africanos, a fim de detectarem a aproximação do navio, proceder à sua imobilização e prender os ocupantes. Os principais meios aéreos foram enviados para a Ilha do Sal, no Arquipélago de Cabo Verde, integrados num destacamento que incluía uma Companhia constituída por quarenta pára-quedistas, como já referido. A essa operação foi dado o nome de “Operação Galvanex”, e será seguidamente descrita em pormenor.

#### 4.3 “OPERAÇÃO GALVANEX”

No dia 25 de Janeiro, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), redige uma Informação para o Presidente do Conselho salientando que, em virtude de marcações sucessivas das posições do paquete *Santa Maria* fornecidas pelo Comando Naval Americano, existiam fortes indícios de que o navio se dirigiria para a costa africana, possivelmente para Cabo Verde ou Guiné, sendo de admitir que pudesse atingir, na pior das

---

<sup>286</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, telegrama n.º MRC 271/61, via Canal Militar/Naval, com n.º de origem: 11/61 e com a classificação de segurança de “Secreto”

<sup>287</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, , Pasta “Assalto ao Santa Maria”, telegrama n.º de série MRC 274/61, via Canal R/Marconi, com a classificação de segurança de “Secreto”.

<sup>288</sup> Pedro Manuel Ferreira, “*Santa Maria, a Força Aérea na caça ao Pacote rebelde*”, p. 13-14.

hipóteses e se utilizasse toda a sua velocidade, as águas de Cabo Verde no decurso do dia 28. Em consequência, propunha que, na madrugada de 25/26, partissem dois aviões de patrulha anti-submarina de longo raio de acção para a ilha do Sal, no arquipélago de Cabo Verde, prevendo-se que chegassem ao seu destino no começo da tarde de dia 26. Mais informava que a fragata Pêro Escobar estava já a caminho, esperando-se a sua chegada a Cabo Verde na tarde do dia 27. Referia ainda que as autoridades navais americanas tinham informado o Ministério da Defesa Nacional de que os dois “Destroyers” que se encontravam em Abidjan – Costa do Marfim, tinham recebido ordem para partir para as águas de Cabo Verde, a fim de participarem nas buscas. Era também referido que o destacamento de quarenta pára-quedistas, que tinha saído de Lisboa no dia 24, já se encontrava no aeródromo da ilha do Sal. Informava também que tinha sido indigitado o Comodoro Laurindo dos Santos para coordenar as operações de busca, com ordens para partir naquela mesma noite a bordo de um dos aviões que iriam para ali ser enviados.<sup>289</sup>

Entretanto, o *Santa Maria* prosseguia a sua navegação. Pelos dados disponíveis, encontrava-se nessa altura a uma distância de seiscentas milhas da cidade brasileira de Fortaleza, a mil e quinhentas milhas de Dakar – Senegal e a três mil milhas de Luanda – Angola.

Do Comando militar de S. Tomé é recebido no Secretariado-geral da Defesa Nacional um telegrama informando que a situação no território era calma, mas que se previa poder verificar-se a sublevação das populações locais. Face à possibilidade de desembarque dos elementos revoltosos e ser a Ilha do Príncipe um ponto muito vulnerável, tinha sido equacionada a colocação naquela ilha de um pelotão da Companhia de Caçadores pára-quedistas, após chegada dos reforços enviados de Lisboa. Mais se informava que tinha sido dado conhecimento daqueles factos ao chefe de Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército e pedido o envio de munições. Informava ainda que tinha sido coordenado com o Comando militar de Angola o envio, como reforço, de uma companhia de Atiradores, caso se verificasse a sublevação, disponibilizando um avião de serviços aéreos para se deslocar a Luanda.<sup>290</sup>

---

<sup>289</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”.

<sup>290</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”, telegrama n.º MRC 278/61, dia 25 pelas 19h15, via Canal Militar/Naval, com o n.º de origem 10/61 e com a classificação de segurança de “Secreto”.

Pelas 20h00 do dia 25, o Comando militar em Luanda insiste junto do Secretariado-geral da Defesa Nacional, no envio imediato de duas Companhias de Caçadores Especiais e mais uma Companhia de Pára-quedistas, com meios aéreos de lançamento (aviões), tendo em perspectiva a possibilidade de desembarque dos rebeldes em regiões onde não fosse possível a intervenção, em tempo útil, dos meios terrestres e navais. Referia ainda que dada a extensão do litoral da província e a escassez de meios aéreos e navais existentes, bem como a inexistência de meios de observação costeira e o “deficientíssimo” sistema de comunicações, era apenas possível o patrulhamento aéreo descontínuo a curta distância do litoral. Solicitava também indicação das limitações impostas ao emprego de meios aéreos, navais ou terrestres após a detecção do navio (as designadas “Regras de Empenhamento”), atendendo à existência ou não de passageiros a bordo. Informava ainda que o dispositivo naval previsto consistia num navio patrulha posicionado em São Tomé a partir de dia 29, de uma Fragata estacionada em Cabinda a partir da manhã de dia 31, bem como de um navio patrulha, em Luanda”.<sup>291</sup>

Em resposta à mensagem emanada do Comando militar da Guiné, o Secretariado-geral da Defesa Nacional emite dia 25, pelas 22h15, com conhecimento aos Estados-Maiores do Exército, Marinha e Força Aérea, uma Msg. onde dá conta de que a protecção das águas territoriais da Guiné seria feita por aviões patrulha baseados na Ilha do Sal. Mais informava que o navio *Pedro Nunes* se iria manter na Guiné.<sup>292</sup>

O Secretariado-geral da Defesa Nacional emite no mesmo dia nova mensagem, dirigida ao Governador militar da Madeira, com conhecimento aos Estados-Maiores do Exército, Marinha e Força Aérea, onde se dá conta de que a posição conhecida do *Santa Maria* não fazia prever de momento qualquer ataque à Madeira mas que, em caso de necessidade, tinham sido previstos meios de reforço.<sup>293</sup>

A 25 de Janeiro de 1961, após reunir o Conselho Superior de Defesa, presidido por António de Oliveira Salazar, foi tomada a decisão de enviar, com carácter de urgência, uma força aeronaval para interceptar o *Santa Maria* na área geográfica de Cabo Verde. É nomeado para comandar a força o Comodoro Laurindo dos Santos, Subchefe Adjunto do Estado-Maior da Armada, tendo sido indigitado para comandar o destacamento da Força Aérea o

---

<sup>291</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”, telegrama ao Secretariado-geral da Defesa Nacional, N° MRC 280/61, através do Canal Militar/Naval, com o N° de Origem 2023 e a classificação de segurança de “Muito Secreto”.

<sup>292</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”, mensagem n° MEC 73/61, com n° de origem 45/A e com a classificação de segurança “Muito Secreto”.

<sup>293</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”, MSG n° MEC 74/61, de dia 25 pelas 22h20, com n° de origem n° 46/A e com a classificação de segurança “Muito Secreto”.

Capitão-de-mar-e-guerra Francisco Ferrer Caeiro,<sup>294</sup> antigo aviador de Marinha em “comissão de serviço” na Força Aérea, ex-comandante da Base do Montijo e, na altura, chefe do Estado-Maior da 1ª Região Aérea (Continente e Arquipélagos dos Açores, Madeira e Cabo Verde), que escolheram para base das operações o aeródromo da Ilha do Sal, no arquipélago de Cabo Verde. A esta operação aérea foi dado o nome de código de “GALVANEX”.

À disposição de Laurindo dos Santos, servindo-lhe de posto de comando, foi colocada a Fragata Pêro Escobar<sup>295</sup> a fim de que fosse ali instalado um MHQ (Maritime Headquarter),<sup>296</sup> que já tinha ordem para se dirigir para o arquipélago de Cabo Verde, quando os primeiros P2V-5 *Neptune* descolaram do Montijo. De acordo com o depoimento do V/Alm. José Mexia Salema, tinham sido ainda disponibilizados os seguintes meios: as Fragatas Diogo Cão,<sup>297</sup> Corte Real e Nuno Tristão, encontrando-se ainda ao largo da Guiné o Aviso *Pedro Nunes*, 2 aviões de reconhecimento e ataque de longo raio de acção P2V-5, o contratorpedeiro Lima, o petroleiro S. Bráz, um destacamento de pára-quedistas e todas as forças terrestres da Guiné e de Cabo Verde, que mais tarde lhe foram atribuídas.<sup>298</sup>

Em 1959, as velhas aeronaves de patrulhamento marítimo PV-2 *Harpoon*,<sup>299</sup> estacionadas na Base aeronaval do Montijo, tinham sido substituídas pelos recentes P2V-5 *Neptuno*<sup>300</sup>

<sup>294</sup> Vice-Almirante Francisco Ferrer Caeiro. Nascido a 22 de Outubro de 1910 em S. Pedro, Évora. Filho de Agostinho Felício Pereira Caeiro e de Beatriz Augusto Cutileiro. Teve dois filhos. Aviador da Marinha, esteve em diligência na Força Aérea. Em 20 de Maio de 1960 foi exonerado do cargo de Comandante da Base Aérea Nº 6, no Montijo. De 9 de Março de 1964 a 11 de Agosto de 1964, foi comandante do Aviso Bartolomeu Dias.

<sup>295</sup> Tinha o n.º de costado F 335, tendo sido construída no Arsenal de Castelmare, em Nápoles, Itália. Cedida a Portugal pelo governo dos Estados Unidos da América, ao abrigo do *Mutual Defense Assistance Program* (M. D. A. P.). Foi entregue ao governo português e aumentada aos efectivos da Marinha em 30-06-1957. O seu Comandante, em Jan61, era o Capitão-de-Fragata Alfredo de Oliveira Baptista. Fonte: Arquivo Histórico da Marinha.

<sup>296</sup> “*Operação Santa Maria, Sal-1961*”, depoimento do Vice-Almirante (Ref.) Francisco Ferrer Caeiro, Lisboa, 7 Maio de 1981, Arquivo Histórico da Força Aérea., p. 3.

<sup>297</sup> Comandava o navio o CFR Henrique Mateus da Silveira Borges. Fonte: Arquivo Histórico da Marinha.

<sup>298</sup> José Mexia Salema, “*O Assalto ao pacote Santa Maria*”, Vol. CXI, p. 40.

<sup>299</sup> O Governo português fez a aquisição destes aviões ao abrigo do “Mutual Defense Assistance Pact” (MDAP) com os EUA. A Força Aérea recebeu as primeiras cinco aeronaves (de um total de 34: 31 PV-2C e 3 PV-2D) em Maio de 1954, provenientes dos Estados Unidos. Os primeiros 18 *Harpoon* foram integrados na Esquadra 61 e receberam as matrículas 4601 a 4618. A entrega das restantes aeronaves decorreu até 1956, ano em que se formou a Esquadra 62, constituída pelas restantes 16 aeronaves. Fonte: Revista *Mais Alto*, da FAP, Mar/Abr. 2003.

<sup>300</sup> Portugal adquiriu, em 1960, 12 P2V-5F *Neptune*. Os *Neptune* foram concebidos pela firma norte-americana Lockheed, no final da IIª Guerra Mundial, tendo o primeiro chegado a Portugal em Abril de 1960 e os restantes 11 entregues ao longo desse mesmo ano. Adquiridos à Marinha Real Holandesa, estavam equipados para missões de patrulhamento marítimo e luta anti-submarina, podendo transportar diversas configurações de armamento, nomeadamente bombas, cargas de profundidade, foguetes e torpedos, para além de armamento de carácter defensivo, alojado em três torres (nariz, dorsal e cauda). Foram apontados nas Oficinas de Bergen-Op-Zoom, tendo recebido as matrículas 4701 a 4712. No sentido de evitar interferências por parte da NATO, nomeadamente dos EUA, no emprego do avião no teatro de operações africano, foi decidido que as aeronaves ficassem sedeadas na Base Aérea do Montijo e que se deslocassem para destacamentos em África, de acordo com as necessidades operacionais. Fonte: Revista *Mais Alto*, da FAP, de Mar/Abr. de 2003.

num total de 12 aeronaves, adquiridas à Holanda, tendo como missão efectuar acções de luta de superfície e anti-submarina.<sup>301</sup>

Em 18 de Novembro de 1960, a maior parte dos PV-2 *Harpoon* tinham sido retirados da Base Aérea do Montijo, indo guarnecer a 2ª Região Aérea (Guiné, Arquipélago de S. Tomé e Angola), activada a 31 daquele mês.

Foi então estabelecido entre os dois oficiais, Laurindo dos Santos e Ferrer Caeiro, um consenso provisório cujos pontos fundamentais eram os seguintes: não haveria nunca lugar a um ataque directo ao navio, mas procurar-se-ia apenas paralisá-lo, atingindo-lhe o leme e as hélices, de forma a evitar produzir perdas humanas. Depois, o desenrolar da situação indicaria os procedimentos mais adequados e os meios a utilizar. Primeiramente, caberia à aviação localizar o pacote, para depois dirigir a acção dos navios de guerra para o interceptar e imobilizar. Caso isto não fosse possível, seriam os próprios aviões a proceder à imobilização do navio, na localização geográfica que se mostrasse ser mais vantajosa. Para a execução deste plano os navios começariam por se abastecer de combustível e víveres na ilha de S. Vicente (Cabo Verde), seguindo a ocupar uma posição de onde tivessem o máximo de probabilidades de, em devido tempo, iniciar a manobra de intercepção, tomando em conta o rumo mais presumivelmente seguido pelo *Santa Maria*.<sup>302</sup>

---

<sup>301</sup> Criada em 14 de Maio de 1914, a Aviação Militar só se tornou um Ramo independente das Forças Armadas com a promulgação da Lei 2055, a 27 de Maio de 1952, com a fusão das Aeronáuticas do Exército e da Marinha. Essa decisão provocou alguma polémica na Marinha, que desejava manter a sua independência. A criação do Subsecretariado de Estado da Aeronáutica, através do Decreto-lei 37909, e 1 de Agosto de 1950 iniciou o processo de criação da Aeronáutica Militar. A polémica terminou com a publicação do Decreto-lei nº 38805, de 28 de Junho desse mesmo ano, o qual dava execução à referida Lei. Aquele diploma determinava que, a partir de 1 de Julho de 1952, a Força Aérea passava a ter na sua directa dependência várias infra-estruturas aeronáuticas, como: o Comando Geral da Aeronáutica Militar; o Depósito Geral de Material Aeronáutico – Alverca; as Oficinas Gerais de Material Aeronáutico – Alverca; as Bases Aéreas nº 1 (Sintra), nº 2 (Ota), nº 3 (Tancos) e nº 4 – Lajes; o Grupo Independente de Aviação de Caça. A indicação de 1 de Julho de 1952 como a data de entrada em execução da independência da Força Aérea, constituiu a razão de ser da escolha dessa data como “Dia da Força Aérea”. O reajustamento da organização foi efectuado através do DL 40949, de 26 de Dezembro de 1956, revogando o decreto anterior e definindo o reajustamento da organização da Aeronáutica militar, donde se realça a divisão do território nacional em três Regiões Aéreas: a 1ª região Aérea, que compreendia o Continente português, os Açores, a Madeira e Cabo Verde, com sede em Lisboa; a 2ª Região Aérea, que englobava a Guiné, S. Tomé e Angola; e a 3ª Região Aérea, compreendendo Moçambique, Índia, Timor e Macau. Quando necessário, as Regiões Aéreas podiam ser subdivididas em Zonas Aéreas. Os comandos das Regiões Aéreas eram responsáveis pelo accionamento das unidades de combate e de apoio aéreo, pelo treino operacional e eficiência das unidades operacionais dele dependentes e pela execução da defesa aérea das respectivas áreas, accionando para efeitos de emprego operacional os comandos de artilharia ou de outros meios similares atribuídos à defesa dessas áreas. Em 1 de Abril de 1957, entra em funcionamento o comando da 1ª Região Aérea.

<sup>302</sup> “Operação Santa Maria, Sal-1961”, depoimento do Vice-Almirante (Ref.) Francisco Ferrer Caeiro, p. 3

Ao Comodoro Laurindo dos Santos e ao comandante Ferrer Caeiro, foram então dadas instruções para seguirem ainda nessa noite de 25 de Janeiro para a ilha do Sal, no Arquipélago de Cabo Verde. De acordo com o testemunho de Ferrer Caeiro, existia ali um aeródromo internacional muito razoavelmente guarnecido e equipado, no qual estava sempre estacionado um avião *Neptune* para a realização de tarefas de “busca e salvamento”. O aeródromo era ainda utilizado pela transportadora aérea italiana “Alitalia”, que ali fazia escalas regulares e tinha “estacionadas” uma ou duas tripulações que, entre rendições, gozavam de uma folga para descanso.<sup>303</sup>

O chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA), general João Albuquerque de Freitas, ao início da noite, contactou pessoalmente o comandante Ferrer Caeiro, transmitindo-lhe instruções e delegando-lhe o “controlo operacional” sobre os meios aéreos que fosse necessário mobilizar.<sup>304</sup> Este contacta de seguida o comandante da Base do Montijo, coronel Fernando Rodrigues Frutuoso, seu amigo e ex 2º Comandante daquela Base, para que aprontasse rapidamente duas aeronaves P2V-5 *Neptune* da Esquadra 61 (aviões que, recorde-se, tinham como missão primária o reconhecimento marítimo e a luta anti-submarina), a fim de partirem para o arquipélago de Cabo Verde.<sup>305</sup>

O Comodoro Laurindo dos Santos e o Capitão-de-mar-e-guerra Ferrer Caeiro chegam à Base do Montijo (Base Aérea Nº 6 - BA6) pelas 11h00 da noite de 25. Solicitam ao coronel Frutuoso que, além das duas aeronaves que iriam partir nessa noite, providenciasse o envio de mais três *Neptune*, a fim de poderem dispor de um quantitativo permanente de seis aeronaves operacionais na zona (em Cabo Verde estava sempre destacada uma destas aeronaves), bem como material e pessoal de manutenção que garantisse uma elevada prontidão dos meios, ao longo de um período temporal com uma duração estimada de quinze dias. Foi ainda solicitado o envio de um avião de carga com munições (bombas, foguetes e fitas de munições de canhão). De referir que as aeronaves estavam equipadas com sistemas de radar de modelo APS-20, utilizados com muito sucesso na detecção de “snorkeling”,<sup>306</sup> e periscópios de submarinos, mesmo com estados de mar de Grau 2.<sup>307</sup>

<sup>303</sup> “Operação Santa Maria, Sal-1961”, depoimento do Vice-Almirante (Ref.) Francisco Ferrer Caeiro, p. 5.

<sup>304</sup> O “comando operacional” dos meios aéreos é sempre do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

<sup>305</sup> “Operação Santa Maria, Sal-1961”, depoimento do Vice-Almirante (Ref.) Francisco Ferrer Caeiro, p. 3.

<sup>306</sup> Navegação de submarinos junto à superfície.

<sup>307</sup> “Operação Santa Maria, Sal-1961”, depoimento do Vice-Almirante (Ref.) Francisco Ferrer Caeiro, p. 5.

A vida a bordo do *Santa Maria* decorria com normalidade, apesar de navegarem durante a noite com as luzes apagadas, para que o navio desse a impressão ao longe de que era um cargueiro. Como refere Galvão, “*passam-se filmes nos cinemas, que são bastante frequentados. Nos salões, com as cortinas corridas, as orquestras do navio tocam e os passageiros dançam. (...) O nosso grupo, sempre nas melhores relações com a tripulação, mantém uma vigilância tão impecável que até eu próprio tenho a impressão de que o nosso número excede vinte e quatro*”.<sup>308</sup>

O Comando Naval de Angola (CNA) dispunha nessa altura de três unidades navais “*relativamente bem apetrechadas em artilharia e armas anti-submarinas, mas todas elas com velocidades inferiores à do navio* (recorde -se que o *Santa Maria* tinha uma velocidade de cruzeiro de 20 nós), *o que impossibilitava qualquer manobra de intercepção eficaz e ulterior perseguição*”.<sup>309</sup> Quando se soube com alguma certeza que o *Santa Maria* rumava à costa ocidental de África e possivelmente a Angola, julgou-se que a solução mais aceitável e talvez a única, consistiria em dar caça aos assaltantes se desembarcassem nos locais mais prováveis da costa angolana. Assim, o Comando Naval de Angola, para prevenir uma hipotética tentativa de desembarque em S. Tomé ou na costa angolana, utilizou a Fragata *Pacheco Pereira* na defesa do litoral de Cabinda, enquanto o Patrulha *S. Vicente* permanecia em Luanda, pronto a acorrer onde fosse necessário. Por último, o Patrulha *S. Tomé* mantinha-se no arquipélago homónimo, onde já se encontrava de prevenção desde o dia 28 de Janeiro.<sup>310</sup>

Ainda nesse mesmo dia foi também recebido no gabinete do Ministro da Defesa Nacional o Ofício N° 291/B/6, enviado do gabinete do Ministro do Ultramar, dando conhecimento de nova comunicação telegráfica proveniente do governo da província da Guiné, informando que tendo tido conhecimento de que o navio *Pedro Nunes* tinha sido mandado seguir para a Ilha Brava (no arquipélago de Cabo Verde), continuavam a considerar ser necessária a presença daquele navio de guerra no território da Guiné a fim de patrulhar a costa, nomeadamente entre Caio e a Ilha Caravela.<sup>311</sup>

É ainda do dia 26 de Janeiro a Informação enviada pelo CEMGFA a Oliveira Salazar, informando que o Adido naval americano em Lisboa tinha oferecido a cooperação dos aviões de patrulha estacionados nas Bases de Rota (Espanha) ou da Sardenha (Itália).

<sup>308</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 215.

<sup>309</sup> José Mexia Salema, “*O Assalto ao paquete Santa Maria*”, Vol. CXI, p.38.

<sup>310</sup> Pedro Manuel Ferreira, “*Santa Maria, a Força Aérea na caça ao Paquete rebelde*”, p. 16.

<sup>311</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “*Assalto ao Santa Maria*”.



Que esse oferecimento fora aceite, tendo sido pedido para concentrarem os aviões em Cabo Verde – Ilha do Sal. Mais informava que igual diligência tinha sido feita pelo Adido aeronáutico espanhol, oferecendo o apoio de aviões estacionados nas ilhas Canárias. Informava que tinha sido aceite, em princípio, o apoio de aviões de transporte para utilizar em caso de necessidade no reabastecimento de víveres ao pessoal concentrado na Ilha do Sal, pois que ali só existiam víveres para sustentar 60 pessoas, durante 15 dias. No entanto, previa-se que o pessoal concentrado e a concentrar nessa ilha pudesse atingir um número próximo de 150. Informava ainda o CEMGFA que o Almirante americano Petterson, chefe do MAAG em Lisboa, em conversa pessoal tida com o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, teria dito que os americanos iriam tentar localizar e acompanhar o *Santa Maria*, mas que a sua detenção seria um problema a resolver apenas pelos portugueses. Referia ainda que o Adido naval espanhol informara que um Cruzador e dois Destroyers daquela nacionalidade tinham recebido ordens para seguir de Cádiz para as ilhas Canárias, a fim de cooperarem em caso de necessidade, mas que não deveriam chegar a tempo de poderem prestar qualquer tipo de ajuda. Informava ainda que o Destroyer português Lima seguiria nessa mesma noite de Lisboa para Cabo Verde.<sup>312</sup>

Às 00h30 de 26 de Janeiro de 1961, descolam então da Base do Montijo os dois P2V-5 *Neptune*, identificados com os números de cauda (N/C) 4707 e 4710. De acordo com o testemunho de um dos intervenientes na viagem, o na altura furriel técnico de radiotelegrafia Eugénio Matos Ferreira,<sup>313</sup> a viagem durou cerca de sete horas e quarenta e oito minutos, tendo sido cinco delas em voo nocturno. De acordo com o depoimento do mesmo militar, já muito perto da aterragem foram distribuídos alguns Escudos à tripulação, como adiantamento das “ajudas de custo”.<sup>314</sup>

No dia 27 de Janeiro o *Santa Maria* navega já rumo à cidade do Recife, no Brasil.

Nesse dia Henrique Galvão recebe um telegrama do Almirante Robert L. Dennison, Comandante-chefe da Esquadra americana do Atlântico, dando conta de que os Estados Unidos estavam dispostos a negociar com ele através dos seus comandantes navais, reconhecendo assim, de facto, o estatuto de beligerantes aos ocupantes do *Santa Maria*.

---

<sup>312</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”.

<sup>313</sup> Passou à disponibilidade no posto de capitão.

<sup>314</sup> In Carta de Eugénio Matos Ferreira (que desempenhava as funções de radiotelegrafista e de operador dos sistemas ECM/contra-medidas electrónicas do avião P2V-5 N/C 4707), de 15 de Setembro de 2004, enviada da Figueira da Foz e dirigida ao Dr. Pedro Manuel Ferreira.

Os americanos estavam sobretudo preocupados com a segurança dos seus cidadãos e procuravam convencer Galvão a libertar os passageiros. Sugeriam, para esse efeito, que Galvão aceitasse receber uma autoridade americana a bordo, em alto-mar, para estabelecerem um plano para desembarcar os passageiros num porto brasileiro. Galvão aceitou o pedido do governo dos EUA comprometendo-se, mediante a garantia de escolta e protecção da marinha norte-americana contra possíveis acções de navios de guerra, a desembarcar os passageiros num porto da América do Sul. A 28 de Janeiro, o almirante Dennison designava o Contra-almirante Allen Smith como seu interlocutor e mediador.<sup>315</sup>

John Kennedy anuncia entretanto pela televisão que a 4ª Frota da Marinha de Guerra americana tinha como missão apenas acompanhar e proteger o transatlântico. Entretanto, tendo em conta a grande probabilidade de o navio procurar abrigo nalgum porto brasileiro, o então ainda presidente Juscelino Kubitchek de Oliveira declara que, se se verificar essa eventualidade, o navio será apresado e os assaltantes detidos.

Ainda no dia 27 o CEMGFA levou ao conhecimento do Presidente do Conselho um conjunto de instruções a enviar ao Comodoro Laurindo dos Santos, que já se encontrava na Ilha do Sal, em Cabo Verde, sobre o modo de actuação para interceptar o *Santa Maria*. Nesse mesmo dia volta a dar conhecimento a Salazar do teor (refeito) do telegrama com as instruções, que iam ser transmitidas a Laurindo dos Santos. Mais informava que tinha tomado a iniciativa de eliminar o emprego de “rockets” no possível ataque à “ponte” do *Santa Maria*, previsto inicialmente, por razões de ordem técnica e tendo em conta os efeitos altamente nocivos que poderia ter, pois como aquelas armas tinham propriedades incendiárias e como na ponte e nas superestruturas do navio existiam madeiras e matérias altamente inflamáveis, corria-se o risco de provocar o seu incêndio. Mais informava que o *Santa Maria* teria mudado de rumo na noite do dia 26, parecendo pretender contornar a costa do Brasil. Questionava se se trataria de alguma eventual manobra política, tendo em conta a posse do novo presidente do Brasil prevista para o dia 31, ou se não se poderia eventualmente admitir a hipótese do aparecimento de algum submarino russo, com o pretexto de proteger os passageiros.<sup>316</sup> Assim, com a classificação de segurança de “Muito Secreto”, foi enviado ao Comodoro Laurindo dos Santos, o documento em Anexo 10.

<sup>315</sup> Luís Nuno Rodrigues, “*Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*”, p.41-42.

<sup>316</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”.

Os norte-americanos continuavam a fazer o seguimento do *Santa Maria* com aviões de patrulhamento marítimo e navios escoltadores oceânicos. Porém, face ao impasse político criado, o poder político em Portugal decidiu reforçar com mais meios militares o dispositivo de forças na área de Angola. Com o intuito de reforçar os meios aeronavais utilizados na busca e intercepção do *Santa Maria* e a fim de poder alargar a sua área de cobertura, foram enviados três aviões Lockheed PV-2C para Bissau, tendo feito escalas em Ghando – Senegal e no Sal – Cabo Verde, bem como mais dois navios de guerra, devendo as respectivas tripulações aguardar pelas ordens que fossem chegando ao Centro de Operações na ilha do Sal. Sob o comando do então Major Piloto-Aviador António da Silva Cardoso, (os outros comandantes de bordo eram o Cap. Paulino Correia e o Ten. Faria<sup>317</sup>) os bimotores descolaram armados com “rockets (foguetes)” de cinco polegadas,<sup>318</sup> tendo antes aquele oficial recebido ordens precisas do CEMFA no sentido de que os “rockets” apenas seriam utilizados numa situação extrema e dentro das maiores precauções, para evitar a perda de vidas humanas.<sup>319</sup>

A intenção era, em caso de necessidade, imobilizar o navio atingindo-o com dois ou três “rockets” na zona da casa das máquinas, hélices e leme. O problema era que o sistema de lançamento do PV-2 não possuía qualquer sistema de pontaria adequado a este tipo de arma, pelo que a precisão do disparo era altamente aleatória.

O Governo português ainda ponderou utilizar na área da Guiné os novos aviões P2V-5, normalmente atribuídos a missões no âmbito da NATO e que dispunham de maior autonomia e potencialidades. Porém, a sua utilização a sul do Trópico de Câncer, limite sul da área de intervenção dos meios da NATO, levantaria questões políticas melindrosas junto dos países desta organização, por ficar o território da Guiné já fora do seu âmbito de acção.

Ainda no mesmo dia 27 o Secretariado-geral da Defesa Nacional enviou uma Msg. ao Comandante-chefe em Luanda, dando dela conhecimento aos Chefes dos Estados-Maiores dos três Ramos das Forças Armadas, informando que as autoridades militares seguiam atentamente o evoluir da situação e que os aviões patrulhas e os navios disponíveis se encontravam em Cabo Verde. Referia ainda que, caso fosse reconhecida essa necessidade,

<sup>317</sup> General Silva Cardoso, “*Angola – Anatomia de uma tragédia*”, p. 75.

<sup>318</sup> Foguetes: mísseis não guiados.

<sup>319</sup> Pedro Manuel Ferreira, “*Santa Maria, a Força Aérea na caça ao Paquete rebelde*”, p.17.

todo o dispositivo seria deslocado para sul, de forma a proteger as costas de Angola. Mais informava que seria dado conhecimento de todas as decisões que fossem tomadas.<sup>320</sup>

Ainda nesse dia e com a classificação de segurança de “Secreto”, foi enviado pelo Secretariado-geral da Defesa Nacional o Ofício nº 229/A, dirigido ao Gabinete do Ministro do Ultramar, fazendo referência aos Ofícios nº 278/B/6, de 25/01/61, e nº 291/B/6, de 26/01/61, informando que relativamente aos problemas apresentados pelo Governo da Guiné e transcritos nos Ofícios em Ref., a protecção das águas da Guiné seria feita por aviões patrulha baseados na Ilha do Sal e que o navio *Pedro Nunes* se manteria na Guiné.<sup>321</sup>

De acordo com os dados conhecidos, o *Santa Maria* encontrava-se nessa altura a cerca de 60 milhas náuticas a nordeste da cidade e do porto do Recife.

Também com data de 27, o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea envia ao CEMGFA o Ofício nº 74/GAB, com a classificação de segurança de “Secreto”, colocando à sua consideração o seguinte assunto: “Possibilidades de actuação, pelo fogo, dos aviões da FAP, para efeitos de parar o pacote *Santa Maria*” (ver Anexo 11).

Entretanto, Henrique Galvão tenta solicitar asilo político junto do Presidente do Congo, Joseph Kasavubu, que lho negou alegando que já tinha suficientes problemas internos...<sup>322</sup>

No mesmo dia 27, o CEMFA endereça as seguintes instruções ao Comandante do Destacamento aéreo em Cabo Verde, Cmd. Francisco Ferrer Caeiro: “*Os únicos meios de fogo que prevejo possam ser empregados contra o Santa Maria são os aviões da FAP, debaixo do Vosso comando. Por isso, recomendo que faça o possível para deixar aos aviões americanos o “shadowing” do navio afim de, oportunamente, dispor de meios aéreos ofensivos suficientes para garantir o cumprimento da missão*”.<sup>323</sup>

Na segunda noite após a chegada dos *Neptune* a Cabo Verde, descolou da Ilha do Sal uma aeronave P2V-5 e respectiva tripulação para procurar o *Santa Maria*, efectuando uma busca triangular de sector tendo como eixo o azimute<sup>324</sup> das Caraíbas. De acordo com o relato de Matos Ferreira esse voo teve a duração de 11h18m, sendo 1h30 em voo nocturno, tendo sido

<sup>320</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”, mensagem com o Nº de Série MEC 82/61, via Canal Militar/Naval, com o n.º de origem 48/A e a classificação de segurança de “Secreto”.

<sup>321</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”.

<sup>322</sup> Hernan Muñoz Garrido, “*Alô, Alô...Santa Maria Chamando*”, p. 90.

<sup>323</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”.

<sup>324</sup> O nome de origem árabe, deriva da palavra “*as-sumut*”, que significa: caminho ou direcção, sendo uma medida de separação angular associada um plano horizontal, em diversos sistemas de referência.

verificada a superfície do arco de círculo à distância de cerca de 1.000 milhas náuticas, nada se detectando.<sup>325</sup>

No mesmo dia 27, o C. M. Angola enviou à DEFNAC uma mensagem do seguinte teor: “*Virtude conhecimento este comando movimentos Santa Maria ser só jornais e rádio solicite-se informações sobre este assunto*”.<sup>326</sup> Estranhamente, a informação sobre a rota seguida pelo *Santa Maria* não chegava a Luanda.

No dia 28, pelas 10h00, o Comando militar da Guiné informa a DEFNAC de que o navio hidrográfico *Pedro Nunes* tinha abandonado o porto de Bissau na véspera, pelas 15H00, com destino desconhecido.<sup>327</sup>

Só no dia 28, pelas 12h15, o Ministério da Defesa informou oficialmente os Comandantes militares na Guiné e em Cabo Verde, dando disso conhecimento aos Chefes de Estado-Maior dos três Ramos das Forças Armadas, da nomeação do Comodoro Laurindo dos Santos para coordenar as acções de busca para detectar o pacote *Santa Maria*, actuando da Fragata Pêro Escobar ou da ilha do Sal. Mais se informava que, para aquele efeito, ele comandaria a actuação dos meios necessários, pertencentes a qualquer dos três Ramos das Forças Armadas e podendo, se necessário, utilizar todas Forças terrestres presentes no “teatro de operações”.<sup>328</sup>

Ainda nesse mesmo dia, pelas 16h40, o Comando das forças estacionadas em Cabo Verde contacta o CEMGFA, tendo dado conhecimento ao Estado-Maior da Marinha e ao Comando marítimo em Angola, no sentido de alertar para a eventualidade da necessidade de transferir a aviação para o aeroporto de S. Tomé, caso o *Santa Maria* entrasse no Golfo da Guiné. Informava também que o navio *Pedro Nunes* iria manter-se na Guiné. Solicitava ainda indicação se os navios continuavam a dispor de facilidades de abastecimentos em Abidjan, na Costa do Marfim.

No Domingo, dia 29, ao confirmar que o *Santa Maria* navegava em direcção à costa brasileira, o comandante do 3º Distrito Naval brasileiro tinha ordenado que a corveta *Caboclo*, sob o comando do capitão-tenente Aguinaldo Aldighieri Soares, rumasse de Natal para o Recife.<sup>329</sup>

<sup>325</sup> “*Operação Santa Maria, Sal-1961*”, depoimento do Vice-Almirante (Ref.) Francisco Ferrer Caeiro, p. 12.

<sup>326</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”, mensagem n.º de origem 13 e n.º mecanográfico MRC 301/61, com a classificação de segurança de “Secreto”.

<sup>327</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”, telegrama com o n.º de origem 12/61/225 e com a classificação de segurança de “Secreto”.

<sup>328</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, MSG n.º de série MEC 90/61, enviada via canal Militar/Naval e Rádio/Marconi, com n.º de origem 50/A e com a classificação de segurança de “Muito Secreto”.

<sup>329</sup> Revista Marítima Brasileira, Janeiro a Março de 2001, SDM, Rio de Janeiro, telegrama enviado via estafeta da Marinha, com o N.º MRC 313/61, com a classificação de segurança de “Muito Secreto”.

De acordo com Hernan Muñoz Garrido, por via aérea teriam entretanto saído de Portugal vários agentes da PIDE, fazendo-se acompanhar de grandes caixas que ostentavam rótulos indicando que se tratava de “material diplomático” (mas cujo conteúdo consistia num carregamento de armas de fogo, mais concretamente de metralhadoras). Temia o Governo português que outro grupo de rebeldes, sincronizado com o do *Santa Maria*, se apoderasse também do navio *Vera Cruz*, que devia estar nessa altura em viagem entre as cidades brasileiras do Rio de Janeiro e de Santos. Na sexta-feira, dia 28 de Janeiro, desembarcam alguns no aeroporto do Rio e outros no aeroporto de “Viracopos”, em São Paulo.<sup>330</sup>

A 29 de Janeiro, já em águas brasileiras, o fotógrafo francês Gil Delamare, o fotógrafo brasileiro António Lúcio e o repórter português Miguel Urbano Rodrigues, estes últimos colaboradores do jornal *O Estado de S. Paulo*, conseguem embarcar no *Santa Maria*, antes de aportar ao Recife. Delamare, fotojornalista da antiga revista *Dalmas* e a trabalhar em exclusivo para a Revista *Paris Match*, inclusivamente lançou-se de pára-quedas de um avião que alugara, para colher as primeiras imagens do acontecimento. O francês foi resgatado pelos norte-americanos, tendo sido então levado de lancha para bordo do *Santa Maria*.<sup>331</sup> Foram assim estes os primeiros repórteres a chegar ao navio.<sup>332</sup>

A bordo, Galvão fez questão de chamar a atenção dos jornalistas para o facto de os passageiros terem sido sempre bem tratados, só reclamando da falta do ar-condicionado, que avariara em Caracas. Por outro lado, vários passageiros e tripulantes tinham mesmo decidido aderir ao movimento rebelde. Foi então possível para os jornalistas verificar o modo como estavam vestidos os assaltantes, bem como os tipos de armas que usavam. Segundo o seu relato, usavam uniformes amarelos e boinas azuis, com fitas verdes e vermelhas entrelaçadas. Referia ainda Urbano Rodrigues no jornal *O Estado de S. Paulo*, em notícia publicada no dia 31 de Janeiro de 1961, que os passageiros iriam ser desembarcados no porto do Recife, após a posse de Jânio Quadros.<sup>333</sup> A cobertura mediática foi assim uma clara manifestação da imensa importância dada ao acontecimento pela comunicação social. Camilo Mortágua, um dos últimos sobreviventes do assalto, em entrevista concedida ao Semanário *Expresso*, de 20/01/2001, deixa-se inclusivamente fotografar com a “edição histórica” da revista *Paris Match*, ostentando o título: “Exclusivo – A bordo do *Santa Maria*”.

<sup>330</sup> Hernan Muñoz Garrido, “*Alô, Alô...Santa Maria Chamando*”, p. 73-74.

<sup>331</sup> *Revista Marítima Brasileira, Janeiro e Março de 2001, SDM, Rio de Janeiro.*

<sup>332</sup> Dawn Linda Raby, “*O DRIL (1959-61). Experiência única na oposição ao Estado Novo*”, p. 74.

<sup>333</sup> Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros / PAE, Armário de Ferro, proc. n.º 358,1, de 1961/62, Pedido de extradição de Henrique Galvão e outros.

Em telegrama emitido no dia 29, pelas 21h35, o Comandante das Forças militares em Cabo Verde, informa o Estado-Maior da Armada em Lisboa, bem como o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, de que o navio *Lima* iria reabastecer à ilha de S. Vicente, em Cabo Verde, e o navio *Pedro Nunes* iria regressar à Guiné.<sup>334</sup>

Nos dias seguintes prosseguiram os voos de reconhecimento no âmbito da “Operação Galvanex”. De acordo com o depoimento de Eugénio Matos Ferreira, no dia 28 voaram durante onze horas e dezoito minutos, sendo uma hora e trinta minutos em voo nocturno. Salientava que tinham estado a apenas 200 milhas náuticas do Recife, tendo ouvido inclusivamente as comunicações processadas pela torre de controlo do seu aeroporto.<sup>335</sup> Tão perto que estiveram do *Santa Maria*, sem se aperceberem...

No seguimento do oferecimento de apoio americano, no dia 29 aterraram no aeródromo da ilha do Sal doze aeronaves bimotor P2V-5F, pertencentes ao “Patrol Squadron Ten” (VP-10) da US Navy sedeadas na Base de Rota, em Espanha, mais quatro aviões *Skymaster* de apoio logístico, cujas guarnições totalizavam cerca de 150 homens. O comandante da Esquadra era um Capitão-de-fragata da Aviação Naval americana, a quem tinham sido dadas instruções para se colocar sob o comando de Ferrer Caeiro.<sup>336</sup>

Tendo em consideração as novas circunstâncias e a disponibilidade de novos aviões, Caeiro alterou então os planos de voo por si previamente estabelecidos a fim de poupar as aeronaves nacionais, como lhe tinha sido determinado pelo CEMFA. Informou então o comandante americano de que as suas aeronaves passavam a ter “*a missão exclusiva de efectuarem a busca num raio correspondente a voos de 10 horas, para poupar as guarnições, com um alcance de 870 MN, cobrindo a área do círculo compreendida entre os azimutes da Florida e do Recife, com três aviões simultaneamente no ar.*” Informou ainda que os dois aviões nacionais ficariam em terra, armados e municados, prontos a sair”.<sup>337</sup> Com esta ajuda inesperada foram dispensados os três aviões pedidos como reforço, sendo disso notificada a BA-6, mas enfatizando a necessidade do envio da equipa de manutenção e de mais um oficial de controlo de circulação aérea (controlador de tráfego aéreo) e outro especialista de comunicações, tendo todos chegado no dia 30.<sup>338</sup>

<sup>334</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”, telegrama nº MRC 320761 e com o nº de origem 5712, com classificação de segurança “Confidencial”.

<sup>335</sup> Depoimento de Eugénio Matos Ferreira na carta que enviou, a 15 de Setembro de 2004, a Pedro M. Ferreira.

<sup>336</sup> “Operação Santa Maria, Sal-1961”, depoimento do Vice-Almirante (Ref.) Francisco Ferrer Caeiro, p. 13.

<sup>337</sup> *Idem*, p. 13.

<sup>338</sup> *Idem*, p. 14.

Foi entretanto solicitado ao CEMFA que obtivesse autorização do Governo brasileiro para que os *Neptune* americanos pudessem ir, em cada voo, reabastecer-se de combustível ao Recife, o que permitiria estender as buscas até próximo da foz do rio Amazonas, tendo o pedido sido negado.<sup>339</sup>

Assim, as buscas prosseguiram infrutíferas e do Pacote *Santa Maria*...nem rasto!

Continua por esclarecer por que razão os EUA (que nessa altura, recorde-se, já haviam localizado o Pacote, e aviões da sua Marinha sobrevoavam continuamente o mesmo) se propuseram a cooperar com Portugal nas operações de busca, a partir do Sal. A hipótese mais verosímil parece ser a de que a Administração Kennedy, que já tinha encetado negociações com os sequestradores através do almirante Robert L. Dennison, comandante da esquadra americana do Atlântico, temia uma eventual ordem de Salazar para atacar o navio, onde entre os passageiros se encontravam trinta e seis cidadãos norte-americanos”.<sup>340</sup> Para os norte-americanos fazia todo o sentido puderem monitorizar a actividade dos meios aéreos e navais enviados por Salazar e Franco para neutralizar o *Santa Maria*.

No mesmo dia 29, pelas 21h40, o Comodoro Laurindo dos Santos envia um telegrama ao CMG Ferrer Caeiro dando conta de que a Fragata *Pêro Escobar* iria seguir para a ilha de S. Vicente, mandando suspender todas as operações aéreas, até nova ordem.<sup>341</sup>

Na segunda-feira 30 de Janeiro, pelas 06H00, o Comando das Forças Armadas em Cabo Verde enviou um telegrama ao CEMGFA, dando dele conhecimento ao Estado-Maior da Marinha, informando que no dia 28 o Pacote *Santa Maria* se encontrava na posição geográfica 03° 20’S – 33° 20’W, pairando frente ao Recife, e que por esse facto as operações aeronavais tinham sido suspensas até nova ordem.<sup>342</sup> Desconhece-se o modo como obtiveram a informação.

O Secretariado-geral da Defesa Nacional – DEFNAC, enviou entretanto uma mensagem ao Governador Militar dos Açores, dando dela conhecimento ao Estado-Maior da Armada, com a classificação de segurança de “Secreto”, do seguinte teor: “*Tornando-se conveniente exercer vigilância sobre todos navios que demandem portos Ponta Delgada e Horta deve esse Comando tomar medidas convenientes. Estado-Maior Armada enviará instruções detalhadas*”.<sup>343</sup>

<sup>339</sup> “*Operação Santa Maria, Sal-1961*”, depoimento do Vice-Almirante (Ref.) Francisco Ferrer Caeiro, p. 14.

<sup>340</sup> Pedro Manuel Ferreira, “*Santa Maria, a Força Aérea na caça ao Pacote rebelde*”, p.18.

<sup>341</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”, telegrama n.º MRC 321/61, com n.º de origem 5728 e classificação de segurança de “Confidencial”.

<sup>342</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”, telegrama n.º MRC 322/61, com a classificação de segurança de “Secreto”.

<sup>343</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”.



O navio de guerra norte-americano USS *Gearing* chega ao Recife na tarde do dia 30 de Janeiro. Reabasteceu de combustível, tendo nele embarcado o contra-almirante Allen Smith. Largou ainda nessa noite e na madrugada do dia seguinte chegou junto do *Santa Maria*.

Ainda no dia 30, pelas 19h57, o Estado-Maior da Armada recomendava aos Capitães dos portos que procedessem a uma rigorosa vigilância sobre os navios que os demandassem, sobretudo aqueles que se afigurassem suspeitos. Recomendava também ser conveniente fiscalizar e vigiar todos os passageiros que desembarcassem.<sup>344</sup>

A bordo do *Santa Maria* o ambiente era de descontração, como se infere do “Menu” relativo ao jantar desse dia a bordo, estando prevista inclusivamente uma Festa de despedida.<sup>345</sup>

Entretanto, sobre o assalto a imprensa portuguesa, sob censura, publicava apenas a verdade oficial do Regime. Na primeira página do *Jornal do Comércio*, de 31/01/61, podia ler-se nos títulos: “*Para o caso do Santa Maria só há uma solução justa, razoável e lógica: a restituição do navio, na sua qualidade legal de unidade mercante de uma empresa particular portuguesa, ao seu legítimo proprietário, fazendo-o libertar dos assaltantes*”.<sup>346</sup>

Ao raiar da manhã do dia 31 de Janeiro, o contra-almirante Allen Smith, representante pessoal do almirante Dennison, é recebido a bordo do *Santa Maria* pelas 06H45, onde foi recebido com honras militares, acompanhado pelo encarregado dos assuntos políticos da Embaixada americana no Rio de Janeiro, Harry Queen, (pelo comandante do USS *Gearing* Capitão Porter, pelo Cônsul americano no Recife Ernesto Guadarrama Sanz, pelo comandante Hoffman, em representação do Presidente norte-americano e por vários Oficiais da Marinha,<sup>347</sup> tendo ali permanecido até às 09H45.<sup>348</sup> Subiram também a bordo 66 jornalistas correspondentes dos principais meios de comunicação social internacionais (*NBC, ABC, New York Times, Life, AP, CBS, London Daily News, Paris-Match, etc.*), que são agrupados no salão de baile do navio, a aguardar o resultado da conferência entre Smith e Galvão.

Como resultado das conversações, Henrique Galvão compromete-se com Allen Smith a não molestar os passageiros e a libertá-los logo que possível. Para isso contava com a tomada de posse de Jânio Quadros como presidente da República do Brasil, estando só então reunidas

<sup>344</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”, mensagem n.º de origem 5907, com a classificação de segurança de “Muito Secreto”.

<sup>345</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”.

<sup>346</sup> Arquivo Histórico do MNE – PAE / Maço 6.

<sup>347</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 248.

<sup>348</sup> Hernan Muñoz Garrido, “*Alô, Alô...Santa Maria Chamando*”, p. 98; 107.

as condições para não ser preso (e, eventualmente extraditado), quando chegasse a um porto brasileiro. A isso mesmo se refere o Prof. Luís Nuno Rodrigues, ao afirmar que “ (...) *Galvão disse estar certo de que o novo presidente do Brasil, Jânio Quadros, o autorizaria a entrar e sair do porto do Recife. Caso tal não sucedesse, o pacote teria que ser conduzido para um porto no continente africano e, nesse caso, necessitaria de protecção americana, bem como de combustível e água*”.<sup>349</sup>

Terminada a conferência, o USS *Gearing* regressou novamente ao Recife para desembarcar o contra-almirante Smith e os correspondentes da comunicação social. Logo após, o navio retornou novamente para junto do *Santa Maria*, mantendo-se em contacto visual permanente. Nessa altura, já o novo Presidente brasileiro, Jânio Quadros, tinha tomado posse, viabilizando a atracagem do *Santa Maria* e o desembarque dos passageiros.

No mesmo dia, pelas 21h00, é emitida pelo Comandante das Forças estacionadas em Cabo Verde, Comodoro Laurindo dos Santos, a bordo do navio-chefe *Pêro Escobar* ancorado junto à ilha de S. Vicente, em Cabo Verde, a “Ordem de Operações” Nº 2 (desconhece-se a Nº 1), com a classificação de segurança de “Secreto”, para conhecimento do CEMGFA, do Estado-Maior da Marinha e dos Comandos militares e comandantes dos meios navais intervenientes (ver Anexo 12).

No dia 1, pelas 00h34, a DEFNAC envia uma mensagem aos Comandantes militares dos Açores, de Angola, de Moçambique, de Cabo Verde e aos comandantes dos navios *Lima*, *Diogo Cão*, *Pêro Escobar*, *Nuno Tristão* e *S. Tomé*, onde se fazia o “ponto da situação” nos seguintes termos: O *Santa Maria* presume-se encontrar-se ao largo do Recife. As Fragatas *Pêro Escobar* e *Diogo Cão* e o navio *Lima* encontram-se em Cabo Verde. O navio *Pedro Nunes* está na Guiné e o navio patrulha *S. Tomé*, no arquipélago do mesmo nome. A Fragata *Pacheco Pereira* encontra-se em Cabinda e o navio Patrulha *S. Vicente* em Luanda. Dois *Neptune* encontram-se na ilha do Sal e dois *Harpoon* em Bissau. Estima-se a chegada do navio espanhol *Canárias* à ilha de S. Vicente, no dia 31. O vaso de guerra espanhol *Magallanes* encontra-se em Las Palmas e o *Descubiertas* na Guiné espanhola. O navio britânico HMS *Scorpion* encontra-se em Cabo Verde, onde se encontram também *Neptune* dos Estados Unidos (na ilha do Sal). Informava-se ainda que se prevê este mesmo dia o desembarque dos passageiros do *Santa Maria* no Recife.<sup>350</sup>

<sup>349</sup> Luís Nuno Rodrigues, “*Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*”, p.43.

<sup>350</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”, MSG nº 345/61, n.º de origem 5 T/P, e com a classificação de segurança de “Secreto”.

Ainda no dia 1, pelas 12h44, foi enviado pelo Estado-Maior da Armada aos mesmos destinatário, um novo “ponto de situação”, informando que o *Santa Maria* se encontrava nessa altura a 23 milhas ao largo do Recife, estando ainda a ser negociada a forma de desembarque dos passageiros e a entrada do navio no porto do Recife. Mais se informava que a Fragata *Nuno Tristão* tinha partido de Lisboa no dia 31 de tarde e que a Fragata *Corte Real* tinha também deixado Lisboa na mesma altura.<sup>351</sup>

Na manhã do dia 1 de Fevereiro, quando o *Santa Maria* se encontrava ainda a norte do Recife, chegaram à ilha do Sal três aviões *Super Constellation* da TAP, ostentando as seguintes matrículas *CS-TLA*, *CS-TLB* e *CS-TLC*,<sup>352</sup> mobilizados pelo CEMFA para ajudarem nas buscas. Os respectivos comandantes, como ex-oficiais da Força Aérea na “Reserva”<sup>353</sup>, ficaram sob o comando de Ferrer Caeiro. Um dos aviões vinha na sua versão de carga, com material de manutenção, e os restantes traziam o pessoal de apoio necessário para manter os aviões em serviço de voo continuado, “sob a responsabilidade do “Chefe” Sá Macedo”.<sup>354</sup>

No mesmo dia, numa Informação com a classificação de “Secreto”, a PIDE dava conhecimento à Presidência do Conselho e aos Ministérios do Ultramar, Interior, Defesa Nacional e Exército, do seguinte: “*Consta que a notícia do assalto ao paquete Santa Maria chegou rapidamente a Moçambique, através da tripulação do navio Almirante Lacerda (...). Os opositoristas daquela província regozijaram-se com o caso e dizem saber que o objectivo de Henrique Galvão era atingir o Ghana, a fim de ali embarcar elementos para se dirigir à província de Angola, onde desembarcaria num ponto menos guarnecido, a fim de estabelecer um governo provisório. (...) Diz-se que um dos grandes centros de propaganda anti-portuguesa em Moçambique encontra-se nas Oficinas dos Caminhos-de-ferro de Moçambique, onde se fala abertamente da independência daquela província e da simpatia que nutrem pelo ex-general Humberto Delgado*”.<sup>355</sup>

<sup>351</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”, msg. n.º MRC 364/61, n.º de origem 74 e com a classificação de segurança de “Secreto”.

<sup>352</sup> Pedro Manuel Ferreira, “*Santa Maria, a Força Aérea na caça ao Pacote rebelde*”, p.19.

<sup>353</sup> Reserva: situação a que passam os militares das Forças Armadas, após saírem do Activo, e antes de passarem à situação de Reforma.

<sup>354</sup> “A Dinastia Super-Constellation” in Associação dos Pilotos Portugueses de Linha Aérea: *Histórias com Asas-Memórias dos Pilotos da TAP dos tempos do hélice*, p. 375.

<sup>355</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Salazar, Pasta AOS/CO/PC-77, Informação da PIDE n.º 131/61-GU.

O comandante Ferrer Caeiro dá conta do desenvolvimento da situação em Cabo Verde no seu depoimento manuscrito (ver Anexo 13).

Ao início da tarde de 1 de Fevereiro, o *Santa Maria* prosseguiu finalmente viagem, fundeando já em águas territoriais brasileiras. A partir daí, todas as negociações seguintes teriam que ser forçosamente lideradas pelo Brasil.

Henrique Galvão recebe então um radiograma do recém-eleito Presidente do Brasil, Dr. Jânio Quadros, nos seguintes termos: “ (...) *recordando o nosso encontro em Caracas (no Hotel Tamanaco), torno a afirmar-lhe a minha inabalável fidelidade ao nosso estilo democrático de vida. O Governo e o Povo brasileiro seguem com profunda emoção a sorte das centenas de passageiros sob o seu cuidado e responsabilidade. Pode ter a certeza de que, no exercício dos meus poderes constitucionais, ser-lhe-á garantido o direito de asilo no nosso território nacional e tudo o mais que as leis e tratados vigentes me permitam.*” Na opinião de Camilo Mortágua, que assistiu ao encontro entre Galvão e Quadros, aquele nunca teria tido verdadeiramente a intenção de chegar a África, pelo que tentou garantir atempadamente junto do presumivelmente futuro presidente do Brasil, as condições necessárias para se poder refugiar no Brasil após o sequestro do navio.<sup>356</sup> O conhecimento entre Galvão e Quadros vinha de há um ano atrás, pois como refere Freire Antunes, “*Galvão encontrou-se em Caracas com (Jânio) Quadros, em Abril de 1960, quando o candidato presidencial regressava de uma visita a Cuba. Segundo Vítor Cunha Rego, o intermediário da aproximação entre Quadros e Galvão foi Roberto Gusmão, antigo presidente da União Nacional de Estudantes Brasileiros, membro da comissão política do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sensível à causa da oposição portuguesa no exílio. (...) Quadros tinha simpatia pessoal por Galvão e este sentiu-se estimulado a empreender uma acção contra Salazar. (Camilo) Mortágua afirma que Quadros prometeu solidariedade na luta contra o regime de Salazar*”.<sup>357</sup>

O próximo passo seria o de combinar com as autoridades locais o desembarque e as condições em que este seria efectuado. Punha-se entretanto a questão relativa ao destino a dar ao navio. Ainda de acordo com Freire Antunes, “*Galvão pensou afundar o Santa Maria, mas desistiu, depois de aconselhado por Álvaro Lins*”,<sup>358</sup> pois que considerou que os principais objectivos da acção tinham já sido alcançados, ou seja, a comunicação social internacional

<sup>356</sup> Dawn Linda Raby, “*O DRIL (1959-61). Experiência única na oposição ao Estado Novo*”, p. 73.

<sup>357</sup> José Freire Antunes, “*Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*”, p. 127.

<sup>358</sup> *Idem*, p. 142.

toda ela fazia eco das razões que motivaram o assalto ao *Santa Maria*, bem como punha em relevo a situação política vivida em Portugal e Espanha. Relativamente à entrega do navio, o recém-eleito presidente do Brasil propôs que o *Santa Maria* fosse entregue ao Governo brasileiro e não directamente a Portugal, solução altamente vexatória para Salazar, mas que naturalmente foi bem aceite por Henrique Galvão.<sup>359</sup> Para esse fim, o presidente Quadros enviou a bordo um conjunto de personalidades constituído pelo almirante Dias Fernandes, comandante do 3º Distrito Naval; o Capitão-de-fragata fuzileiro naval Aristides, representante do Ministro da Marinha Jorge Matoso Maia; o Dr. Dário Castro Alves, em representação do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Pelópidas Silveira, governador interino de Pernambuco.<sup>360</sup> Relativamente ao encontro, José Freire Antunes refere que “*a missão foi instruída para tratar pessoalmente Galvão com muita dignidade, de modo que ele não se sentisse um pirata e pudesse reconfortar-se com a simpatia de Quadros*”.<sup>361</sup> É de admitir que o Dr. Álvaro Lins, antigo embaixador do Brasil em Lisboa, também tivesse colaborado neste assunto, “*pois que esteve a bordo talvez duas vezes, uma das quais ao mesmo tempo que o general Humberto Delgado. O Diário de Pernambuco, de 4 de Fevereiro, publica uma fotografia do Dr. Álvaro Lins a bordo do paquete*”.<sup>362</sup>

Ainda no dia 1 de Fevereiro, o general Humberto Delgado foi também a bordo do *Santa Maria*, “*viajando num barco de pesca alugado pelos repórteres da TIME e da LIFE*”,<sup>363</sup> onde se encontrou com o capitão Henrique Galvão, “*não deixando de transparecer uma certa fricção entre os dois pela disputa da tutela da oposição ao regime de Lisboa*”.<sup>364</sup> Como já foi referido, o general Delgado procurou desde o início da “Operação Dulcineia” capitalizar o protagonismo e a responsabilidade do facto. José Freire Antunes salienta que “*o general assumiu o porte de um chefe supremo que passa revista às tropas, quando na verdade tinha sido em grande parte alheio à operação Dulcineia. Galvão teve que apaziguar a ira de Jorge Sottomayor e outros espanhóis que pretendiam, conta (Camilo) Mortágua, deitar Delgado ao mar.*”<sup>365</sup>

<sup>359</sup> Fernando Rosas, “*História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974)*”, Vol. VII, p. 533.

<sup>360</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 261.

<sup>361</sup> José Freire Antunes, “*Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*”, p. 139.

<sup>362</sup> José Mexia Salema, “*O Assalto ao paquete Santa Maria*”, Vol. CXI, p.41.

<sup>363</sup> *Idem*, p. 142.

<sup>364</sup> General Silva Cardoso, “*Angola – Anatomia de uma tragédia*”, p. 77.

<sup>365</sup> José Freire Antunes, “*Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*”, p. 142.

De acordo com o depoimento de Hernan Muñoz Garrido, no dia anterior à investidura do presidente do Brasil um jovem tinha tentado assassinar o general Humberto Delgado, que estava alojado no *Florida Hotel*, no Rio de Janeiro. Foi descoberto e preso a tempo pela polícia, tendo sido identificado como Emanuel Dias, português, de 21 anos.<sup>366</sup>

Durante o assalto e até dia 1 de Fevereiro, o ministro da Defesa, Botelho Moniz, e as chefias das Forças Armadas mantiveram aquilo que o embaixador norte-americano Elbrick designou por “um discreto silêncio”, eventualmente revelador de um crescente descontentamento militar para com o regime. Entretanto, em Lisboa o silêncio que a hierarquia militar vinha mantendo sobre o caso *Santa Maria* foi finalmente quebrado a 1 de Fevereiro. O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas convoca então os três adidos militares norte-americanos junto da Embaixada norte-americana em Lisboa, coronel Chester F. Allen, capitão-de-fragata Richard W. Arey e tenente-coronel William G. Wade, dizendo-lhes que a situação vivida em Portugal e nos territórios africanos era de completa normalidade e que dentro das Forças Armadas não se manifestava qualquer tipo de apoio a Delgado e a Galvão, embora admitisse a existência de alguma oposição ao Regime. Afirmou ainda que o país estava sob controlo, enfatizando a amizade que existia entre Portugal e os Estados Unidos.<sup>367</sup>

Do Comando-chefe em Angola para a DEFNAC, foi no dia 1 emitida uma mensagem do seguinte teor: “*Virtude rádio MEC 68/61 fornecida a S. Tomé 72 cunhetes 7,9 MP, 36 cunhetes 7,9 espingardas e 10 cunhetes 9 mm não sendo enviadas restantes munições por não existirem. Como níveis munições anteriores esta situação considerados abaixo mínimo indispensável, volto a insistir fornecimento imediato munições requisitadas há mais de 6 meses*”.<sup>368</sup>

No mesmo dia, pelas 15h15, o Comando militar em Cabo Verde enviou uma mensagem ao Estado-Maior da Armada, informando que tinha sido “*recebida bordo informação seguinte comunicação do vapor polaco NSOMSKI/SPPK para a estação de Olinda Pernambuco/PPO: PSE inform CSAL that SPH/Gdynia Zadiu has QTC for captain Galvão Santa Maria*”

<sup>366</sup> Hernan Muñoz Garrido, “*Alô, Alô...Santa Maria Chamando*”, p. 109.

<sup>367</sup> José Freire Antunes, “*Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*”, p. 143.

<sup>368</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”, msg. n.º de série MRC 347/61, n.º de origem 2690, com a classificação de segurança de “Secreto”.

*SPH 16398, 12826 KCS at 0500 GMT PSE inform CSAL. Here M/SOMSKI/SPPK Polish ship from ilhéus BND Hamevrg.”*<sup>369</sup>

No dia 2, pelas 00H20, o Estado-Maior da Armada envia uma mensagem aos Comandos militares de Cabo Verde, de Angola, dos Açores, de Moçambique, e aos comandantes dos navios *Pêro Escobar, Nuno Tristão, Diogo Cão, Lima e S. Tomé*, dando conta de que o *Santa Maria* continuava ao largo do Recife e que prosseguiam as negociações com as autoridades brasileiras para o desembarque dos passageiros e reabastecimento do navio. Mais informava que a Fragata *Corte Real* tinha largado de Lisboa no dia 1, pelas 21h30. Informava ainda qual a situação das aeronaves portuguesas envolvidas, referindo que continuavam três *Neptune* e três *Super-Constellation* na ilha do Sal, e dois *Harpoon* em Bissau. Referia ainda que se mantinha sem alteração a situação dos navios espanhóis e britânico, bem como das aeronaves americanas.<sup>370</sup>

O CEMGFA elabora e envia um Ofício ao CEMFA, general Freitas, via Secretariado-Geral da Defesa Nacional – 1ª Repartição, com as seguintes instruções, aprovadas pelo Ministro da Defesa: (ver Anexo 14).

Ainda nesse dia 2, pelas 03H15, o CEMFA transmite através de mensagem ao Comandante do Destacamento da Força Aérea na Ilha do Sal, em Cabo Verde, as instruções sobre o modo de agir, de acordo com as indicações anteriormente recebidas.<sup>371</sup>

No mesmo dia, o CEMGFA dá as seguintes instruções ao CEMFA, que as encaminha de imediato para o comandante do Destacamento da FAP na Ilha do Sal: *“Informo por ordem CEMFARMadas instruções rádio 020315Z só tem aplicação estando Santa Maria sem passageiros. Caso contrário, aguarde outras ordens dadas mesma entidade. Nota: Transmitido telefonicamente ao Com. BA-6 às 021015Z, com a indicação de que esta mensagem deve ser cifrada”*.<sup>372</sup>

Ainda no mesmo dia 2, pelas 12h52, foi enviada pelo Estado-Maior da Armada aos Comandos militares de Angola, de Moçambique, de Cabo Verde e aos Comandantes dos navios envolvidos, uma mensagem informando que o *Santa Maria* se encontrava a quatro

<sup>369</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”, msg. n.º MRC 363/61, n.º de origem 056, com a classificação de segurança de “Secreto”.

<sup>370</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”, msg. n.º MRC 359/61, n.º de origem 084, com classificação de segurança “Secreto”.

<sup>371</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”, mensagem com o n.º de origem NA/373/FEB e a classificação de segurança “Confidencial”.

<sup>372</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”.

milhas do Recife, continuando as negociações com as autoridades brasileiras com vista ao desembarque dos passageiros e ao reabastecimento do navio. Dava ainda conta de que os navios *Pêro Escobar*, *Lima* e *Diogo Cão* se encontravam em Cabo Verde. Também com destino a Cabo Verde seguia o navio *Nuno Tristão*. Referia ainda que o navio *Pedro Nunes* se encontrava na Guiné e o petroleiro *São Brás* aprontava-se para partir nessa noite.<sup>373</sup>

O *Santa Maria* atraca então no Recife nessa quarta-feira, dia 2 de Fevereiro. Como realça Pedro Ferreira, “*havia sido o corolário das longas conversações mantidas na manhã de 31 de Janeiro (durante cerca de três horas), a bordo do Santa Maria (em águas internacionais, 50 milhas ao largo da costa do Recife), entre Henrique Galvão e o contra-almirante Allen E. Smith, em representação da US Navy e do Governo dos EUA*”.<sup>374</sup>

O Comandante naval brasileiro entrou então a bordo com uma força de fuzileiros, tomando posse administrativa do navio.

Segundo o testemunho de Hernan Muñoz Garrido, na presença de jornalistas e fotógrafos nacionais e internacionais, depois da cerimónia de passagem de comando do *Santa Maria* do capitão Galvão para o capitão-de-corveta Thales, os revolucionários em coluna de um, dirigiram-se ao salão nobre onde, na presença dos jornalistas, foram depositando as suas armas sobre um sofá, as quais consistiam de algumas metralhadoras, espingardas, pistolas, revólveres, facas e facões. Em seguida, desceram, e dirigiram-se para uma embarcação portuária que os levou para o cais.<sup>375</sup> Os acontecimentos ficaram devidamente gravados em imagens fotográficas e de vídeo, como refere Gabriela Saidon, realçando que “*o fotógrafo brasileiro Manuel Ferrol fez a reportagem de desembarque dos passageiros e a repórter espanhola Maribel Outeriño entrevistou o comandante Sottomayor. O passageiro Luís Noya filmou em Super 8 as imagens do sequestro e as negociações a bordo do Santa Maria com o contra-almirante Smith*”.<sup>376</sup>

No dia 3 de Fevereiro, pelas 00h43, o Estado-Maior da Armada envia uma nova mensagem aos Comandos militares de Angola, de Moçambique, de Cabo Verde e aos Comandantes dos navios envolvidos, informando que o pacote *Santa Maria* se encontrava fundeado no Recife,

<sup>373</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”, msg. n.º MRC 377/61, n.º de origem 086 e com a classificação de segurança de “Secreto”.

<sup>374</sup> Pedro Manuel Ferreira, “*Santa Maria, a Força Aérea na caça ao Pacote rebelde*”, p.21.

<sup>375</sup> Hernan Muñoz Garrido, “*Alô, Alô...Santa Maria Chamando*”, p. 139.

<sup>376</sup> Jornal diário *Clarín*, artigo da autoria de Gabriela Saidon, 2004, Arquivo do MNE/PAE/Armário de Ferro/Pasta 6-A.



tendo desembarcado todos os passageiros.<sup>377</sup> Antes disso, porém, refere Henrique Galvão que “*numa cerimónia bem-humorada carimbámos os passaportes dos passageiros espanhóis e portugueses com um visto especial comemorativo que leva a minha assinatura e o selo do Conselho Nacional Independente de Libertação. Fazemos isto sem qualquer formalidade, mas sabemos que fará irritar certamente os funcionários de Salazar*”.<sup>378</sup>

Entretanto, prosseguiram as acções aéreas centradas na ilha do Sal, em Cabo Verde pois não estava posta de parte a hipótese de o *Santa Maria* prosseguir viagem. De acordo com o comandante do destacamento aéreo, Ferrer Caeiro, a perspectiva de o *Santa Maria* largar do Recife e prosseguir a sua rota em direcção a África, para S. Tomé ou Angola, fez com que a noite de 3 de Fevereiro fosse de grande azáfama, na preparação da transferência de parte das forças estacionadas na Ilha do Sal para o arquipélago de S. Tomé.<sup>379</sup>

O navio tinha entretanto passado a ser propriedade do Estado brasileiro. Mas o presidente Jânio Quadros<sup>380</sup> que, menos de sete meses depois viria a renunciar ao mandato e a atirar o país para uma grave crise política, assinou um decreto mandando entregar o navio às autoridades portuguesas e concedendo asilo político aos assaltantes. Assim, foi realizada a bordo uma cerimónia em que foi lavrado e assinado por diplomatas brasileiros e portugueses um termo de transferência do pacote para a jurisdição portuguesa. O então adido militar naval em Brasília recebeu oficialmente o navio e procedeu à sua entrega ao representante do armador.<sup>381</sup>

O navio é depois ocupado por elementos da Legião Portuguesa armados, enviados de propósito para o Brasil e cuja missão era também a de proteger o navio *Vera Cruz*. “*O coronel Joaquim Luz Cunha foi responsável por essa operação secreta, sendo o grupo chefiado por José Manuel Salgado*”.<sup>382</sup>

Foi então que, na manhã de 4 de Fevereiro, chegou a Cabo Verde a notícia de que o pacote *Santa Maria* ia ser entregue às autoridades portuguesas. Foram, assim, dadas por terminadas as acções aéreas a partir de Cabo Verde, tendo os intervenientes abandonado

<sup>377</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea, Pasta “Assalto ao Santa Maria”, nº MRC 375/61, nº de origem 586, com a classificação de segurança de “Secreto”.

<sup>378</sup> Henrique Galvão, “*O Assalto ao Santa Maria*”, p. 244.

<sup>379</sup> “*Operação Santa Maria, Sal-1961*”, depoimento do Vice-Almirante (Ref.) Francisco Ferrer Caeiro, (ver Anexo 8).

<sup>380</sup> Jânio da Silva Quadros, advogado. Nascido a 25 de Janeiro de 1917, em Campo Grande, no então Estado do Mato Grosso (hoje capital do Mato Grosso do Sul). Filho de Gabriel Quadros e de Leonor da Silva Quadros. Falecido a 16 de Fevereiro de 1992, em S. Paulo, após sofrer três derrames cerebrais. Presidente do Brasil de 31/01/1961 a 25/08/1961.

<sup>381</sup> Revista Marítima Brasileira, Janeiro a Março de 2001, SDM, Rio de Janeiro.

<sup>382</sup> José Freire Antunes, “*Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*”, p. 140.

a ilha do Sal no dia 5, “*tendo o voo (de regresso) demorado oito horas, sendo uma de noite*”, segundo o testemunho de Eugénio Matos Ferreira.<sup>383</sup> Os aviões americanos regressaram (à Base de Rota, em Espanha) nesse dia de manhã e os portugueses à Base do Montijo, durante a tarde. Segundo o testemunho de Muñoz Garrido, no total intervieram na “Operação Galvanex” onze navios de guerra e cerca de 1.500 homens.<sup>384</sup>

Havendo a hipótese de o navio “levantar ferro” e rumar a África, muitos repórteres estrangeiros dirigiram-se então para Luanda para aguardar a chegada do navio e relatar os acontecimentos. Eventualmente, aproveitando o facto da presença dos repórteres na capital angolana, a 4 de Fevereiro de 1961 teve início a rebelião desencadeada pelo MPLA (*Movimento Popular para a Libertação de Angola*) em Luanda, com os ataques à Casa de Reclusão Militar, ao Quartel da Companhia Móvel da Polícia de Segurança Pública e à Cadeia Civil de Luanda, com o objectivo de libertar os presos políticos, tendo assim início uma série de acontecimentos trágicos que marcaram a sublevação contra o regime colonial português. No entender do historiador Prof. Luís Nuno Rodrigues, “*na sequência destes acontecimentos assistiu-se a uma tentativa, por parte das autoridades portuguesas, de associar os acontecimentos de 4 de Fevereiro ao episódio do assalto ao Santa Maria e a uma hipotética conspiração comunista internacional contra Portugal e os territórios ultramarinos*”<sup>385</sup>. No mês seguinte, a 15 de Março, a UPA (União dos Povos de Angola), que mais tarde assumiria a sigla FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), inicia também um conjunto de violentos ataques no norte do território, cometendo atrocidades sobretudo contra as populações “brancas”.

Já em Janeiro desse ano os cultivadores de algodão da Baixa do Cassange se tinham revoltado contra as condições de trabalho a que estavam sujeitos, tendo sido duramente reprimidos pelas autoridades. No entanto, outros levantamentos contra o colonialismo já tinham acontecido, sendo dos mais marcantes o levantamento dos trabalhadores das Roças de S. Tomé, em 1953; a agitação dos “contratados” do Norte de Angola e a greve dos estivadores do porto de Lourenço Marques, em 1956, bem como o protesto dos estivadores do porto de Bissau, em 1959, que teve uma reacção tão dura por parte das autoridades que ficou conhecida como o “massacre de Pidjiguiti”. Mas estes acontecimentos, apesar da sua relevância local, foram devidamente “abafados” pelas autoridades portuguesas, não tendo tido

<sup>383</sup> Depoimento de Eugénio Matos Ferreira na carta que enviou, a 15 de Setembro de 2004, a Pedro M. Ferreira. Asservo particular

<sup>384</sup> Hernan Muñoz Garrido, “*Alô, Alô...Santa Maria Chamando*”, p. 89.

<sup>385</sup> Luís Nuno Rodrigues, “*Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*”, p. 76.

impacto a nível nacional e muito menos internacional, não merecendo por isso e por parte do regime um enquadramento de excepção, como o que as revoltas seguintes viriam a impor. Os movimentos de 1961 na Baixa do Cassange e em Luanda tiveram no entanto uma qualidade distinta já que assinalaram a entrada em cena dos movimentos independentistas, através de acções concertadas e em larga escala, obrigando o regime a decretar a mobilização nacional e a enfrentar a crise, tendo como consequência a internacionalização do “problema colonial português”.

A 5 de Fevereiro os passageiros do *Santa Maria* foram então transferidos para o navio mercante *Vera Cruz*, chegando a Lisboa a 14 do mesmo mês, após ter feito escala em Tenerife - Ilhas Canárias e no Funchal - Madeira. Por sua vez o *Santa Maria* largou do Recife a 7 de Fevereiro, entrando engalanado no Tejo no dia 16 e atracando no cais da Rocha do Conde de Óbidos, em Alcântara, onde tinha uma grande multidão à sua espera. Aí compareceu também Salazar, que proferiu na altura a conhecida expressão: “*Obrigado, portugueses, o Santa Maria está connosco*”.

Após o desembarque, todos os elementos do “comando” revolucionário, a que se juntaram cinco outros tripulantes do *Santa Maria*,<sup>386</sup> ficaram alojados durante algum tempo nos quartelamentos da Polícia Militar brasileira. Mas, ainda em Fevereiro de 1961, Galvão com os restantes elementos seguiram para a cidade de S. Paulo. Aí conseguiram reunir algum apoio financeiro de simpatizantes da causa, portugueses e brasileiros. Com esse dinheiro, alugou uma quinta perto de Campinas, destinada à prática de treino militar.<sup>387</sup> Posteriormente Henrique Galvão fixou residência em Belo Horizonte, capital do Estado de Minas-Gerais.<sup>388</sup> Passados uns meses, cansados da inactividade e do clima de desconfiança criado, a maioria dos intervenientes no sequestro do *Santa Maria* regressou à Venezuela, para prosseguir as suas actividades revolucionárias, como é constatado no documento proveniente da Embaixada portuguesa em Caracas – Venezuela, apresentado em Anexo 15.

<sup>386</sup> José Prudêncio Tinoco, português, de 23 anos, solteiro, criado de mesa, filho de José Prudêncio Tinoco e de Isabel da Conceição Prudêncio, residente em Lisboa; Hermegénio António Borges da Silva, português, de 25 anos, solteiro, criado de mesa, filho de João Pereira da Silva e de Cremilda Borges da Silva, com residência em Lisboa; Joaquim Andrade Gonçalves, português, de 37 anos, electricista, filho de António Gonçalves e de Maria Andrade Gonçalves, com residência em Lisboa; Joaquim de Almeida Tempero, português, de 33 anos, solteiro, marinheiro, filho de Faustino Tempero e de Carolina de Almeida, residente em Lisboa; Victor Manuel Figueira Dias Algarves, português, de 18 anos, solteiro, filho de Gilberto Dias Algarves e de Irene Messias Figueira, com residência em Lisboa. Fonte: Arquivo Histórico-Diplomático do MNE / PAE / Arm. de Ferro / Proc. n.º 358,1, de 1961/62 – Pedido de extradição de Henrique Galvão e outros.

<sup>387</sup> Dawn Linda Raby, “*O DRIL (1959-61). Experiência única na oposição ao Estado Novo*”, p. 75.

<sup>388</sup> Adriano Miranda Lima, “*Henrique Galvão e Cabo Verde*”

O Governo brasileiro, por intermédio do seu Embaixador em Lisboa, Francisco Negrão de Lima, comunica então oficialmente ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Oliveira Salazar, a decisão do Brasil não extraditar o capitão Henrique Galvão. Esta decisão do governo brasileiro, bem como a falta de apoio internacional demonstrado durante o episódio do sequestro do *Santa Maria*, causaram uma enorme perplexidade e surpresa no seio do regime.<sup>389</sup> O caso *Santa Maria* evidenciou, assim, o isolamento a que Portugal tinha sido votado, bem como se tinha tornado incómodo para com os seus tradicionais aliados, com a recusa do primeiro-ministro inglês MacMillan em apoiar o governo de Lisboa, a cumplicidade de Quadros em relação a Galvão, o afastamento político da França e da Holanda e, sobretudo, a posição assumida pelo presidente dos Estados Unidos John Kennedy”.<sup>390</sup>

O general Humberto Delgado manteve sempre com algumas dúvidas em relação aos planos de Henrique Galvão para a “Operação Dulcinea”. Segundo ele, o projecto de Galvão relativamente a Angola teria necessariamente que passar sempre pelo levantamento da população “branca”, pois este nunca tinha dado a conhecer qualquer ideia contemplando a independência imediata de Angola ou das outras colónias, não tendo por isso o apoio dos naturais.<sup>391</sup> Nas suas *Memórias*, o general refere que a 18 de Janeiro de 1961, portanto dois ou três dias antes do desencadear da “Operação Dulcinea”, Galvão lhe tinha comunicado que, caso Franco desse ordem para o envio de um navio de guerra para as ilhas de Fernando Pó, a operação de invasão de Angola tornar-se-ia impraticável e então o melhor seria “fazer uma série de incursões em S. Tomé e Angola” e depois pedir asilo político no Brasil.<sup>392</sup>

Entretanto o governo português, através de uma Nota oficiosa publicada nos jornais de 5 de Fevereiro, apresenta publicamente a versão oficial da situação (ver Anexo 16).

Quanto ao destino do pacote *Santa Maria*, o articulista Manuel Santaclara refere que, em Março de 1961, o navio voltou a efectuar regularmente a carreira da América Central, incluindo cruzeiros de fim de ano à Madeira e cruzeiros nas Caraíbas. Porém, “em 1973, no dia 16 de Abril, o *Santa Maria* largava de Lisboa para mais uma viagem à Venezuela e Florida, quando a meio do rio Tejo se deu uma avaria na máquina, obrigando o navio a acostar novamente ao cais e a cancelar a viagem. Foi transferido para o Mar da Palha onde permaneceu algum tempo. A política marítima portuguesa era um verdadeiro desastre, sem

---

<sup>389</sup> Fernando Rosas, “*História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974)*”, vol. VII, p. 533.

<sup>390</sup> *Idem*, p. 534.

<sup>391</sup> Dawn Linda Raby, “*O DRIL (1959-61). Experiência única na oposição ao Estado Novo*”, p. 72.

<sup>392</sup> *Idem*, p. 73.

*antevisão do futuro para o aproveitamento dos paquetes para a indústria dos cruzeiros, que cada vez mais crescia. E foi assim que o governo autorizou a venda deste excelente navio, com apenas 19 anos, para a sucata. Era um navio de prestígio e encontrava-se em excelentes condições e, na sua última viagem a 1 de Junho de 1973, a caminho da Formosa (China), seguiu como cargueiro e rebocador desde Lourenço Marques a Port Louis (Ilhas Maurícias), levando para a sucata o navio costeiro Nampula, pertencente também à CNN. Tal como o Vera Cruz, ambos foram comprados pelo sucateiro Yuta Steel & Irons Works Co. Ltd. O Santa Maria chegou a Kaoshiung (na Formosa) no dia 19 de Julho de 1973”.*<sup>393</sup>

---

<sup>393</sup> Manuel Albergaria Santaclara, “*Santa Maria, a Senhora rebelde*”, in Revista VEGA.

## **CAPÍTULO 5 – REPERCUSSÕES POLÍTICAS E SOCIAIS**

Feita a abordagem ao modo como se desenrolou a acção de sequestro do paquete *Santa Maria*, bem como de ter procurado perceber melhor as verdadeiras razões que nortearam o desencadear e o desenvolvimento da acção, tentarei evidenciar que repercussões teve esse episódio para Salazar e para o Regime.

Os intervenientes no assalto ao paquete *Santa Maria* foram julgados à revelia por um tribunal de Lisboa, presidido pelo juiz António de Oliveira Moura. O representante do delegado do Ministério Público era o advogado Serafim Fernandes das Neves, sendo a defesa assegurada pelo advogado Mário Reis (ver o acórdão do tribunal no Anexo 17).

No que respeita à resistência civil ao regime salazarista, Freire Antunes é de opinião de que “*o formidável desafio de Galvão e Delgado não provocou qualquer dinâmica oposicionista. O PCP hostilizava Galvão e os seus métodos de acção directa; e o núcleo da Maçonaria, agora agrupado na chamada Terceira Força, aproveitou mesmo para se demarcar de Galvão. (...) Antes que se criassem equívocos, a Terceira Força informou a embaixada americana da sua distanciação relativamente aos captores do Santa Maria, como Elbrick relatou (...)*”.<sup>394</sup>

Com o início do conflito armado em Angola, em 1961, alargou-se a oposição popular em relação à situação de guerra e iniciou uma cada vez maior contestação ao Regime. Mas apesar das resistências que surgiam das mais diversas procedências, a posição oficial do governo mantinha-se inalterável: o *Estado Novo* recusava a hipótese da democratização do país e a possibilidade de rever a situação das colónias, e era isso que era transmitido pelos meios de comunicação social e pela propaganda estatal. Não vendo qualquer hipótese de abertura, a oposição e os movimentos de libertação radicalizaram-se, organizando acções cada vez mais violentas, mesmo de índole terrorista.

Em termos concretos, o assalto ao Pacote *Santa Maria* representou um dos mais duros golpes sofridos pelo regime salazarista, do qual possivelmente nunca mais se recompôs. Teve também um efeito de “espoleta” relativamente às actividades que vinham sendo desenvolvidas pelos sectores mais activos da oposição ao Regime. Na opinião de Henrique Galvão, “*a Operação Dulcineia (...), foi apenas uma batalha ganha, mas não decisiva,*

<sup>394</sup> José Freire Antunes, “*Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*”, p. 139.

*das hostilidades abertas contra o regime tirânico que há mais de trinta anos escraviza o povo português*”.<sup>395</sup>

Começam assim a surgir em Portugal, a partir dos inícios da década de 1960, novos movimentos sociopolíticos, que irão contribuir para diversificar e intensificar a luta contra o Regime. Os seus aderentes são normalmente jovens universitários de vários quadrantes políticos, desde católicos até militantes da extrema-esquerda.

Relativamente à situação vivida nas Forças Armadas, Franco Nogueira regista um agravamento do mal-estar que já se vinha verificando no seio do Exército, mas refere que a Marinha e a Força Aérea se mantinham à parte da situação. *Na opinião de Franco Nogueira, “crescem os grupos, os encontros, as discussões entre oficiais. Aprofundam-se contactos entre Craveiro Lopes e o Ministro da Defesa Botelho Moniz*”.<sup>396</sup>

A 13 de Abril de 1961 dá-se o designado *golpe-de-Estado* de Botelho Moniz, em que este, com o apoio de outros Oficiais das Forças Armadas, incluindo o do ex-presidente Craveiro Lopes, tentam o derrube da ditadura de forma não-violenta, acção que não correu como planeado, essencialmente pela inépcia dos conspiradores e a lealdade do presidente Américo Tomás para com Salazar.

No mês de Agosto, na Guiné, o PAIGC proclamava a passagem à insurreição armada.

A 10 de Novembro de 1961, um avião quadrimotor da TAP vindo de Casablanca – Marrocos para Lisboa, foi desviado por um *comando* liderado pelo activista Hermínio da Palma Inácio, e utilizado como meio de difusão, por várias cidades do País, de milhares de panfletos contendo mensagens anti-regime e alertando para as condições políticas em que iriam decorrer as próximas eleições legislativas. Constituindo-se, assim, como o primeiro exemplo de pirataria aérea por motivos políticos. Esta acção constituiu mais um duro golpe para Salazar e para o regime.

De 31 de Dezembro de 1961 para 01 de Janeiro de 1962 verificou-se a chamada “revolta de Beja”, com o assalto de um grupo de revolucionários liderados pelo capitão Varela Gomes e pelo militante socialista Manuel Serra, ao Quartel de Infantaria 3 daquela cidade, “*em total independência com a hierarquia militar*”.<sup>397</sup> Participam ainda o major Francisco Vasconcelos Pestana, filho do antigo ministro da 1ª República Pestana Júnior, o capitão Pedroso Marques

<sup>395</sup> Henrique Galvão, “*Da minha luta contra o salazarismo e o comunismo em Portugal*”, p. 53

<sup>396</sup> Franco Nogueira, “*História de Portugal 1933-74*”, p. 112.

<sup>397</sup> Susana Martins, “*Socialistas na oposição ao Estado Novo – Um estudo sobre o movimento socialista português de 1926 a 1974*”, p. 76 (em nota de rodapé).

e o tenente Brissos de Carvalho, bem como o civil Fernando Piteira Santos. O seu objectivo era conseguir uma grande quantidade de armas para distribuir pelos operacionais civis.

Verifica-se, assim, que os oito primeiros anos da década de 50 foram o período de maior estabilidade política e social do *Estado Novo* e os que se seguiram, após as eleições de 1958 (mas sobretudo o ano de 1961), mais não foram que uma progressiva deterioração da situação política vigente. Na opinião de Dawn Linda Raby “ (...) *o assalto ao navio português ao largo da costa da Venezuela, em 22 de Janeiro de 1961, e a sua odisseia de treze dias pelo Atlântico Sul antes de se render à autoridades brasileiras no Recife, fez mais para atrair a atenção internacional sobre a resistência portuguesa do que qualquer outro facto ocorrido nos últimos anos. O seu impacte em Portugal é mais discutível, mas sem dúvida que contribuiu para manter vivo o espírito de militância e combatividade desenvolvido a partir das eleições de 1958*”.<sup>398</sup>

O ex-presidente da República Mário Soares, na altura um opositor militando na área socialista, é da mesma opinião considerando também que o assalto e o desvio do *Santa Maria* “ (...) *foi a maior operação publicitária de desmascaramento do regime ditatorial que jamais se fez a nível internacional. Foi nessa época um acontecimento insólito, audacioso, que apaixonou a opinião pública mundial (...)*”.<sup>399</sup>

Dawn Linda Raby considera ainda que a aventura do DRIL foi única na história das oposições antitotalitárias, de que a “Operação Dulcineia” foi um paradigma. Nesse sentido, constituiu um precedente para o desencadear de acções posteriores, como as já referidas.<sup>400</sup>

Para James Duffy, um académico americano, a aventura da “Operação Dulcineia” constituiu-se como “*o simbólico princípio do fim da presença de Portugal em África*”.<sup>401</sup>

Relativamente à acção propriamente dita, curiosamente, ou talvez não, refere Ferrer Caetano que “*não existe, nem nunca existiu, em qualquer arquivo oficial, a mais simples alusão ao que se passou no âmbito da citada operação (...). Tendo intervindo nela muitos meios em pessoal e material, aparecem nos registos referentes a um e outro rastros marginais ligados à própria operação, mas nem a vinculação a esta nem a sua identificação como tal permitirão*

<sup>398</sup> Dawn Linda Raby, “*A resistência anti-fascista em Portugal: comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974*”, p. 229-230.

<sup>399</sup> Maria João Avilez, “*Soares – Ditadura e Revolução*”, p. 157.

<sup>400</sup> Dawn Linda Raby, “*O DRIL (1959-61). Experiência única na oposição ao Estado Novo*”, p. 82.

<sup>401</sup> James Duffy, “*Portugal in África*”, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1962, p. 214.



*alguma vez restabelecer a verdade histórica de um acontecimento que viveu para ser esquecido (...) dada a alta classificação de segurança dada ao assunto*”.<sup>402</sup> O regime manteve este assunto como “tabu” até à sua queda, situação que, de certa forma, ainda se mantém, dada a necessidade de solicitar a desclassificação das matérias com ele relacionadas.

---

<sup>402</sup> “Operação Santa Maria, Sal-1961”, depoimento do Vice-Almirante (Ref.) Francisco Ferrer Caeiro, p. 1.

## **CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES**

Com o exposto nos capítulos precedentes, procurei primeiramente dar uma panorâmica do período em estudo, analisando e relacionando os factos que se desenrolaram nesses anos em Portugal e a nível internacional, do âmbito da política interna portuguesa, históricos e sociológicos, relacionados com a instituição militar, enquadrados no universo da geopolítica e das RI, acontecimentos que se constituíram como factores motivadores para o desencadear da acção armada contra o Pacote *Santa Maria*.

Naturalmente a “Operação Dulcineia” constituiu o fulcro do meu trabalho. Mas sendo o capitão Henrique Galvão um dos mais destacados intervenientes no sequestro do pacote *Santa Maria*, e o mais conhecido, a sua figura foi devidamente realçada nas suas diversas facetas. Dada a classificação de segurança atribuída a estas matérias (“Secreto”) desde a altura dos acontecimentos (que ainda mantêm), deparei-me com algumas dificuldades principalmente no acesso e consulta de fontes guardadas em Arquivo. Inclusivamente para poder divulgar alguma da informação encontrada nos Arquivos militares, e que considero relevante para a compreensão da acção, tive que solicitar e obter previamente a desclassificação dos respectivos documentos. Não admira, assim, que este tema continue a ser um assunto “tabu”, pouco estudado e divulgado.

Através da informação que consegui recolher, procurei mostrar factualmente como e em que circunstâncias foi preparado e se desenrolou o assalto ao navio, as entidades intervenientes e os meios bélicos utilizados, bem como procurar compreender melhor o desencadear de uma acção revolucionária armada deste género, caso inédito de “pirataria” nos tempos modernos, com motivação totalmente de carácter político. Foram ainda analisadas as possíveis consequências políticas e sociais da acção, ao nível interno e externo.

Na Europa, após a IIª G. M., só Portugal e Espanha mantiveram implantados regimes totalitários. A fim de escaparem às perseguições a que eram sujeitos nesses países, os movimentos de oposição aos regimes salazarista e franquista entenderam abrir frentes de luta também no exterior, passando então a desenvolver as suas actividades junto dos refugiados e exilados políticos estabelecidos em países que lhes proporcionavam abrigo e apoio. Assim, integrando activistas portugueses e espanhóis, foi constituído em Caracas, na Venezuela, no mês de Fevereiro de 1960, o Directório Revolucionário Ibérico de Libertação – DRIL. Portugueses e espanhóis lutavam por objectivos políticos idênticos, mas não coincidentes.

Sendo Galvão (e Delgado) declaradamente anti-comunistas e liberais e os elementos espanhóis assumidamente marxistas, podemos afirmar que a formação do DRIL assentou desde logo num “casamento contra-natura”, com “divórcio” pré-anunciado, o que veio a acontecer muito rapidamente. Sucedeu poucos meses após o desembarque no Brasil, como iria verificar-se em território angolano, se a “Operação Dulcineia” tivesse decorrido conforme o planeado.

Da análise feita à acção desencadeada contra o pacote *Santa Maria*, podem-se retirar as seguintes conclusões:

A. O objectivo dos revolucionários ao sequestrarem o navio foi o de, primeiramente, conseguirem obter um meio de transporte para fazer chegar uma força armada ao continente africano onde, com o apoio de elementos locais, desencadeariam acções de carácter revolucionário visando a libertação dos territórios sob o domínio colonial, português e espanhol. Esses territórios constituir-se-iam como base, de onde iriam ser preparadas e desencadeadas acções armadas contra objectivos estratégicos sensíveis nos territórios de Portugal e Espanha. Realisticamente a probabilidade de êxito era reduzida e ainda mais reduzida era a possibilidade de conseguirem manter pela força das armas a posse dos territórios “libertados” (em virtude do número de elementos envolvidos, das características do seu treino militar e do armamento de que dispunham). Galvão, como militar profissional, estava bem ciente disso, razão pela qual acautelou previamente junto do presidente eleito do Brasil, Jânio Quadros, o acolhimento do navio e a concessão de asilo político aos activistas, após a realização das incursões. Porém, ao ter que quebrar o secretismo da operação logo nos primeiros dias de navegação e ao falhar o elemento essencial da surpresa, as acções bélicas estavam desde logo condenadas;

B. Ao sequestrar e conduzir um navio com centenas de turistas numa viagem forçada das Caraíbas até África, os activistas contavam com o efeito produzido pelo forte impacto mediático que uma acção desta natureza iria forçosamente provocar na opinião pública internacional. A ideia era aproveitar a oportunidade para procurar chamar a atenção dos “media” para a existência de regimes ditatoriais e colonialistas em Portugal e em Espanha, contrariando assim o que Salazar (e também Franco) tanto se tinham esforçado para que não acontecesse, ou seja, que se focassem as atenções internacionais na natureza dos seus regimes e na situação social e política vivida nas colónias. Este era o principal e o mais racional objectivo de Henrique Galvão. Tanto é assim que, após quebrar o secretismo da operação e

verificada a dificuldade em prosseguir com as acções bélicas, facilmente abdicou delas e optou decididamente por explorar a situação unicamente na sua vertente política;

C. No caso português a acção desencadeada teve ainda o mérito de evidenciar e deitar por terra muitos dos mitos que o Estado Novo procurava fazer passar para a opinião pública internacional, assentes numa ordem, paz e tranquilidade social que não correspondiam em absoluto à situação sociopolítica vivida no país, e muito menos nas colónias.

D. Internamente o episódio de sequestro do pacote *Santa Maria*, conjuntamente com o desencadear, dias depois, da guerra subversiva em Angola e do golpe-de-Estado de Botelho Moniz, constituíram um verdadeiro incentivo para o intensificar das actividades desenvolvidas pelos movimentos de oposição, que passaram a adoptar métodos bem mais espectaculares e radicais, com forte impacto mediático, procurando atingir “pontos sensíveis” do regime. Foi o caso, entre outros, do sequestro do avião da TAP (Operação Vago), em Novembro de 1961, para fazer passar mensagens antitotalitárias, do assalto ao Quartel de Beja para a obtenção de armas, no mês de Dezembro seguinte, bem como outros episódios que se desenrolaram nos anos subsequentes. A título de exemplo, o caso da Crise Académica de 1962, que mobilizou a juventude portuguesa para o activismo político, do assalto ao Banco de Portugal na Figueira da Foz (Operação Mondego), perpetrado em Maio de 1967, para obter fundos públicos a fim de financiar a luta revolucionária, episódios que se constituíram como o “princípio do fim” do Estado Novo, pois deles o regime nunca mais se recompôs até ao seu derrube, em Abril de 1974.

E. A nível internacional, evidenciou a total falta de apoio político de que dispunha Salazar e a sua política colonial, fragilizando a posição política do governo português no seu relacionamento internacional.

Acredito que muito mais matéria relacionada com o episódio de sequestro do Pacote *Santa Maria* haverá por descobrir e estudar, depositada em arquivos para além dos que tive oportunidade de consultar. O quase meio século passado sobre o episódio e o seu carácter secreto, bem como a consequente dificuldade em obter os contactos de intervenientes eventualmente ainda vivos, condicionaram em muito o acesso a outro tipo de informações. Outras limitações foram o tempo de que dispus e a disponibilidade profissional. Provavelmente as conclusões a que cheguei reflectem toda esta gama de limitações.

Espero, no entanto, que este trabalho possa servir de base para um estudo mais aprofundado deste assunto, que reputo de importante para uma melhor compreensão do período temporal abrangido no âmbito desta Tese.

## **CAPÍTULO 7 – FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### *FONTES*

#### 1. Arquivos

- Arquivo Histórico da Força Aérea
- Arquivo Histórico da Marinha
- Arquivo Histórico – Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Biblioteca Central da Marinha
- Biblioteca do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)
- Biblioteca-Museu República e Resistência
- Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo – Arquivo Oliveira Salazar

#### 2. Documentação Impressa

- Anais do Clube Militar Naval, Vol. CXI, Jan-Mar, “*O Assalto ao pacote Santa Maria*”, visto pelo Comandante Naval de Angola V/Alm. José Mexia Salema, 1981, p. 37-42, Lisboa.
- Carta da Organização das Nações Unidas.
- *Cuadernos de Historia Contemporânea*, 1999, número 21, ISSN: 0214-400-X. Artigo de Sonsoles Cabeza Sánchez-Albonoz intitulado: “*La oposición democrática a las dictaduras ibéricas (1940-1965)*”.
- *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 50, de 20-09-1975, p. 1446.
- “*Histórias com Asas – Memórias dos pilotos da TAP dos tempos do Hélice*”, Associação dos Pilotos Portugueses de Linha Aérea, Lisboa, 1989.
- *Jornal Expresso*, artigo de José Frota, “Pacote Santa Maria – 40 anos de sequestro”, 20 de Janeiro de 2001.
- *Jornal Portugal Livre*, Ano I, n.º 5 – Publicação do Movimento Nacional Independente.
- *Jornal do Comércio*, de 31 de Janeiro de 1961.
- *Jornal O Distrito de Portalegre*, Portalegre, 14 de Abril de 1988.
- *Mais Alto*, Revista da Força Aérea Portuguesa, Mar/Abr. 2003 e Nov./Dez 2004.

- *O Militante*, artigo de António Abreu: *Humberto Delgado e as eleições presidenciais de 1958*, n.º 236, Setembro/Outubro, Lisboa, 1998.
- Revista *História*, Abril/Maio, 2001.
- *Revista Alarma!*, n.º 152, México DF, 30 de Março de 1966, p. 20-23; 38.
- *Revista Análise Social*, Vol. XVIII (72-73-74), 1982 – 3º – 4º – 5º. Artigo de David L. Raby, “*O problema da unidade antifascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado, em 1958*”, p. 869-883.
- *Revista Análise Social*, Vol. XX (84), 1984-5º. Artigo de David L. Raby, “*O MUNAF, o PCP e o problema da estratégia revolucionária da Oposição, 1942-47*”, p. 687-699.
- *Revista História y Comunicación Social*, ISSN 1137-0734, de 10/2005, Universidad Complutense de Madrid.
- *Revista das Letras*, n.º 658, Galiza, Março de 2007.
- *Revista Marítima Brasileira*, Janeiro a Março de 2001, SDM, Rio de Janeiro.
- *Revista Penélope, Fazer e desfazer a História*, n.º 16, 1995.
- *Revista Vega*, Outubro/Novembro de 2001.
- *Revista Visão*, Suplemento à revista nº 580, *Especial 30 anos do 25 de Abril – Os dias da liberdade*, Abril de 2004.
- DUFFY, James, “*Portugal in África*”, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1962, p. 214.

### 3. Documentação manuscrita

- “Operação Santa Maria, Sal-1961”, depoimento do Vice-Almirante (Ref.) Francisco Ferrer Caeiro, Lisboa, datado de 7 de Maio de 1981, Arquivo Histórico da Força Aérea.
- Carta de Eugénio Matos Ferreira (radiotelegrafista e operador de sistemas ECM/contra-medidas electrónicas do avião P2V-5 N/C 4707), datada de 15 de Setembro de 2004, enviada da Figueira da Foz e dirigida ao Dr. Pedro Manuel Ferreira.

4. Fontes consultadas em formato electrónico, disponíveis na World Wide Web

- DOPICO Montse e Lopez, A. R., “*O Comandante Soutomaior*”, in [www.elcorreogallego.es/popImprimir.php?idWeb=2&idNoticia=139839](http://www.elcorreogallego.es/popImprimir.php?idWeb=2&idNoticia=139839)
- Artigo *Instruções para comandos do DRIL asilados no Brasil depois do sequestro do ‘SantaMaria’* in [www.galizacig.com/actualidade/200706/xmc\\_instrucoes\\_comandos\\_dril\\_asilados\\_brasil.htm](http://www.galizacig.com/actualidade/200706/xmc_instrucoes_comandos_dril_asilados_brasil.htm)
- Artigo com o título: “*The idiot parachutiste and brig rat...*”, de George Bitsoli, 27 de Novembro de 2005, extraído do Livro de Dominique Lapierre, “*A Thousand Suns*”, in [www.solantamity.com/Extraneous/Familygram5.htm](http://www.solantamity.com/Extraneous/Familygram5.htm)
- “*Familygram number 5 of our South Atlantic AMITY Cruise to South America and Africa*”, de J. E. Tingle, comandante do navio USS Gearing (DD-710), de 11 de Fevereiro de 1961, in [www.solantamity.com/Extraneous/Familygram5.htm](http://www.solantamity.com/Extraneous/Familygram5.htm).
- “*The Santa Maria Incident*”, in [www.solantamity.com/Solant/SantaMaria.html](http://www.solantamity.com/Solant/SantaMaria.html)
- Artigo sobre o Paquete *Santa Maria*, in <http://navios.no.sapo.pt/santam.html>
- “*Vivir en prol da liberdade*”, artigo do Conselho da Cultura Galega, in [www.culturagalega.org](http://www.culturagalega.org), 26 de Fevereiro de 2007.
- GUEDES, Maria Estela, opinião expressa no artigo sobre Henrique Galvão, in [http://triplov.com/zoo\\_ilogico/cats/index.html](http://triplov.com/zoo_ilogico/cats/index.html).
- GARCIA, Francisco Proença, “*O Terceiro Mundo, Bandung e as Conferências Pan-Africanas*”, in [www.triplov.com/miguel\\_garcia/guine/cap1\\_terceiro\\_mundo.htm](http://www.triplov.com/miguel_garcia/guine/cap1_terceiro_mundo.htm)
- LIMA, Adriano Miranda, “*Henrique Galvão e Cabo Verde*”, in <http://liberal.sapo.cv/noticia>
- CRESPO, Xurxo Martínez, “*O exílio republicano galego na Venezuela*”, Vigo, 27 de Novembro de 2003, [xurxomartinez@cantv.net](mailto:xurxomartinez@cantv.net).
- \_\_\_\_\_, “*Memorias do exilio, do desarraigo e da emigración, Acordo entre o DRIL e o Moviment D’Alliberament Nacional de Catalunya en Caracas*”, in A Coruña, 31 de Maio de 2007, [www.galizacig.com/actualidade/200705/xmc\\_acordo\\_dril\\_moviment\\_catalunya\\_caracas.htm](http://www.galizacig.com/actualidade/200705/xmc_acordo_dril_moviment_catalunya_caracas.htm)

*BIBLIOGRAFIA*

- ALÍPIO, Elsa Santos, *O processo negocial da adesão de Portugal à EFTA (1956-1960)*, dissertação de Mestrado em História dos séculos XIX/XX (secção século XX), Lisboa, 2001.
- ANTUNES, José Freire, *Os Americanos e Portugal (1961). Kennedy e Salazar: o leão e a raposa*, Difusão Cultural, Lisboa, 1991.
- AVILEZ, Maria João, *Soares – Ditadura e Revolução*, Público, Lisboa, 1996.
- BARRETO, António, MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. 7, Figueirinhas, Porto, 2000
- BAYÓN, Miguel, *Santa Liberdade*, Edições ASA, Porto, 2000.
- BETTENCOURT, Francisco, CHAUDHURI, Kirti (dir), *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 5. Último Império e Recentramento (1930-1998), Lisboa, Círculo de Leitores, 1999.
- CARDOSO, General Silva, *Angola – Anatomia de uma Tragédia*, Oficina do Livro, Lisboa, 2000.
- CASTELO, Cláudia, *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Edições Afrontamento, 1999.
- COUTO, Abel Cabral, *Elementos de Estratégia – Vol. I*, Lisboa, IAEM, 1988.
- CUNHA, Joaquim M. da Silva, *O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril*, Atlântida Editora, Coimbra, 1977.
- DELGADO, Iva, António Figueiredo. *Memórias de Humberto Delgado*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991.
- \_\_\_\_\_, Iva, *O General*, S.l., Lisboa, Círculo de Leitores, 1985.
- \_\_\_\_\_, Iva, Carlos Pacheco, Telmo Faria. *Humberto Delgado. As eleições de 1958*, Lisboa, Vega, 1998.
- DELGADO, Humberto. *A Tirania Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995.
- DIAS, Carlos Manuel Mendes, *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinamentos*, Lisboa, Prefácio Editora, 2005.



- FARIA, Telmo, *Debaixo de Fogo. Salazar e as Forças Armadas (1935-41)*, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.
- \_\_\_\_\_, *Quem tem a tropa...*, in Iva Delgado, António Figueiredo. *Memórias de Humberto Delgado*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991.
- FREIRE, José Galdes, *Resistência católica ao Salazarismo-Marcelismo*, Porto, Edições Telos, 1976.
- GALVÃO, Henrique, *O Assalto ao Santa Maria*, Coleção Compasso do Tempo, Edições Delfos, Águeda, Junho de 1974.
- \_\_\_\_\_, *Da minha luta contra o salazarismo e o comunismo em Portugal*, Lisboa, Edições Arcádia, (1ª Edição em Portugal) Abril de 1976. Publicado em São Paulo - Brasil, em 1965, pela Frente Anti-totalitária dos Portugueses Livres Exilados (F.A.P.L.E.).
- \_\_\_\_\_, *Carta aberta ao Dr. Salazar. Um documento inédito de Henrique Galvão*. Lisboa, Editora Arcádia, 1975.
- GARCIA, Francisco Proença, *Análise Global de uma Guerra. Moçambique 1964-1974*, Lisboa, Prefácio, 2003.
- GARRIDO, Hernan Muñoz, *Alô, Alô...Santa Maria Chamando*, Editora Mestre Jou, São Paulo.
- LAPIERRE, Dominique, *A Thousand Suns – Witness to History*, Nova York, Warner Books Inc, 2000.
- LÉONARD, Yves, *Salazarismo e Fascismo*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1996.
- MAGALHÃES, José Calvet, *Portugal e as Nações Unidas. A questão colonial (1955-1974)*, Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, 1996.
- MARTINS, Susana, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo. Um Estudo sobre o Movimento Socialista Português de 1926 a 1974*, Lisboa, Casa das Letras, 2005.
- MATTOSO, José (dir.), *“História de Portugal. O Estado Novo (1926-1974)”*, Vol. VII, Fernando Rosas (coord.), Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- MONTANIÁ, Javier, *Pirates de la libertat*, Barcelona, 1961.
- MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina, 2002.
- NOGUEIRA, Franco, *Salazar*, volume V, *O Ataque (1945-1958)*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1984.

- NOGUEIRA, Franco, *Salazar*, volume V, *A Resistência (1958-1964)*, Porto, Livraria Civilização Editora. 1988.
- \_\_\_\_\_, *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*, Porto, Editora Civilização, 1987.
- \_\_\_\_\_, *História de Portugal 1933-74*, II Suplemento, Porto, Livraria Civilização.
- PEREIRA, José Pacheco, Álvaro Cunhal. *Uma biografia Política. “Duarte”, o dirigente clandestino (1941-1949)*, Vol. 2, Lisboa, Temas e Debates, 2001.
- RABY, Dawn Linda, *A resistência anti-fascista em Portugal: comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar, 1941-1974*, Lisboa, Edições Salamandra, 1990.
- REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Vols. IV, V, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.
- RODRIGUES, Luís Nuno, *Marechal Costa Gomes, no centro da tempestade (Biografia)*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008.
- \_\_\_\_\_, *Salazar-Kennedy: a crise de uma aliança*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.
- RUSSEL, Henry Yosti, *Santa Maria Ahoy*, Editora Panorama, 2001.
- SANTOS, José Alberto Loureiro dos, *Incursões no domínio da estratégia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- SERRÃO, Joel, A. H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal - Portugal e o Estado Novo: (1930-1960)*, Fernando Rosas (coord.), Lisboa, Editorial Presença, 1990.
- \_\_\_\_\_, Joel e MARQUES, A. H. de (dir.), *Nova História de Portugal. Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa, Editorial Presença, 1992.
- STOCKER, Maria Manuel, *Xeque-mate a Goa*, Lisboa, Editora Temas e Debates, 2005.
- TELO, António José, *Guerras globais e grandes transições*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.
- \_\_\_\_\_, *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.

- THOMAZ, Américo, *Últimas Décadas de Portugal* – Vol. III, Lisboa, Edições Fernando Pereira, 1983.
- VALENÇA, Fernando. *As Forças Armadas e as Crises Nacionais. A Abrilada de 1961*, Lisboa, Edições Europa-América, 1981.
- ZEIGER, Henry A., *The Seizing of the Santa Maria*, New York, Popular Library, Inc., 1961.

## **ANEXOS**

### *ANEXO 1*

“As organizações políticas formam sempre, como se sabe, grupos ou movimentos contrários que se chamam a Oposição. Esta Oposição ou é um partido ou uma amálgama heterogénea de partidos-facções para quem pretende realmente mais a substituição dos homens que a reforma das ideias.

O odioso das oposições políticas consiste no facto, também histórico, de se servirem das ideias e até do ideal de salvação da Pátria, para agitarem, em pura paixão, por vezes contrária às próprias ideias, sentimentos e não ideias. São sistemáticas na condenação, e no ataque recusar-se-iam a reconhecer ou a enaltecer a acção mais louvável da organização a que se opõe, mesmo que tal facção fosse a própria salvação da Pátria. E assim o espírito oposicionista excede, de longe, o espírito patriótico. É das regras: a Oposição – qualquer Oposição – considera erro político reconhecer na organização oposta a menor virtude. Condenará sistematicamente o bom, o óptimo, o mau e o péssimo ... pura e simplesmente porque vem do outro lado.

A paixão, como excesso de sentimentos, (...) vai a ponto de levar elementos das oposições, por vezes toda a Oposição, a conluir-se com estrangeiros no estrangeiro, em busca de força ou da razão que lhes falta no interior. E assim, sangrando a Pátria, vão repetindo, apregoando, que têm o propósito de salvá-la.

Este é o traço fisionómico odioso das oposições, que se chamam a Oposição.

Mas em boa verdade, talvez não seja esta a Oposição mais perigosa e odiosa das organizações políticas que governam, mesmo quando é a mais nociva aos interesses superiores da Pátria. Há outra oposição, não declarada, mais viva e real como a primeira, que se introduz e manobra no próprio seio das organizações políticas e que as atacam de dentro para fora. Enquanto a Oposição declarada, como etiqueta e cartaz, é como o garoto que ronda a árvore onde o fruto amadurece, a outra é a lagarta que, introduzida no próprio fruto, o ameaça de podridão. Pertencem a esta oposição todos aqueles que, dentro de uma organização política, por falta de carácter ou sentimento egoísta das conveniências pessoais, a desviam dos seus princípios, embora servindo-se do extracto retórico dos seus princípios. Todos aqueles que exploram em proveito pessoal as situações públicas em que se colocaram.

Todos aqueles que abusam do Poder só porque o detêm. E também os conformistas com o erro, os acomodatícios às oportunidades, os louvaminheiros sistemáticos, os idólatras de Deus e do diabo, os que só se servem, onde só devem servir.

Oposição perigosa e odiosa, não só porque como a Oposição declarada, também cultiva as atitudes sistemáticas aplaudindo o péssimo como a outra condena o ótimo, favorecendo o mau como a outra persegue o bom, mas também porque é o elemento activo de corrupção dos princípios que se desejariam impor-se e das ideias que desejariam vingar. Oposição contra os homens de boa vontade e que, consciente ou inconscientemente, é a melhor colaboradora das oposições declaradas com etiqueta e cartaz”.<sup>403</sup>

---

<sup>403</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Salazar, Pasta AOS/CO/PC-77.

*ANEXO 2*

“Saí do Estado Novo com as mãos limpas e tão pobre como entrei, apesar de todos os exemplos e incitamentos que recebi de 90% dos seus cortesãos, os quais enriqueceram sujando as mãos – uns honradamente, acumulando sofregamente privilégios rendosos na confusão por V. Ex.<sup>a</sup> estabelecida entre influências políticas e os interesses económicos; outros, explorando criminosamente a impunidade que V. Ex.<sup>a</sup> assegura a todos os marechais que se prestam a proclamá-lo génio nacional. Eu teria sido rico, livre e magnífico como eles, nas posições que ocupei e nas que poderia ter ocupado, se com eles me tivesse conluiado para o canonizar em vida. E se um dia fosse pilhado com as mãos enterradas nos cofres do Estado, V. Ex.<sup>a</sup> apressar-se-ia a explicar em nota oficiosa que eu seria vítima das calúnias dos comunistas, (...) pois não é verdade que manteve teimosamente no exercício dos seus altos cargos, um Governador-geral de Angola e numerosos funcionários desta província ultramarina, designados num inquérito oficial como ladrões e encobridores de ladrões, e que meteu na prisão aquele que os acusou e provou as suas acusações?”<sup>404</sup>

---

<sup>404</sup> Henrique Galvão, “*Carta aberta ao Dr. Salazar. Um documento inédito de Henrique Galvão*”. Lisboa, Editora Arcádia, 1975, p. 15-16.

### ANEXO 3

“Nestes termos acordam os juízes que constituem este Tribunal Plenário em julgar provadas e procedentes, em harmonia com as disposições legais indicadas, as acusações que vêm formuladas contra estes réus e atendendo à gravidade e duração dos factos, à culpabilidade dos réus e às circunstâncias concorrentes acima referidas e tendo em conta o disposto nas disposições legais citadas e nos artigos 60º, 61º, 84º, 88º, 95º, 151º e 157º do Código Penal e artigo 2º do Decreto-Lei nº 41.218, de 6 de Agosto de 1927, condenam os referidos réus:

- O réu Henrique Carlos Malta Galvão nas penas parcelares correspondentes aos mínimos legalmente aplicáveis de:

a) Catorze anos de prisão maior pelo crime do artigo 168º, § 1º (atendendo à sucessão de crimes prevista no artigo 101º) e suspensão dos direitos políticos por vinte anos (artigos 175º e 60º);

b) Cinco anos de prisão maior pelo crime do artigo 149º (atendendo à sucessão de crimes prevista no artigo 101º) e a pena acessória de cinco anos de multa a dez escudos por dia e de suspensão dos direitos políticos por vinte anos (artigos 151º e 60º);

c) Dois e meio anos de prisão dois e meio anos de multa a dez escudos por dia pelo crime do art. 166º, § 1º (dada a reincidência prevista no artigo 100º, nº 2º), e suspensão temporária dos direitos políticos por três anos (artigos 175º e 61º);

d) Dez penas, cada uma, de dezoito meses de prisão e dezoito meses de multa a dez escudos por dia pelos crimes previstos no artigo 166º, § 2º (dada a mesma reincidência), e suspensão temporária dos direitos políticos por três anos.

- Fazendo o cúmulo jurídico e material das referidas penas, dá a pena global (artigo 102º, nº 2º, e §§ 1º e 2º) de dezasseis anos de prisão maior a que acrescem todas as referidas acumuladas materialmente (art. 102º, §1º), multas que desde já convertem em dois anos de prisão (artigos 122º, § 2º, e 63º, alínea b) e suspensão dos direitos políticos por vinte anos e em quinhentos escudos que arbitram ao seu defensor oficioso.

- Nesta pena única fica absorvida a referida condenação proferida no 7º Juízo Correccional desta cidade (folhas 1246 e 1257), devendo fazer-se àquele 7º Juízo a comunicação de que a referida pena deixa de ter autonomia no que respeita ao seu cumprimento”.<sup>405</sup>

<sup>405</sup> Nota Oficiosa do Ministério da Justiça, de 23-05-58, em resposta às acusações de “perseguição gritante” do Estado Novo contra Henrique Galvão, feitas pelo Eng. Cunha Leal numa entrevista ao Rádio Clube Português. Arquivo Histórico da Marinha.

*ANEXO 4*

“Os elementos do DRIL consideram, para as suas actividades revolucionárias, a costa meridional de Portugal, da zona compreendida entre o Cabo de São Vicente e o Monte do Melão, próximo da Serra do Espinhaço de Cão, como a sua Sierra Maestra. Segundo consta, o movimento revolucionário que está preparado para Portugal e Espanha pelo DRIL que se iniciará por atentados contra Salazar e Franco, na convicção de que ao desaparecimento dos dois estadistas se seguirá a queda dos respectivos regimes, tem como chefes militares o Henrique Galvão e o General Bayo, que asseguram dispor de todos os elementos necessários, tanto em homens, como em material, para levarem a cabo os seus projectos. Por seu lado, Valentin González, o general El Campesino (dirigente do conjunto de operações subversivas de carácter terrorista, mas já com organização tipo *comandos*, a efectuar no litoral algarvio e na fronteira compreendida entre as Minas de S. Domingos e Vila Real de Santo António. Valentin González é um ex-sargento da Legião Estrangeira espanhola, que fez em Marrocos a campanha do RIFT, desertando depois para o lado dos marroquinos. Tomou parte na revolta das Astúrias, em 1934, fugindo para a Rússia, onde frequentou o Instituto Lenine. Apareceu em Espanha novamente em 1936, com a patente de General de Brigada, tendo feito toda a Guerra Civil como tal), diz dispor de voluntários franceses e espanhóis, mas encontra a sua acção dificultada por as autoridades francesas os trazerem sob vigilância, não podendo por isso treiná-los militarmente e menos ainda como *comandos de desembarque*. Os agentes subversivos que pretendem levar a efeito essas operações em Portugal e Espanha, dizem contar com a ajuda do Brasil, de Cuba, da Jugoslávia e das repúblicas Socialistas, ao mesmo tempo que esperam estabelecer a base de operações em Marrocos, cujo governo tem dado o seu apoio às acções anti-portuguesas tanto na Metrópole como em África”.<sup>406</sup>

---

<sup>406</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Salazar, Pasta AOS/CO/PC-77, Informação da PIDE n.º 944/61-GU.



## ANEXO 5

“O primeiro de Febreiro de 1960 ainaron en Caracas este acordo o DRIL e o Moviment D’Alliberament Nacional de Catalunya.

As nacións sem Estado da Península Ibérica no exílio latinoamericano tentaron integrarse en varios ocasións principalmente na Arxentina e México.

Reunidos, os señores, profesor Xosé Velo Mosquera e comandante Antónío Padilla Castillo, altos dirixentes e representantes autorizados da organización clandestina titulada “DIRECTORIO REVOLUCIONARIO IBÉRICO DE LIBERACIÓN – DRIL”, dunha parte; e da outra, os señores, doutor Joaquín Juanola Massó e Amadeo Oller Navarro, tamén altos dirixentes e representantes autorizados do “Moviment D’Alliberament Nacional de Catalunya”, conveñen en subscribir as declaracións de principio e os acordos seguintes:

Primeiro – Recoñecen que a Península Ibérica está constituída polas seguintes Nacións, CATALUÑA, GALICIA, CASTILLA, EUZKADI E PORTUGAL.

Segundo – Recoñecen que as referidas Nacións, CATALUÑA, GALICIA e EUZKADI, a partir do tempo dos funestos reis consortes Isabel I de Castela e Fernando I de Cataluña-Aragón, comezaron a ver socavada a súa independéncia por unha política de hexemonía e de absorción de Castilla, que foi intensificándose cós monarquias castelãs estranxeiras dos Áustria e os Borbón, até a súa culminación cón perda total das súas liberdades baixo un réxime de ocupación militar e de centralización política, administrativa e económica.

Terceiro – Recoñecen que nos actuais momentos as masas nacionais activas das referidas Nacións loitan pólo derrocamento dos réximes ditatoriais imperantes na Península Ibérica, para volver a converterse en Estados Independentes, integrándose ao concerto dos Estados librés do Mundo.

Consecuencia do recoñecemento dos anteriores principios, compromete e obriga,

A) A respectar o réxime de Independéncia Nacional que se implante en Cataluña no momento da caída da ditadura franco-falanxista.

B) O “MOVIMENT D’ALLIBERAMENT NACIONAL DE CATALUNYA” intégrase plenamente nas actividades que para a loita contra as ditaduras imperantes na Península Ibérica comezou o “DIRECTORIO REVOLUCIONARIO IBÉRICO DE LIBERACIÓN – DRIL” co obxecto de reimplantar nela a liberdade e a xustiza; achegando toda a forza da 115ai organización e todos os medios dos que dispón.

C) Co obxecto de coordinar estreitamente as actividades das dúas organizacións que subscriben este documento, convense que os dous representantes do “MOVIMENT D’ALLIBERAMENT NACIONAL DE CATALUNYA” que o representan entren a formar parte do Directório do “DIRECTORIO REVOLUCIONARIO IBÉRICO DE LIBERACIÓN – DRIL”.

Deste documento subscríbense dous exemplares, un redactado en idioma catalán, e o outro en idioma castelán, na cidade de Caracas, capital da República de Venezuela, a primeiro de febreiro de mil novecentos sesenta.

Pólo “DIRECTORIO IBÉRICO DE LIBERACIÓN – DRIL”, profesor Xosé Velo Mosquera e comandante Padilla C.

Pólo “MOVIMENT D’ALLIBERAMENT NACIONAL DE CATALUNYA”, doutor Joaquín Juanola Massó e Amadeo Oller Navarro.”<sup>407</sup>

---

<sup>407</sup> Xurxo Martínez Crespo, “*Memorias do exilio, do desarraigo e da emigración, Acordo entre o DRIL e o Moviment D’Alliberament Nacional de Catalunya en Caracas*”, in A Coruña, 31 de Maio de 2007, [www.galizacig.com/actualidade/200705/xmc\\_acordo\\_dril\\_moviment\\_catalunya\\_caracas.htm](http://www.galizacig.com/actualidade/200705/xmc_acordo_dril_moviment_catalunya_caracas.htm).

## ANEXO 6

Foi a 9 de Agosto de 1949, com a assinatura do contrato de encomenda do navio *Vera Cruz* e, em 1951, com o contrato para a construção do *Santa Maria*, que se concretizou tal feito (renovação da frota). O *Santa Maria* começou a ser construído em 1951, assentou a quilha em a 2 de Junho do mesmo ano e foi lançado à água a 20 de Setembro de 1952. Entregue à CCN, a 20 de Outubro de 1953, em Antuérpia, rumou para Lisboa dois dias depois, sob o comando de Mário Simões da Maia, e apenas em três dias de viagem atracou na capital portuguesa. A sua viagem inaugural iniciou-se a 12 de Novembro de 1953, rumo a Buenos Aires, tendo a bordo o ministro da Marinha, Almirante Américo Thomaz.

Os interiores do navio eram bastante confortáveis e luxuosos. Coube a Andrade Barreto e Henry Boulanger e outros artistas portugueses a sua decoração. No que respeita à potência, o *Santa Maria* tinha dois grupos de turbinas PARSON de AP, MP e BP (construídos em 1953 pela *Société Anonyme John Cockeril*, em Seraing-Bélgica), recebendo o vapor à temperatura de 400 °C e à pressão de 30 kg/cm<sup>2</sup>. Assim, desenvolvia a potência de 22.000 SHP, a 120 rotações dos dois hélices, atingindo a velocidade de 23 nós. Por cada dia de navegação consumia 140 toneladas de fuel e 200 toneladas de água. Para além de todas as características enumeradas, a bordo existiam ainda os melhores meios de ajudas à navegação, desde o odómetro eléctrico, agulha giroscópica, piloto automático e um radar que alcançava 30 milhas, entre outros aparelhos.<sup>408</sup>

Com 185,75 metros de comprimento e 23 metros de boca, o *Santa Maria* tinha lotação para 1.182 passageiros, divididos em cinco classes: 8 passageiros em classe de luxo, 148 em 1ª Classe, 226 em 2ª Classe, 200 em 3ª Classe e 600 em terceira suplementar. Foi ainda projectado para servir como transporte de tropas, tendo a seguinte lotação: camarotes de 1ª classe (oficiais) – 108; camarotes de 1ª e 2ª classes (sargentos) – 344; camarotes de 2ª classe (soldados) – 450; camarotes de 3ª classe (soldados) – 1.584; camarotes de tripulantes (soldados) – 200; salão de 3ª classe (soldados) – 66; coberta de vante (soldados) – 200; total – 2.952.<sup>409</sup>

Possuía um calado à proa e à popa de 8,41 m, sendo a arqueação líquida de 11.876,67 toneladas e o porte bruto de 7.716 ton., para uma capacidade de 5.495 m<sup>3</sup>.

<sup>408</sup> Manuel Albergaria Santaclara, “*Santa Maria, a Senhora rebelde*”, in Revista VEGA.

<sup>409</sup> Biblioteca central da Marinha – Arquivo central, Núcleo: 27, Nº de Ordem: 1457, Localização: 4-XI-10-5.

## ANEXO 7

“Certos elementos da oposição, residentes em Caracas, estariam preparando-se para, sob a chefia do ex-capitão Henrique Galvão, seguirem para Angola, a fim de ali fomentarem movimento separatista ou criarem pelo menos perturbações que dêem impressão de um tal movimento. Entre os elementos em questão citam-se os nomes do Eng. Costa da Mota, e do Dr. Sérgio Alves Moreira, oposicionistas activos, e o de Isáias Eurico Pereira, antigo Inspector da PIDE, comunista declarado, residente em Caracas desde princípios de 1959, o qual regressou há pouco de Cuba. De harmonia com as mesmas informações, alguns componentes do grupo, que seriam pouco numerosos, teriam já saído da Venezuela, encontrando-se actualmente em Curaçau, onde aguardariam transporte, indicando uns que se propõem entrar em Angola sob falsa identidade, e outros que ali procurariam penetrar clandestinamente pela fronteira com o antigo Congo belga. Ainda segundo informações chegadas ao nosso conhecimento, o ex-capitão Henrique Galvão teria ultimamente de frequentar os seus locais habituais, desconhecendo-se, de momento, o seu paradeiro. Por outro lado, esta polícia tem conhecimento de que o ex-capitão Henrique Galvão, que parece viver com sérias dificuldades em Caracas, esteve recentemente em Cuba e fez constar que dentro de poucos dias estará muito mais perto de Portugal (...). No entanto, foi posta a circular nestes últimos dias, em alguns sectores da oposição, dactilografado num pequeno papel, o comunicado-confidencial que a seguir se transcreve, que se sabe ter sido enviado de Paris:

Henrique Galvão e outras personalidades políticas terão a primeira reunião política em Paris, no dia 3 de Novembro. Já estão em Portugal alguns *comandos* devidamente organizados e prontos a agir no próximo mês. É preciso que todos os republicanos estejam alerta. – P. V.”<sup>410</sup>

---

<sup>410</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Salazar, Pasta AOS/CO/PC-77, Informação da PIDE n.º 581/60 – GU.

## ANEXO 8

“Meu caro Fernández:

Como estamos apenas a sete dias da partida e como, com razão ou sem razão, tenho a impressão de que contam pouco comigo como membro do estado-maior conjunto, visto que, no que respeita à parte operacional deixei de ser ouvido e não tornámos a conversar e parece que me dispensam muito bem, recorro que há coisas que, embora já conversadas e mais ou menos assentes, há que organizar, nomeadamente:

Embarque dos *comandos*: forma, horário, distribuição, etc.

Embarque das armas pesadas e munições.

Distribuição de bagagens pessoais.

Radiocomunicações com a base.

Nova constituição dos grupos.

Como conveniência óbvia, uma revisão táctica da forma da operação inicial e organização das tarefas executivas.

Repito: tudo isto está mais ou menos conversado – mas nada está bastante organizado para execução. Receio, por isso, complicações e desentendimentos de última hora que devemos conjurar.

Não lhe lembro estas coisas como pessoa melindrada, mas apenas como homem a quem a vida ensinou que nada do que se planeia será executado sem um mínimo de organização dos elementos executivos.

Tanto quanto posso faço andar as coisas que directamente posso mobilizar como o tenho feito sempre depois delas conversadas. Mas todas elas devem obedecer naturalmente a uma ideia comum discutida e finalmente adoptada.

Abraços, H. Galvão”<sup>411</sup>

---

<sup>411</sup> Xurxo Martínez Crespo, “*Memorias do exílio, do desarraigo e da emigración, Acordo entre o DRIL e o Moviment D’Alliberament Nacional de Catalunya en Caracas*”, in A Coruña, 31 de Maio de 2007, [www.galizacig.com/actualidade/200705/xmc\\_acordo\\_dril\\_moviment\\_catalunya\\_caracas.htm](http://www.galizacig.com/actualidade/200705/xmc_acordo_dril_moviment_catalunya_caracas.htm).

*ANEXO 9*

“Lista dos revoltosos que embarcam em La Guaira, como passageiros de segunda classe ou turistas:

- Camilo Tavares Mortágua, português, de vinte e sete anos, organizador desportivo e locutor de rádio. Natural de Oliveira de Azeméis, filho de Mário da Costa Mortágua e de Maria Fernandes Tavares, domiciliado em Caracas;

- Júlio Ferreira de Andrade, português, trinta e quatro anos, serralheiro. Casado, filho de António Ferreira de Andrade e de Maria do Céu Baptista de Sousa, natural de Arcos-Anadia e residente em Barcelona;

- Joaquim Manuel da Silva Paiva, português, trinta e cinco anos, maquinista naval da Marinha Mercante. O John português, casado, natural de Lisboa, filho de Manuel dos Santos Monteiro Paiva e de Alda Rodrigues da Silva Paiva;

- António de Almeida Frutuoso, português, vinte e seis anos, solteiro, carpinteiro, filho de Frutuoso Rodrigues e de Maria Rodrigues, natural de Anta, Espinho, residente em Barcelona;

- Rafael Ojeda Henriquez, venezuelano, trinta e um anos, integrado no grupo português, engenheiro civil, solteiro, filho de Rafael Tomaz Ojeda e de Manuela Henrique de Ojeda, domiciliado em Caracas;

- Fermin Suarez Fernandez, espanhol, quarenta e seis anos, motorista, casado, filho de José Suarez e de Ramona Fernandez, natural de Gijon, Astúrias, residente em Caracas;

- Francisco Rico Leal, espanhol, quarenta e quatro anos, comerciante, natural de Alcoy-Castilha, Alicante, filho de Severino Rico e de Rosa Leal, domiciliado em Caracas;

- Manuel Perez Rodriguez, espanhol, trinta e oito anos, mecânico de automóveis, solteiro, natural de Porrinho-Pontevedra, filho de Alonso Perez e de Cármen Rodriguez, residente em Caracas;

- Luís Manuel Mota de Oliveira, português, trinta e cinco anos, fotógrafo, casado, empregado de escritório, filho de João de Oliveira e de Rita da Conceição Mota, natural da Sé - Montalegre, residente em Caracas;

- Basílio Losada, espanhol, vinte e nove anos, carpinteiro, solteiro, natural de Lugo - Escairan, residente em Caracas;

- José Perez Martinez, venezuelano, quarenta e quatro anos, construtor civil, casado, filho de Diego Perez e de Encarnacion Martinez, residente em Caracas;

- Manuel Mazo Bravo, espanhol, trinta anos, electricista, solteiro, filho de Manuel Mazo Colombo e de Isabel Bravo, residente em Caracas;

- Luís Fernandez Ackerman, espanhol, vinte e um anos, empregado de escritório, conhecido pelo “Federico”, solteiro, filho de José Fernandez Vasquez e de Margarita Ackerman, residente em Caracas;

- Jorge de Sottomayor, espanhol, cinquenta e dois anos, antigo oficial da Marinha espanhola, filho de António Sottomayor e de Maria Portela;

- Augustin Romara Rojo, espanhol, casado, quarenta anos, anestesista, filho de Artur Romara e de Luiza Rojo, com domicílio em Madrid;

- Vítor José Velo Perez, espanhol, dezassete anos, solteiro, estudante, filho de José Velo e de Juvina Perez, natural de Vigo, Espanha;

Os que embarcam clandestinamente com passes de visitantes fornecidos pela agência de navegação são um espanhol, Junquera de Ambia e os seguintes portugueses:

- Filipe Viegas Aleixo, português, motorista, quarenta e cinco anos, casado, filho de José Aleixo e de Maria Viegas, natural de Almancil, Loulé, residente em Caracas;

- José Velo Mosquera, espanhol, natural de Ourense, quarenta e cinco anos, professor, filho de Lino Velo e de Manuela Mosquera, com domicílio em Caracas;

- José da Cunha Ramos, português, carpinteiro, dezoito anos, solteiro, filho de Abílio da Costa Ramos e de Lúcia A. Cunha, natural do Porto;

- Júlio Rodrigues, português, caixeiro, dezanove anos, solteiro, filho de Francisco Rodrigues e de Celestina Rodrigues Tomás, natural do Funchal, residente em Caracas;

- Alfredo Illanes Ferro, espanhol, mecânico, trinta e três anos, filho de Secundino Illanes e de Emília Ferro, residente em Caracas;

Os que embarcam clandestinamente em Curaçao, todos portugueses, são:

- José Frias de Oliveira, português, trinta e oito anos, casado, comerciante, filho de Domingos de Oliveira Barreto e de Beatriz Marques Frias, natural de Albergaria-a-Velha, residente em Caracas;

- Emanuel Jorge Pestana de Barros, português, vinte e três anos, solteiro, filho de Carlos Pestana de Barros e de Maria Celeste de Abreu Barros, natural da freguesia de São Pedro, Funchal, residente em Caracas;

- Graciano Marques Esparrinha, português, vinte e cinco anos, casado, filho de Joaquim da Silva Esparrinha e de Alina de Oliveira Marques, natural de Loureiro, Oliveira de Azeméis, residente em Caracas;

- Henrique Carlos Malta Galvão, português, sessenta e cinco anos, casado, natural de Lisboa”.<sup>412</sup>

---

<sup>412</sup> Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros / PAE, Armário de Ferro, proc. n.º 358,1, de 1961/62, Pedido de extradição de Henrique Galvão e outros.



*ANEXO 10*

“O Comodoro Laurindo dos Santos nomeado para coordenar as pesquisas do pacote *Santa Maria* tem por missão interceptar e deter o navio, evitando o seu afundamento. Para este efeito deverá regular-se pelas seguintes instruções:

1) Se possível deixar que a interceptação e detenção seja feita com meios americanos por se supor que o navio obedecerá à sua intimação. Em tal caso o *Santa Maria* deverá ser conduzido a um porto nacional, só podendo ser levado para um porto estrangeiro mediante prévia autorização do Governo português;

2) No caso da detenção ter de ser feita com navios ou aviões nacionais deverá adoptar os procedimentos seguintes:

a) Transmitir ordens de detenção informando o *Santa Maria* de que usará de meios violentos se não for obedecido;

b) Executar nas proximidades do pacote tiros de canhão e de metralhadora e bombas de profundidade apenas para intimidar e obrigar os passageiros e tripulantes a procurar abrigo;

c) Atingir o leme ou respectivo servo-motor com artilharia de pequeno calibre ou rockets;

d) Atingir a ponte para danificar os órgãos de comando do navio com tiros de metralhadora dos aviões.

e) As acções de fogo dos aviões quando dirigidas sobre o *Santa Maria* só devem ser executadas se houver navio ou navios nas proximidades salvo o caso de perigar o cumprimento da missão;

f) Aproximar-se do navio o necessário para executar a sua missão ainda que com o risco das guarnições;

g) Detido o *Santa Maria* e se os piratas oferecerem resistência à entrada a bordo deverá aguardar instruções no local;

h) Para cumprimento da sua missão poderá utilizar todas as forças terrestres de Cabo Verde e Guiné.”<sup>413</sup>

---

<sup>413</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea.

*ANEXO 11*

“No dia 28:

- I) Efectivos disponíveis e sua localização
  - A) A partir de Cabo Verde
    - 2 aviões P2V (Neptuno) – armados com rockets de 5 polegadas (cerca de 127mm) e com bombas de profundidade de 350 lbs.
  - B) A partir da Guiné
    - 2 aviões PV2 (*Harpoon*) – armados com metralhadoras de 12.7, rockets de 5 polegadas e bombas de profundidade de 350 lbs.
- II) Possibilidades de actuação pelo fogo dos meios aéreos citados
  - C) Os 2 aviões Neptuno de Cabo Verde têm probabilidades de fazer parar o pacote *Santa Maria* por acção de fogo, num círculo de 1.200 milhas marítimas, com centro no Sal.
  - D) Os dois aviões *Harpoon* (PV2) da Guiné têm possibilidade de fazer o mesmo num círculo de 500 milhas marítimas, com centro em Bissau. Têm todavia a limitação de terem de aterrar em Bissau – regressando das missões – sempre até ao pôr-do-sol.
  - E) Para que qualquer dos aviões possa actuar pelo fogo, é indispensável que as condições atmosféricas na área de navegação do pacote sejam favoráveis, isto é, que haja boa visibilidade.
- III) Condicionamentos ao emprego da força contra o *Santa Maria*
  - F) Os que forem indicados pelo CEMGF Armadas, relativamente aos meios aéreos portugueses.
  - G) Os resultantes da atitude assumida pela Marinha e Aviação dos EUA.
- IV) Situação que pode vir a verificar-se se os aviões da FAP só intervierem pelo fogo quando se verificarem as condições mencionadas em F) (dia 29 às 02H00Z com navios americanos no ponto 0° N – 20° W).
  - H) *Santa Maria* a 31 horas da costa da Serra Leoa.
  - I) Condições atmosféricas desfavoráveis.
  - J) Nenhum navio português em condições de actuar, ele próprio, pelo fogo – Possivelmente o *Pedro Nunes* nas vizinhanças.

V) A verificar-se a situação descrita, a partir das 02H00Z de 29, o *Santa Maria* poderá seguir para a Serra Leoa escoltado apenas por navios americanos, entrando em águas territoriais africanas.

VI) Prevendo que tal possa suceder – se o pacote ainda na noite de 27 voltar a dirigir-se para Leste – julga-se dever chamar a atenção para a gravidade do facto.

VII) Todavia sabe-se que o navio Império está hoje – 27 – em frente da Serra Leoa, navegando para o Funchal. O navio Cartaxo (cargueiro português (13 nós) dia 28 a Bissau e o navio cargueiro Arraiolos (13 nós) está também hoje 27 perto da Serra Leoa.

VIII) Pensa-se que o Império e os outros dois navios, se desviados já hoje das suas rotas, poderiam vir a criar as condições referidas em III) F), permitindo aos aviões da FAP maior facilidade de intervenção. Isto nos colocaria em melhor posição perante uma possível adversidade atmosférica, que tudo poderá comprometer no dia 29, se o *Santa Maria* resolver fazer rumo ao Golfo da Guiné.

IX) Deve informar V. Ex.<sup>a</sup>, que o CEMFA, – na convicção que tem de que podem vir a ser os aviões da FAP os únicos meios capazes de actuar pelo fogo em tempo oportuno (se isso lhes for superiormente permitido) – recomendou ao Q. General Aéreo no Sal que deve reservar esses aviões para tal fim, evitando o seu desgaste em missões de seguimento ou busca do *Santa Maria*.<sup>414</sup>

---

<sup>414</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea.

*ANEXO 12*

“Organização operacional

a) T. U. 243.1.1 – Unidade do Arquipélago – Comodoro Laurindo dos Santos

Pêro Escobar – C. f. O. Baptista -----1FF

Diogo Cão – C. f. S. Silva -----1FF

Nuno Tristão – A. Graça -----1FF

Lima – C. t. J. Nascimento ----- 1DE

b) T. U. 243.1.2 - Unidade da Guiné – C. f. S. Branco

Corte Real – C. f. S. Branco -----1FF

*Pedro Nunes* – C. t. J. Oliveira -----1 Aviso

Scorpion – Cdr. P. L. Barton R. N. -----1 DDR

c) Aviação com base em terra

1. SAL – Grupo aviação CABOVERDE – c.m.g. (av.) F. Caeiro

1 W/V -----U.S.N.

6 P2V -----U.S.N.

2 P2V -----F.A.P.

2. BISSAU – Grupo aviação GUINÉ

2 PV2 -----F.A.P.

Avião P2V – Alcance radar 200 milhas, autonomia 12 horas de voo a 160 nós;

– Autonomia 6 horas, a 150 nós.

NOTA – Se a aviação americana não continuar a operar, será substituída por 3 aviões da TAP (Alcance radar 25 milhas, autonomia 12 horas de voo a 190 nós) e por 4 aviões C54 (alcance 80 milhas, autonomia 14 horas de voo a 150 nós).

**1. Situação**

O paquete “*Santa Maria*” encontra-se a 5 milhas do Recife tendo nele embarcado o Almirante A. Smith, USN, e vários oficiais da USN, a fim de negociar o desembarque dos passageiros. Não se sabe do destino futuro da tripulação, isto é, se continua a bordo ou se desembarcará com aqueles. O Governo Brasileiro declarou que se o navio entrar em águas territoriais brasileiras será detido e entregue aos seus armadores e dará asilo político aos que tomaram conta dele, contra a lei.

a) Forças inimigas

(1) Não se sabe das futuras operações do pacote, mas, por enquanto, tudo indica que queira retomá-las e nesse caso haverá que procurar interceptá-lo e detê-lo para o entregar aos seus Armadores, aprisionando toda a gente que se encontra a bordo até final esclarecimento da ocorrência.

(2) Calcula-se que o pacote tem ainda autonomia 12 dias a 20 nós e pode portanto dirigir-se a qualquer porto do Atlântico, com alguma reserva de combustível para operações.

(3) A área mais ameaçada é a ARANGOLA pela dificuldade de detecção de COMARVERDE se o pacote vier para Leste, devido à grande distância a que passa das nossas forças e à nossa relativa pequena autonomia. O nosso Governo deu instruções segundo as quais se o pacote “*Santa Maria*” se dirigir a porto estrangeiro que nos seja favorável, não fará questão da entrega dos seus ocupantes mas apenas do navio.

(b) Forças amigas

(1) Em S. Vicente encontra-se o CC CANÁRIAS a reabastecer e aguardando instruções de Madrid para seguir com rumo ao Recife a fim de fazer a detecção e rastreio do pacote “*Santa Maria*” e informar as forças portuguesas. Não hostilizará este pacote.

(2) Foi sugerido a MAIORMAR para no caso de haver aviação na Ilha da Ascensão, ser pedido ao Almirantado Britânico que aquela participe na busca e rastreio.

(3) Nada se sabe ainda da colaboração que as forças aeronavais americanas nos prestarão nesta segunda fase das operações.

Incorporações e destacamentos

É possível que o HMS SCORPION venha a destacar do T. G. 243.1 estando a aguardar sobre este assunto instruções do Almirantado Britânico.

**2. Missão**

a. Interceptar e deter o pacote “*Santa Maria*” a fim de impedir desembarcar em território nacional ou refúgio em porto que nos não seja favorável, se entrar na ARVERDE. Esta missão deve poder cumprir-se sem arriscar a perda do navio.

b. Prestar apoio possível à ARANGOLA.

### **3. Execução**

a. Esta força interceptará e deterá o pacote “*Santa Maria*” se este vier para ARVERDE e dará todo o apoio possível à ARANGOLA ou ARACORES e CONTINENTE conforme se apresentar a situação. Os objectivos que têm prioridade nas operações preliminares de cobertura serão os dos territórios do Arquipélago de Cabo Verde e Guiné, seguindo-se FREETOWN em que a política dos seus governos nos não é favorável.

#### **b. T. U. 243.1.1**

Patrulhar as águas do Arquipélago de Cabo Verde para interceptar e deter o pacote “*Santa Maria*”.

#### **c. T. U. 243.1.2**

Patrulhar as águas da Guiné Portuguesa e ao largo da Guiné Francesa para interceptar e deter o pacote “*Santa Maria*”.

#### **d. Apoio à ARANGOLA**

Procurar-se-á de acordo com o desenrolar da situação apoiar COMARANGOLA com aviação ida da Ilha do Sal, com o destacamento de navios que C. T. G. entender e fornecimento de informações.

#### **e. Instruções de coordenação**

- (1) Esta ordem entra em vigor no dia 011400Z Fevereiro 1961.
- (2) O dia “D” será assinalado por mensagem de COMARVERDE.
- (3) A largada de cada T. U. será indicada por mensagem de COMARVERDE.
- (4) As operações de detenção do pacote “*Santa Maria*” constam do Conceito de Operação – Anexo ALFA.
- (5) Todos os navios deverão preparar para acções ofensivas de armamento portátil e manter escuta A/S.
- (6) Qualquer acção contra pacote “*Santa Maria*” cessa nas águas territoriais de países estrangeiros.

### **4. Administração e logística**

a. Todas as unidades devem permanecer no regime de prontas em 6 horas e manter os níveis de abastecimento para 6 dias.

b. O único porto de reabastecimento de combustível é o de S. Vicente e uma vez em operação devem os navios reabastecer-se por forma a chegarem com cerca, mas não menos, de 20% de combustível ou quando tiverem mais de 6 dias de mar. Os C. T. U.´s terão em atenção que só podem mandar reabastecer um navio de cada vez.

## **5. Comando e comunicações**

- a) Comunicações de acordo com o Plano de Comunicações do ANEXO CHARLIE.
- b) C. T. G. 243.1 Comodoro L. H. dos Santos a bordo da PERO ESCOBAR.
- c) Substituto de C. T. G. 243.1 C. f. A. Graça, comandante da NUNO TRISTÃO.
- d) C. T. U. 243.1.1 Comodoro L. H. Santos a bordo da PERO ESCOBAR.
- e) C. T. U. 243.1.2 C. f. S. Branco a bordo da CORTE REAL.

### **Instruções para acusar a recepção**

Acusar a recepção com a mensagem: “RAIDER reconhecido”

L. A. Santos

Comodoro

C. T. G. 243.1

### **Anexos:**

- 1 – A. Conceito da Operação
- 2 – B. Planos do Pacote “*Santa Maria*”
- 3 – C. Plano de Comunicações
- 4 – D. Criptografia

### **Anexo ALFA**

#### **1. CONCEITO DA OPERAÇÃO**

a. A T. G. 243.1 interceptará e deterá o pacote “*Santa Maria*” se este vier para ARVERDE e dará todo o apoio possível à ARANGOLA ou ARACORES e CONTINENTE conforme se apresentar a situação.

b. Factores de limitação. – O HMS “SCORPION” não tomará qualquer acção de força contra o pacote “*Santa Maria*”, limitando-se a sua acção à detecção e rastreamento.

#### **2. DESENVOLVIMENTO DA OPERAÇÃO**

a. Qualquer dos navios da T. G. 243.1 ao interceptar o pacote “*Santa Maria*” deve:

(1) Intimar a rendição e informar que empregará meios violentos se não for obedecido. O sinal daquela será para as máquinas e içar bandeira branca.

(2) Executar intimidação por tiros de artilharia para o mar, a fim de obrigar os tripulantes a abrigarem-se.

- (3) No caso de o paquete “*Santa Maria*” não obedecer, procurar atingir o leme ou seu servo-motor com artilharia de 76 ou de 120 m/m (ANEXO BRAVO – PLANOS DO PAQUETE SANTA MARIA).
- (4) O ataque deve ser efectuado de perto, a menos de 500 metros, ainda que com risco da tripulação do seu próprio navio.
- (5) Se o ataque não imobilizar o paquete “*Santa Maria*”, atacar pela popa com salvas de “squad” (cargas de profundidade) a 600/700 metros e mínima regulação de profundidade.
- (6) Os navios devem tanto quanto possível prestar apoio mútuo, sendo conveniente colocar-se um a cada bordo. Para evitar interferências mútuas, só deve ir ao ataque às alhetas ou popa um de cada vez.
- (7) Imobilizado o paquete “*Santa Maria*”, deve intimar a arriarem uma ou mais embarcações e trazer para bordo do navio de guerra alguns dos sequazes do pirata Henrique Galvão que ficarão presos como reféns, enviando nas mesmas embarcações uma força para ocupar o paquete “*Santa Maria*”, prender os chefes e restantes sequazes. O envio da força para bordo só deverá ser feito se tiver a certeza de que esta não será hostilizada. Caso contrário, aguardar instruções do C. T. G. Em qualquer caso cobrir sempre o paquete “*Santa Maria*” com artilharia e armas portáteis instaladas em pontos elevados e abrigados das super estruturas.
- (8) As pontes de comando dos navios de guerra devem ser protegidas com macas e madeiras contra balas de armamento portátil. Deve-se procurar que as guarnições fiquem abrigadas no interior dos navios, com excepção apenas do pessoal necessário ao comando, governo e armamento a utilizar pelo navio.
- (9) Qualquer acção contra o paquete “*Santa Maria*” cessa nas águas territoriais de países estrangeiros.
- (10) Terminada a ocupação do navio, deve procurar-se pôr este em condições de ser conduzido para o porto nacional mais próximo na ÁREA e aguardar instruções do C. T. G.

### **Anexo BRAVO**

#### **PLANOS DO PAQUETE “SANTA MARIA”**



**Anexo CHARLIE**

**CHIPS CALLSIGNS AND NAVAL ADRESSES ON ARVERDE**

**AIRCRAFT CALL SIGNS**

**FREQUENCY PLAN**

Remarks:

Note 1: Established when ships assume being closer than 15 miles.

Note 2: Continuous guard by all ships. Established by aircraft after having made report to base about *Santa Maria* or any unidentified submarine.

Note 3: Continuous guard by Sal Airport (CQB) and Pero Escobar (CTFJ) on this circuit. COMAIRSAL will pass all aircraft reports to COMARVERDE.

Note 4: Automatically established by aircraft when in contact with *Santa Maria* or any unidentified submarine. Established by ships immediately after aircraft report receipt.

Note 5: Communication ship-aircraft (scene of action) Canarias will not guard this circuit. Circuit 08 for U. S. A. or 131air131ucion aircraft (primary)

Note 6: Circuit 09 alternative for U. S. A. aircraft (131air131ucion ships note fitted) circuit 1C alternative for 131air131ucion aircraft. Circuit 11 to be used only when commercial aircraft are cooperating.

Note 7: Continuous guard at sea or in harbor.

Note 8: For long distance communications between Pero Escobar and Canarias only. Circuit 13 from 2000 to 0800. Circuit 14 from 0800 to 2000.

**Anexo DELTA**

Codificação de baixa segurança para envio de mensagens entre navios de diferentes nacionalidades (seguem-se os códigos).

*ANEXO 13*

“Decorridos que estavam sete dias sobre a última posição conhecida do “*Santa Maria*” no mar das Caraíbas, eram já de eliminar muitas das hipóteses que antes pesavam sobre nós. Com efeito, os possíveis destinos do navio: a América Central, Estados Unidos, Açores, Continente, Espanha, Tânger, Madeira, Norte de África e Canárias, ou estavam excluídos porque teriam implicado o atravessamento da minha área de buscas, ou se tinham tornado extremamente improváveis porque, se assim não fosse, algo teria já transparecido para os noticiários. Restavam, pois, duas hipóteses que neste momento assumiam alto grau de probabilidade: ou ele tencionava demandar o Brasil, ou atravessaria o famigerado corredor livre das 75 MN para contornar o meu círculo de buscas, afim de atingir S. Tomé, Angola ou qualquer país da costa da África Central. Na primeira destas hipóteses eu estava inibido de cumprir a missão, mas (...) se o destino fosse S. Tomé ou, mais provavelmente Angola, que ele poderia atingir a partir do dia 5 de Fevereiro. Em consequência, gizei o plano que passo a expor:

No dia 4 de Fevereiro, de manhã, destacaria para S. Tomé uma parte das minhas forças com o fim de estabelecer uma barreira a 360 MN da costa de Angola, que o navio não transporia sem ser detectado (...). Bastar-me-ia empregar os “Super Constellation” em voos diurnos e os nossos dois “Neptuno” durante a noite, mantendo no ar apenas um avião. Obviamente que eu seguiria para S. Tomé, deixando o comando do aeroporto a um oficial português e o comando operacional confiado ao capitão-de-fragata americano (...). O meu centro de operações continuaria no Sal, como me designaram, e a mera alteração do dispositivo aéreo pelo destacamento de duas secções das minhas forças para um aeródromo auxiliar (...) estavam perfeitamente dentro das minhas prerrogativas. E a utilização do aeródromo civil de S. Tomé em regime de extraterritorialidade no campo operacional militar, não só era uma prática comum na Força Aérea, como cabia largamente dentro dos latos poderes que me foram confiados”.<sup>415</sup>

---

<sup>415</sup> “Operação *Santa Maria*, Sal-1961”, depoimento do Vice-Almirante (Ref.) Francisco Ferrer Caeiro, p. 17-18.

*ANEXO 14*

“1. No caso de ser dada a autorização solicitada podem os aviões actualmente baseados na Ilha do Sal largar para Fernando de Noronha; 2. Se o paquete *Santa Maria* abandonar o porto do Recife, a primeira acção a tomar será a de saber se os americanos seguem, ou não, na sua esteira; 3. Se não o seguirem, o problema da interceptação pela Força Aérea ficará sujeito aos seguintes condicionamentos: a) Se se dirigir para Leste, em direcção a África e for seguido pelo Vera Cruz, a tentativa de imobilização será feita utilizando <rockets>, mas o mais próximo possível de um ponto onde, num intervalo de tempo curto, possa ser alcançado por navios de guerra portugueses; b) Se não for seguido pelo Vera Cruz, mas navegando na mesma direcção, será atacado na primeira oportunidade com as mesmas armas; c) Se se dirigir francamente para Norte, o paquete *Santa Maria* será imobilizado pela aviação e neste caso poderão ser usadas bombas de profundidade, tomando-se todas as precauções para evitar o afundamento do navio. A utilização desta arma (bombas de profundidade) só será feita com recurso extremo e dentro dos limites de segurança que evitem o afundamento. Em todas as circunstâncias, as acções de fogo dirigidas contra o navio não devem ser executadas sem que previamente tenham sido feitos tiros de intimidação; 4. Se os americanos seguirem o paquete *Santa Maria* não deverá ser realizada qualquer acção de força a não ser com conhecimento do comando da força americana que o segue.

P. S. – No dia 2, às 10h00, disse ao general Freitas, telefonicamente, que estas instruções não tinham aplicação no caso do *Santa Maria* não desembarcar os passageiros”.<sup>416</sup>

---

<sup>416</sup> Arquivo Histórico da Força Aérea.

*ANEXO 15*

“1. Tudo parece indicar que os elementos do DRIL estão de novo a desenvolver grande actividade, o que leva a supor-se como muito possível a preparação de nova expedição ou “golpe-de-mão”. Com efeito, desde o regresso a Caracas, em Junho, de Jorge Sottomayor, que tem havido grande número de reuniões quer num apartamento da zona leste de Caracas (que se julga ser a sede ou pelo menos o ponto de encontro dos elementos que formam o DRIL) quer nas sedes das Junta Patriótica Portuguesa e da Junta da Liberdade para a Espanha, ambas até há pouco instaladas no edifício do diário filo-comunista *El Nacional*.

2. Por outro lado, à mesma conclusão se parece chegar pela concentração que se está a verificar em Caracas de grande número de indivíduos portugueses e espanhóis que tomaram parte no assalto ao *Santa Maria* e haviam obtido asilo (político) no Brasil e ainda dos ex-tripulantes do barco que aderiram a Henrique Galvão.

3. Assinala-se, ainda, um recrudescimento das deslocações no interior do país e ao estrangeiro de elementos que se sabe pertencerem ou estarem mais ou menos directamente ligados ao DRIL. Estão neste caso as viagens realizadas nos últimos meses ao Brasil, Estados Unidos da América, Cuba e Porto Rico, pelo padre ou ex-padre Júlio Rebelo, que viveu alguns anos em Caracas e foi pároco numa freguesia dos arredores daquela cidade, mas evoluiu para o comunismo e parece desempenhar agora o papel de agente de ligação entre os vários grupos da oposição no estrangeiro. Também diversos elementos da Junta Patriótica têm ultimamente, e com estranha simultaneidade, preparado ou anunciado viagens próximas ao estrangeiro, como é o caso de Joaquim Lisboa. Este, que é membro dirigente da Junta, diz-se que está para partir muito brevemente para a Europa, em companhia de um outro membro daquela organização, de nome António Pinto.

4. Quanto a Galvão, não há ainda qualquer informação de que seja esperado na Venezuela. Supõe-se, por outro lado, que a sua anunciada visita ao Chile tenha em vista assegurar contactos com vista à realização, a partir de 18 do corrente, da Conferência Inter-parlamentar Latino-americana pró-amnistia dos presos e asilados políticos de Portugal e de Espanha, mas que possa preceder de facto uma viagem sua à Venezuela.

5. Atendendo à ausência de Galvão e à posição secundária no DRIL dos restantes elementos portugueses (como Costa Mota, Sérgio Alves Moreira e Mário Mendes da Fonseca) é de supor que a direcção da organização esteja de momento quase inteiramente nas mãos dos espanhóis, que dispõem em Caracas de elementos de muito maior categoria.

Não tem sido, porém, possível obter da Embaixada de Espanha informações dignas de interesse, o que em parte se atribui ao facto dos espanhóis disporem em Caracas de Serviços Secretos operando fora da Embaixada.

6. A Embaixada de Portugal não crê muito que estejam a ser planeados novos assaltos a navios, inclinando-se de preferência a que se preparem tentativas de ataque em Portugal e Espanha simultaneamente com levantamentos locais. Isso, aliás, estaria de acordo com conversa surpreendida entre elementos suspeitos em que se falava com insistência em transporte por avião.

7. É também de assinalar que os elementos da oposição parece contarem hoje com meios financeiros muito mais largos do que até há pouco. Na verdade, não voltaram a fazer colectas para a obtenção de fundos (que chegaram a ser frequentes, mas sempre com fracos resultados) e a Junta Patriótica mudou-se há pouco do pequeno compartimento de que dispunha na sede do jornal *El Nacional* para um compartimento na zona leste da cidade, que é a mais cara. Por outro lado, a mesma Junta deu início à publicação de um semanário chamado *O Imigrante Democrático*, som a direcção de Joaquim Lisboa e tendo como administrador José da Costa Lopes, antigo presidente da Junta (...).

8. Quanto ao semanário acima referido, dizia nas suas palavras de apresentação que o seu propósito é sobretudo contribuir para que “os homens rudes do trabalho que constituem na sua quase totalidade a colónia de 45.000 portugueses na Venezuela”, não continue a ser, como até agora, “presa fácil da influência das notícias mentirosas publicadas pelo SNI e pelos Serviços diplomáticos e consulados portugueses na Venezuela”.<sup>417</sup>

---

<sup>417</sup> Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros / PEA. Ofício n.º PO 285, datado de 19 de Agosto de 1961 e com a classificação de segurança de “Secreto”.

## ANEXO 16

1. “A Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro comunicou ontem de tarde que às 10,30 horas (hora local) o pacote *Santa Maria* fora entregue pelas autoridades brasileiras ao Governo Português, representado para esse efeito pelo Adido naval à nossa Embaixada no Rio de Janeiro. Seguidamente, o Adido naval procedeu à entrega do pacote ao seu comandante, Sr. Simões da Maia. Terminado nestes termos, o caso do pacote *Santa Maria*, importa relembrar perante o País os factos e fazer algumas reflexões.

2. O Governo informou oportunamente a Nação do acto ocorrido no *Santa Maria*, a 21 de Janeiro último. Disfarçados como passageiros, com passaportes falsos e havendo transportado clandestinamente o armamento que depois utilizaram, algumas dezenas de indivíduos embarcaram nos portos de *La Guaira* e *Curaçao*, com o fim de se apoderarem do navio. Com efeito, pelas 1,30 horas da manhã daquele dia, 21 assaltaram os centros vitais do navio, fazendo uso de revólveres e de metralhadoras ligeiras. O comandante foi destituído do comando e subjugado; o 3º piloto, que se encontrava na ponte como oficial de quarto, foi assassinado; outros oficiais foram gravemente agredidos e feridos. O pacote foi seguidamente desviado da sua rota e, durante vários dias, cruzou os mares da América Central, dirigindo-se para o Atlântico. Apurou-se, por outro lado, que dos assaltantes apenas um pequeno número é de nacionais portugueses, sendo os restantes estrangeiros, de várias nacionalidades. Nem entre os passageiros nem entre a tripulação encontrou aquele grupo internacional qualquer apoio. E a tripulação, designadamente na ponte e na casa das máquinas, foi obrigada a manobrar o pacote sob a coacção exercida pela força das armas.

3. Logo em face das primeiras informações, tomou o Governo as providências que a gravidade dos acontecimentos impunha. Havia em primeiro lugar que procurar garantir a salvaguarda dos passageiros e tripulantes e assegurar a restituição do “*Santa Maria*” aos seus proprietários legítimos. Neste sentido, exprimiu o Governo Português as suas preocupações a alguns Governos amigos, em especial à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos da América, que dispunham de forças aeronavais na área em que o navio se movia e solicitou-lhes toda a possível cooperação para aquele efeito. Ao mesmo tempo, tomou o Governo Português e pôs em execução as medidas operacionais apropriadas à intercepção do “*Santa Maria*”, com forças aeronavais portuguesas, e à captura dos assaltantes internacionais, na eventualidade de estes abandonarem as águas do Continente Americano e se internarem no Atlântico,

com rumo Leste. Cabe aqui registar a exemplar prontidão e o espírito com que se prepararam os meios e os elementos das forças militares tomaram as posições indicadas.

4. Tendo em atenção a existência a bordo de cerca de 600 passageiros e de 370 tripulantes, razões humanitárias impunham um procedimento prudente e de máximo sangue-frio, em face das repetidas ameaças dos agressores de que afundariam o navio se contra este fosse usada a força. Teve a Nação conhecimento de como, dentro daquele condicionalismo, foi possível ir levando o “*Santa Maria*” até ao porto de um país amigo. No Recife foram desembarcados em condições de segurança os passageiros e os tripulantes. Dos transtornos e sofrimentos que lhe foram impostos durante os dias passados no mar e dos riscos e humilhações de que foram vítimas por parte dos assaltantes internacionais, já a Imprensa e outros meios de informação forneceram relatos pormenorizados.

5. Durante todo este episódio entendeu o Governo que, sem esquecer a salvaguarda de vidas e bens, não era lícito menosprezar o problema geral que interessa a todos os países marítimos, da segurança da navegação mercante no alto mar contra actos de pirataria. E para isso, se chamou repetidamente a atenção das potências. Não foi o Governo movido, no entanto, pelas considerações de ordem política que alguns invocaram e quiseram ver por detrás dos acontecimentos; e esses aspectos julgou-os o Governo sempre como secundários, excepto na medida em que se verificou o apoio e o conluio com as forças empenhadas em destruir o Ocidente. De harmonia com aqueles sentimentos, o Governo Português não se empenha na entrega dos responsáveis pelos crimes de roubo, assassinato, ofensas corporais, falsificação de passaportes, transporte clandestino de armamento, privação de liberdade de centenas de pessoas, e confia inteiramente no critério e consciência da comunidade internacional, e em particular dos países que possam estar em condições de a efectivar, a apreciação dos aspectos praticados de harmonia com as respectivas legislações.

6. O Governo não quer deixar neste momento de sublinhar a eficiente cooperação das forças aeronavais norte-americanas e exprimir o apreço da Nação portuguesa pela posição assumida pelo Governo dos Estados Unidos. Sente-se igualmente grato pelo apoio e auxílios de outras Nações amigas na cooperação marítima prestada, e feliz em manifestar de modo especial o seu reconhecimento pela atitude extremamente amigável e de correcção do Governo e das Autoridades Brasileiras, cujo rigoroso respeito pelas leis e pelas convenções internacionais, constituiu mais um exemplo das grandes tradições de país irmão.

7. Regista-se com o maior apreço e sincero agradecimento a atitude da Imprensa, da Radiodifusão e da Televisão. É de destacar particularmente o papel desempenhado pela Imprensa que não só manteve o público amplamente informado mas conseguiu exprimir com a maior fidelidade a viva reacção da consciência nacional durante a provação a que foi sujeita. A despeito de numerosas incompreensões, verificou-se que muitos dos principais órgãos de opinião em bastantes países marcaram com firmeza uma posição quanto aos aspectos jurídicos e de segurança geral a considerar neste problema, tendo sido particularmente calorosa a atitude da Imprensa espanhola.

8. O Governo presta de novo homenagem àqueles que a bordo do “*Santa Maria*” se sacrificaram no cumprimento do dever e congratula-se com os armadores pelo exemplo magnífico de fidelidade da tripulação ao seu navio e à Companhia armadora. E, lamentando o atentado cometido contra o prestígio e o interesse nacional, regozija-se com a demonstração da solidariedade firme e calorosa que recebeu não só das províncias ultramarinas como de todas as comunidades de portugueses espalhadas pelo mundo”.<sup>418</sup>

---

<sup>418</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Salazar, Pasta AOS/CO/PC-2E.



*ANEXO 17*

“São absolvidos sete dos implicados. Porém, julgando procedente por provada a acusação contra os restantes réus, na forma referida e tendo em vista as mencionadas circunstâncias e disposições penais aplicáveis à necessidade do dolo e grau de culpa dos réus, condeno:

Henrique Carlos Malta Galvão pelo crime de homicídio voluntário consumado, em vinte anos de prisão maior; pelos crimes de homicídio voluntário frustrado, em quinze anos de prisão maior; pelos crimes de ofensas corporais, em quatro meses de prisão correccional, equivalentes a oitenta dias de prisão maior, e vinte dias de multa a dez escudos por dia; pelos crimes de cárcere privado, em oito meses de prisão correccional, equivalentes a cinco meses e dez dias de prisão maior; pelos crimes de ameaças, em três meses de prisão correccional equivalentes a dois meses de prisão maior. Em cúmulo jurídico e dado o disposto no artigo noventa e três número um, do mencionado Código, condeno este réu na pena única de vinte e dois anos de prisão maior, com a referida multa, declarando-o, pelas razões legais atrás apontadas, delinquente habitual.

Humberto da Silva Delgado, Jorge de Sottomayor (ou José Fernández Vázquez) e José Velo Mosquera (ou Carlos Junquera ou Junqueira D’Ambia): pelo crime de homicídio voluntário consumado, em 18 anos de prisão maior pelos crimes de homicídio voluntário frustrado, em 14 anos de prisão maior; pelos crimes de ofensas corporais, em três meses de prisão correccional, equivalentes a dois meses de prisão maior, e em quinze dias de multa a 10\$00 diários pelos crimes de cárcere privado, em sete meses de prisão correccional, equivalentes a quatro meses e vinte dias de prisão maior; pelos crimes de ameaças em dois meses e meio de prisão correccional equivalentes a cinquenta dias de prisão maior. Em cúmulo jurídico, condena cada um destes réus, na pena única de 19 anos de prisão maior com quinze dias de multa a 10\$00 por dia.

Agustín Romara Rojo, Luis Fernández Ackermann, Francisco Rico Leal e Joaquim Andrade Gonçalves; pelo crime de homicídio voluntário consumado em 16 anos de prisão maior; pelos crimes de homicídio frustrado, em 13 anos de prisão maior pelos crimes de ofensas corporais, em dois meses de prisão correccional, equivalentes a quarenta dias de prisão maior, e em dez dias de multa a 10\$00 por dia; pelos crimes de cárcere privado em seis meses de prisão correccional, equivalentes a quarenta dias de prisão maior. Em cúmulo jurídico, condeno cada um destes réus em 18 anos de prisão maior com dez dias de multa a 10\$00 por dia.

Manuel Pérez Rodriguez, Basilio Losada, Alfredo Illanes Ferro, Manuel Mazo Bravo, Rafael Ogeda Henriquez, José Perez Martinez, Joaquim Manuel da Silva Paiva, Camilo Tavares Mortágua, Luís Manuel Mota de Oliveira, António de Almeida Frutuoso, Graciliano Marques Esparrinha, Emanuel Jorge Pestana de Barros, Filipe Viegas Aleixo, José Frias de Oliveira e Júlio Ferreira de Andrade: pelo crime de homicídio voluntário frustrado em 12 anos de prisão maior: pelos crimes de ofensas corporais em mês e meio de prisão correccional, equivalentes a um mes de prisão maior, e em sete dias de multa a 10\$00 por dia; pelos crimes de cárcere privado, em quatro meses de prisão correccional equivalentes a dois meses e vinte dias de prisão maior; pelos crimes de ameaças, em três meses e meio de prisão correccional, equivalentes a um mes de prisão maior. Em cúmulo jurídico, condena cada um destes réus, em 17 anos de prisão maior, com sete dias de multa a 10\$00 por dia.

Vítor José Velo Pérez e Júlio Rodrigues: pelo crime de homicídio voluntário consumado, em catorze anos de prisão maior; pelos crimes de ofensas corporais em um mês de prisão correccional equivalente a vinte dias de prisão maior, com cinco dias de multa a dez escudos, pelos crimes de cárcere em três de correccional, equivalente a dois meses de prisão maior; pelos crimes de ameaças, em um mês de prisão correccional, equivalente a vinte dias de prisão maior, com cinco dias de multa e dez escudos; pelos crimes de cárcere em três meses de prisão correccional, equivalentes a dois meses de prisão maior; pelos crimes de ameaças, em um mes de prisão correccional, equivalente a vinte dias de prisão maior. Em cúmulo jurídico, condeno cada um destes dois réus em quinze anos de prisão maior, acrescida de cinco dias de multa a dez escudos por dia.

Para a equivalência de penas correccionais e penas maiores, foi tomada em conta a regra do artigo noventa e oito do Código Penal. “Condeno ainda cada um dos acusados, no mínimo do imposto de Justiça, que, por ora declara-o inconvertível em prisão. A todos condeno, solidariamente nas indemnizações, de 300 mil escudos a quem da família da vítima Nascimento Costa, se mostre com direito, de 10 mil escudos ao ofendido João António de Sousa; de 40.000 escudos ao ofendido Dr. Cícero Campos Leite; de 2.000 escudos a cada um dos ofendidos de ofensas corporais; de 3.000 escudos a cada um dos ofendidos por cárcere ilegal; de 1.000 escudos a cada um ofendidos por ameaças.

Mais condeno os réus em 1.000 escudos de honorários para o ilustre advogado officioso.

“Passem-se e entreguem-se ao Ministério Público mandados de captura contra os réus condenados. Oportunamente, notifiquem-se”.

O representante do Ministério Público recorreu da sentença.

Concluída a leitura da sentença, o Dr. Serafim das Neves apresentou um requerimento, interpondo recurso, nos seguintes termos:

“Tendo em atenção o que vem determinado no parágrafo 1º do art.º 526 e parágrafo único do art.º 473 todos do Código do Processo Penal, desejo recorrer da dita sentença, ora proferida para o venerando Tribunal da Relação pelo que se requer seja recebido o competente recurso que deverá subir na devida oportunidade.

Aceite o requerimento, o juiz corregedor lavrou o seguinte despacho: Admito o recurso ora interposto obrigatoriamente por força da lei, o qual subirá oportunamente”.<sup>419</sup>

---

<sup>419</sup> Xurxo Martínez Crespo, “Memorias do exilio, do desarraigo e da emigración. Sentenza en rebeldía dos membros do DRIL pólo secuestro do ‘Santa Maria’”, *in* A Coruña, 16 de Julho de 2007, [xurxomartinez@cantv.net](mailto:xurxomartinez@cantv.net)

## **CURRICULUM VITAE**

1. Licenciatura em Engenharia Mecânica, pela Universidade de Coimbra, concluída em 26 de Setembro de 1984.
2. Terminado, com aproveitamento, o Curso Técnico-Militar na Academia da Força Aérea em Sintra, que decorreu de 24SET1984 a 30SET1985, proporcionando equivalência ao Curso de Engenharia Aeronáutica da mesma Academia.
3. Colocado nas Oficinas Gerais de Material Aeronáutica (OGMA) – Alverca, em desempenho de funções inerentes à especialidade, de 01OUT1985 a 16FEV1987.
4. Desempenho de funções de Chefe do Controlo de Manutenção das aeronaves (AVIOCAR, FIAT G-91 e PUMA), atribuídas à Base Aérea Nº 4 das Lajes / Comando Aéreo dos Açores, de 25FEV1987 a 03JAN1989.
5. Frequentado, com aproveitamento, o Curso Básico de Comando (curso de promoção a Capitão), que decorreu de 03JAN1989 a 06MAR1989.
6. Gestor de Programas (gestor da Frota AVIOCAR), colocado na 1ª Rep/2ª Secção da Direcção de Mecânica e Aeronáutica (DMA) / Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea, de 14MAR1989 a 19SET1993.
7. Chefe da 2ª Secção/ 1ª Rep. da DMA (Aeronaves de Transporte e Patrulha), de 16MAR1992 a 30ABR1992.
8. Frequentado, com aproveitamento, o Curso Geral de Guerra Aérea (curso de promoção a Oficial Superior - Major), que decorreu de 20SET1993 a 22JUN1994.
9. Desempenho de funções de Chefe da Manutenção das aeronaves (CESSNA-FTB, AVIOCAR séries 100 e 300 e aeronaves do Museu do Ar) atribuídas à Base Aérea Nº 1 de Sintra, de 11JUL1994 a 30ABR1995.
10. Chefe da 2ª Secção/ 1ª Rep, da Direcção de Abastecimento (DA) / Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea (gestão do circuito de reparação dos órgãos das aeronaves da FAP), de 16MAI1995 a 30ABR1999.
11. Chefe da 3ª Repartição (gestão das frotas ALOUETTE III, ALPHA-JET, EPSILON e PUMA), da Direcção de Mecânica Aeronáutica/Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea, de 15JAN2001 a 04NOV2001.

12. Desempenho de funções de Chefe do Gabinete da Qualidade da Manutenção, nas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, em Alverca do Ribatejo, de 05NOV2001 a 30NOV2003.

13. Chefe da Repartição de Formação/Divisão de Pessoal, Estado-Maior da Força Aérea, desde 02DEZ2003 até 28 de Agosto de 2007.

14. Frequentado, com aproveitamento, o Curso de Formação Profissional “Gestão Avançada de Recursos Humanos”, que decorreu nas instalações da Direcção de Instrução/Comando de Pessoal da FAP, no período de 07-11NOV2005.

15. Frequência, com aproveitamento, do “NATO Staff Officer Orientation Course”, que decorreu na NATO-School, em Oberammergau – Alemanha, de 29MAI2006 a 02JUN2006.

16. Frequência, com aproveitamento, do Curso de Formação Profissional “Comportamento Organizacional”, que decorreu nas instalações da Direcção de Instrução/Comando de Pessoal da FAP, no período de 05-09JUN2006.

17. Colocação no Gabinete da Qualidade e Engenharia da Direcção de Mecânica Aeronáutica/Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea, como chefe da área da Qualidade da manutenção dos sistemas de armas, desde 28 de Agosto de 2007 até .